

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

NELCI APARECIDA RUTH

A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO - ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO E  
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CIDADE DE PONTA GROSSA

PONTA GROSSA

2020

NELCI APARECIDA RUTH

A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO - ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO E  
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CIDADE DE PONTA GROSSA

Dissertação apresentada como requisito  
parcial para a obtenção do título de mestre  
em Ensino de História do Programa de  
Mestrado Profissional em Rede Nacional-  
Universidade Estadual de Ponta Grossa.  
Área de Ensino de História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora Maura Regina  
Petruski.

PONTA GROSSA

2020

Ruth, Nelci Aparecida

R973

A praça marechal Floriano Peixoto: espaço de construção e preservação da memória da cidade de Ponta Grossa / Nelci Aparecida Ruth. Ponta Grossa, 2020.

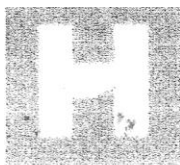
152 f.

Dissertação (Mestrado profissional em Ensino de História - Área de Concentração: Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maura Regina Petruski.

1. Ensino de história. 2. História local. 3. Educação patrimonial. 4. Praça. 5. Monumentos. I. Petruski, Maura Regina. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ensino de História. III. T.

CDD: 981.62



**PROF HISTÓRIA**  
MESTRADO PROFISSIONAL  
EM ENSINO DE HISTÓRIA



Universidade  
Estadual de  
Ponta Grossa

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**NELCI APARECIDA RUTH**

### **A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO – ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DA CIDADE DE PONTA GROSSA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino de História, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no dia 05 de JUNHO de 2020, pela seguinte banca examinadora:

Profª Drª Maura Regina Petruski (UEPG - Orientador)

Profª Drª Silvana Maura Batista de Carvalho (UEPG)

Profª Drª Andréa Mazurok Schactae (IFPR/UEPG)

Ponta Grossa, 05 de junho de 2020.

Dedico este trabalho em homenagem à memória de minha mãe Ana  
Cândida ...eterna gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar ao Poder Superior da Inteligência Suprema, causa primeira de todas as coisas – Deus.

Aos coordenadores do ProfHistória – UEPG, Profª Drª Angela Ribeiro Ferreira e Prof Dr Paulo Eduardo Dias de Mello.

A todos os professores envolvidos no programa, em especial para minha orientadora Profª Drª Maura Regina Petruski, agradeço pela paciência, apoio e compreensão de minhas dificuldades, agravadas pelas adversidades ocorridas no decorrer da pesquisa e aplicação do projeto de ensino.

À banca de qualificação pelas sugestões e observações que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos funcionários da Casa da Memória Paraná, pela atenção e disponibilidade, ajuda indispensável na busca e seleção das fotos e edições do jornal “Diário dos Campos”.

À coordenação pedagógica do Colégio Estadual Santa Maria e aos alunos envolvidos voluntariamente no projeto, pessoas que entenderam e aceitaram a oportunidade de ampliar de forma conjunta, a visão de educação, principalmente no ensino de História.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Aos colegas da turma do ProfHistória 2018, companheiros de estudos e de reflexões, mãos amigas em todas as situações por nós vivenciadas.

Aos meus filhos Luiz Reinaldo e Ana Paula, pelo incentivo, colaboração e compreensão de minha ausência em tantos momentos. A parceria de vocês foi de fundamental importância para a concretização deste trabalho.

Ao meu sobrinho Ewerton, pelo indispensável auxílio com as ilustrações do jogo – material didático proposto nesta pesquisa.

À minha irmã Janete e à minha nora Juliana, presenças amigas em todos os momentos.

Enfim, agradeço aos meus familiares, amigos e amigas pelo apoio, por me ajudarem a acreditar em mim e pela força nos momentos difíceis.

“ A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.” ( Paulo Freire, 1987, p.78)

## RESUMO

Sob o tema “A Praça como espaço de construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade de Ponta Grossa” buscou-se despertar nos alunos o interesse pelas questões locais, oportunizando aprendizagens significativas para subsidiar a compreensão da sua realidade sociocultural. A pesquisa proposta para ser desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História compreendeu a análise crítica dos monumentos da Praça Marechal Floriano Peixoto. A proposta deste trabalho foi norteadada pelo desenvolvimento de estratégias de estudo da história local, relacionando-as com a Educação Patrimonial e os espaços de memória e dos monumentos localizados nesta Praça. A relevância desta pesquisa justificou-se pelo que esta representa, tanto histórica como política e socialmente para a comunidade ponta-grossense. Neste espaço público se registraram os primeiros passos em direção da “abertura” do caminho que conduziu para a formação e estabelecimento da cidade dos dias atuais, tornando-a um dos principais pontos históricos da cidade. O produto didático oferecido foi a confecção de um jogo de tabuleiro a partir das pesquisas realizadas com os alunos sobre os monumentos da Praça. Ao oferecer uma opção de material didático para o trabalho sobre a história local através de atividades lúdicas, a intenção era tornar prazeroso e mais eficaz o momento de aprendizagem. O jogo teve como ilustrações o cenário da praça na opção de linha do tempo, com questões relacionadas à história local e aos monumentos estudados.

Palavras-chave: Ensino de História, História local, Educação Patrimonial, Praça, Monumentos.

## **ABSTRACT**

Under the theme “The Square as a space for the construction and preservation of the memory of historical events in the city of Ponta Grossa”, we sought to awaken in students an interest in local issues, providing meaningful learning to support the understanding of their socio-cultural reality. The research proposed to be developed in the Professional Master's in History Teaching included a critical analysis of the monuments of Praça Marechal Floriano Peixoto. The purpose of this work was guided by the development of strategies for studying local history, relating them to Heritage Education and the spaces of memory and monuments located in this Square. The relevance of this research was justified by what it represents, both historically, politically, and socially for the Ponta-Grossense community. In this public space, the first steps towards the “opening” of the path that led to the formation and establishment of the city of today are recorded, making it one of the main historical points of the city. The didactic product offered was the making of a board game based on research carried out with students on the monuments of the square. By offering an option of didactic material for working on local history through play activities, the intention was to make the moment of learning pleasurable and more effective. The game had as illustrations the scenario of the square in the timeline option, with questions related to the local history and the monuments studied.

**Keywords:** History Teaching, Local History, Heritage Education, Plaza, Monuments.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|           |                                                                    |    |
|-----------|--------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1  | - Aquarela de Debret .....                                         | 44 |
| Figura 2  | - Largo da Matriz de Sant’Ana – igreja de taipa de pilão .....     | 55 |
| Figura 3  | - Catedral de Sant’Ana em 1905.....                                | 60 |
| Figura 4  | - Largo São João .....                                             | 63 |
| Figura 5  | - Largo do Rosário.....                                            | 64 |
| Figura 6  | - Praça Barão do Rio Branco .....                                  | 64 |
| Figura 7  | - Demolição da Catedral de Sant’Ana (1978) .....                   | 65 |
| Figura 8  | - Praça João Pessoa .....                                          | 66 |
| Figura 9  | - Visita de D. Pedro II a Ponta Grossa .....                       | 68 |
| Figura 10 | - Catedral de Sant’Ana .....                                       | 71 |
| Figura 11 | - Coreto da Praça Marechal Floriano Peixoto .....                  | 72 |
| Figura 12 | - Praça Marechal Floriano Peixoto .....                            | 73 |
| Figura 13 | - Placa em homenagem aos fundadores da cidade .....                | 74 |
| Figura 14 | - Obelisco da Praça Marechal Floriano Peixoto .....                | 75 |
| Figura 15 | - Pérgola e Catedral de Sant’Ana .....                             | 75 |
| Figura 16 | - Monumento à Bíblia .....                                         | 76 |
| Figura 17 | - Monumento ao Sesquicentenário (vista aérea) .....                | 77 |
| Figura 18 | - Monumento ao Sesquicentenário .....                              | 78 |
| Figura 19 | - Cápsula do tempo .....                                           | 78 |
| Figura 20 | - Detalhe da Cápsula do tempo .....                                | 79 |
| Figura 21 | - Monumento ao Lions Club (1989) .....                             | 80 |
| Figura 22 | - Monumento ao Lions Club (2004) .....                             | 81 |
| Figura 23 | - Monumento à Cervejaria AMBEV .....                               | 82 |
| Figura 24 | - Capela do SS. Sacramento da Catedral de Sant’Ana.....            | 95 |
| Figura 25 | - Vitrais da Capela do SS. Sacramento da Catedral de Sant’Ana..... | 96 |
| Figura 26 | - Vitrais e porta lateral esquerda da Catedral.....                | 96 |
| Figura 27 | - Ilustração sobre o início da povoação da Freguesia .....         | 97 |
| Figura 28 | - Ilustração da fachada da Catedral de Sant’Ana .....              | 97 |
| Figura 29 | - Ilustração do Monumento à Bíblia .....                           | 98 |
| Figura 30 | - Ilustração do Monumento ao Lions Club (2004) .....               | 98 |

|           |                                                                     |     |
|-----------|---------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 31 | - Maquete da Igreja de Sant’Ana de taipa de pilão .....             | 99  |
| Figura 32 | - Primeira proposta de ilustração do jogo de tabuleiro.....         | 101 |
| Figura 33 | - Cartas ilustradas do jogo “Corrida para a cápsula do tempo”.....  | 101 |
| Figura 34 | - Marcadores e dados do jogo “Corrida para a cápsula do tempo”..... | 102 |
| Figura 35 | - Tabuleiro ilustrado com a Praça e monumentos .....                | 102 |
| Figura 36 | - Sugestão das casas circulares para o tabuleiro .....              | 103 |
| Figura 37 | - Jogo da memória com imagens dos monumentos .....                  | 103 |
| Figura 38 | - Tabuleiro do jogo “Corrida para a cápsula do tempo”.....          | 104 |
| Figura 39 | - Cartas do jogo “ Corrida para a cápsula do tempo”.....            | 107 |
| Mapa 1    | - Ponta Grossa e os limites atuais ... ..                           | 46  |
| Mapa 2    | - Ponta Grossa no Estado do Paraná .....                            | 46  |
| Mapa 3    | - Estado do Paraná no Brasil .....                                  | 46  |
| Mapa 4    | - Trajeto do Caminho das Tropas Viamão a Sorocaba .....             | 48  |
| Quadro 1  | - Sugestões metodológicas para Educação Patrimonial .....           | 91  |
| Quadro 2  | - Regras do jogo “Corrida para a cápsula do tempo” .....            | 109 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

|        |                                                                      |
|--------|----------------------------------------------------------------------|
| ARENA  | Aliança Renovadora Nacional                                          |
| BNCC   | Base Nacional Comum Curricular                                       |
| CAPES  | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior          |
| CEEBJA | Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos               |
| CNE/CP | Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno                        |
| ENPEC  | Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências                 |
| EUA    | Estados Unidos da América                                            |
| ICOMOS | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios                        |
| IPHAN  | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional               |
| IUCN   | União Internacional para a Conservação da Natureza                   |
| LDBEN  | Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional                      |
| MDB    | Movimento Democrático Brasileiro                                     |
| MEC    | Ministério da Educação e Cultura                                     |
| ONU    | Organização das Nações Unidas                                        |
| PCN    | Prâmetros Curriculares Nacionais                                     |
| PLADEI | Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa                  |
| PMPG   | Prefeitura Municipal de Ponta Grossa                                 |
| SANBRA | Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro                          |
| SEAD   | Secretaria de Estado de Administração                                |
| SEED   | Secretaria de Estado da Educação                                     |
| SPHAN  | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional                 |
| UFC    | Universidade Federal do Ceará                                        |
| UEPG   | Universidade Estadual de Ponta Grossa                                |
| UFPR   | Universidade Estadual do Paraná                                      |
| UFRGS  | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                            |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |

## SUMÁRIO

|                                                                                                              |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                      | <b>12</b>  |
| <br><b>CAPÍTULO 1 - PRAÇAS: DIFERENTES OLHARES E USOS PARA UM MESMO ESPAÇO .....</b>                         | <b>24</b>  |
| 1.1. SEPARAR E DIFERENCIAR UM PEDAÇO DE TERRA: A ORIGEM DAS PRAÇAS.....                                      | 25         |
| 1.2 PRAÇAS: LEMBRANÇAS HISTÓRICAS E SÍMBOLOS DE PODER .....                                                  | 31         |
| 1.3 A PRAÇA COMO LUGAR DE MEMÓRIA E DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL .....                                            | 38         |
| <br><b>CAPÍTULO 2 - O LARGO DA MATRIZ: MARCO INICIAL PARA A FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE .....</b>   | <b>44</b>  |
| 2.1 A ROTA DOS TROPEIROS NOS CAMPOS GERAIS: O SURGIMENTO DE PONTA GROSSA .....                               | 48         |
| 2.2 O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE PONTA GROSSA: MUITO ALÉM DO CAMINHO DAS TROPAS .....                      | 55         |
| 2.3 OS LARGOS DA CIDADE DE PONTA GROSSA E SUA TRANSFORMAÇÃO EM PRAÇAS .....                                  | 61         |
| 2.4 A COLINA MAIS ALTA: DE LARGO DA IGREJINHA À PRAÇA DA MATRIZ.....                                         | 69         |
| 2.5 A PRAÇA E O SESQUICENTENÁRIO DA CIDADE .....                                                             | 83         |
| <br><b>CAPÍTULO 3 - O ENSINO DE HISTÓRIA, A APLICAÇÃO DO PROJETO E A PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO .....</b> | <b>86</b>  |
| 3.1 O ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS DA ATUALIDADE.....                                                        | 88         |
| 3.2 A APLICAÇÃO DO PROJETO DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL.....                                                  | 92         |
| 3.3 A PRODUÇÃO DOS JOGOS: MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA .....                                | 100        |
| <br><b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                        | <b>110</b> |
| <br><b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                 | <b>113</b> |
| <b>ANEXO A - MENSAGEM DO REITOR DA UEPG (1973) .....</b>                                                     | <b>122</b> |
| <b>ANEXO B - EDITAL DO CONCURSO DO SESQUICENTENÁRIO .....</b>                                                | <b>124</b> |
| <b>ANEXO C - CARTAZ DA CAMPANHA DO EMBELEZAMENTO DA CIDADE .....</b>                                         | <b>126</b> |
| <b>ANEXO D - NOTA DA CAMPANHA DO EMBELEZAMENTO DA CIDADE .....</b>                                           | <b>128</b> |
| <b>ANEXO E - PROJETO DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL.....</b>                                                    | <b>130</b> |

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos do século XIX, o Largo da Igreja Matriz da cidade de Ponta Grossa, passou a ser denominado de Praça Marechal Floriano Peixoto e constituiu-se em um espaço de construção e preservação da memória de muitos acontecimentos históricos da cidade, tornando-se assim para a história local, um importante lugar de memória.

O centro urbano e comercial que se originou nas proximidades da Praça, contribuiu enormemente com o desenvolvimento da cidade, em todos os aspectos. Entretanto, a cidade foi se distribuindo para além da colina inicial. A estação ferroviária, construída nos anos finais do século XIX, favoreceu o comércio e os transportes de carga e passageiros facilitando e diversificando as oportunidades de trabalho, de prestação de serviços e de lazer que se faziam necessários para atender à modernização que se verificava.

No contexto atual, esta praça não tem mais a mesma função que já exerceu no passado, com a elevação do povoado à condição de freguesia, no início do século XIX e até as primeiras décadas do século XX. Naquela época, tais espaços em frente às igrejas eram denominados de adros – áreas amplas e sem vegetação, que eram ocupadas para diversas finalidades. Desde seu surgimento, as praças foram utilizadas como espaços sociais. A estes espaços públicos, foi atribuído a função de reunir pessoas para os mais diversos fins nos ambientes urbanos. Ao longo dos séculos esta função foi sendo ressignificada.

A Praça da Matriz, gradativamente foi deixando de ser o principal ponto social e político ponta-grossense, preservando-se o aspecto religioso, pelos habitantes que professavam a fé católica, os quais mantiveram a tradição das festas da Padroeira. Todavia, as sociedades possuem a capacidade de ressignificar espaços e a importância da Praça para a história da cidade é inquestionável. A Praça por si só se constitui em um monumento. Embora o centro da cidade tenha sido deslocado para outros espaços surgidos com o desenvolvimento, a memória das pessoas manteve viva a importância da Praça da Matriz.

No percurso para alcançar a categoria de cidade, o Largo da Igreja Matriz destacou-se como local de extrema importância. As mudanças sociopolíticas ocorridas nas últimas décadas do século XIX, exigiam a organização das instituições sociais básicas como sedes para a administração municipal e para a Câmara de Vereadores, para o Fórum e cadeia, além de espaços destinados ao lazer e convivência social. Naturalmente, as residências das famílias com maior poder aquisitivo também foram construídas no entorno do Largo.

A emancipação política sugeria ideias de progresso, de civilização, de laicidade. Oficialmente, a República do Brasil, pela Constituição de 1891 separava o Estado da religião, conseqüentemente, verificou-se que a mudança do nome do Largo da Matriz para Largo Municipal seria mais apropriada. No entanto, no início do ano de 1897, a Lei Municipal nº 03 de 23 de janeiro, altera sua denominação para Praça Marechal Floriano Peixoto.

Muitos lugares que atualmente são denominados de praças, surgiram como largos ou adros, denominação atribuída no século XV, na sociedade ocidental. Os largos eram espaços públicos sem construções ou ajardinamentos e seu principal objetivo era o encontro de pessoas. Os adros, no entanto, eram espaços em áreas externas especificamente de templos religiosos, podendo ser abertos ou delimitadas por cercas e preferencialmente para a realização de ritos como procissões e cerimônias. Ao redor dos largos e dos adros, eram construídas as igrejas e prédios da administração das povoações que dariam origem às cidades (FERRARA, 1993, p.206).

O arquiteto e urbanista Murillo Marx, afirma:

A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana, estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus frequentadores [...] (MARX, 1980, p.50).

Assim, a praça se torna um espaço urbano e público, que por seu simbolismo, congrega referências que remetem ao imaginário e ao real, são marcos arquitetônicos e muitas vezes são palcos para manifestações populares que conduzem para transformações históricas e culturais, sendo fundamental para a cidade e seus cidadãos. Dessa forma, como lugar diferenciado dos demais que constituem as cidades, elas podem ser analisadas sob vários aspectos: histórico, político, econômico, religioso no decorrer do tempo.

De maneira genérica, praça é todo espaço urbano público com área livre para lazer, recreação, passeios, interações sociais ou simplesmente de contemplação. Nesse espaço não há circulação de veículo, sendo que, algumas possuem áreas com ajardinamentos ou são mais arborizadas, outras, abrigam parques infantis e também áreas para a prática de esportes.

Até o século XIX, os espaços destinados a essa função não eram arborizados ou ajardinados, reservando-se esse costume apenas para as áreas ao redor dos palácios que estavam afastados das aglomerações urbanas. Esse fato contribuiu para que esses locais se

configurassem como essencialmente populares, integrando as pessoas e desenvolvendo a noção de comunidade.

E é, dentro desse sentido, que muitos desses espaços foram transformados em “lugares”, pois agregavam os elementos que ultrapassavam referências meramente físicas e topográficas. Embora, algumas vezes espaço e lugar, possam ser identificados como sinônimos, estes possuem definições distintas quando analisadas academicamente.

Em sua obra “Por uma geografia nova”, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1978), apresenta uma definição de espaço que abrange a área de História: “[...] O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares [...]” (SANTOS, 1978, p.122).

Sob esse ponto de vista, o espaço é compreendido como forma que representa as relações sociais passadas e presentes, entrelaçadas por acontecimentos que gradativamente constituem as sociedades, em constante transformação, que vão se apropriando e atribuindo novos significados e valores aos espaços ocupados.

Analisando-se historicamente sabe-se que a apropriação dos espaços e a evolução das sociedades são resultados das variadas experiências de homens e mulheres no decorrer do tempo. As praças, que se constituíram em pontos de referência urbanos, são formas que representam muito bem tais relações humanas na História.

Para o geógrafo canadense Edward Relph, o lugar é “[...] um microcosmo, onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco [...]” (RELPH, 2012, p. 31). Defendendo suas ideias a partir da Fenomenologia<sup>1</sup>, destaca a importância do lugar como palco das experiências pessoais e/ou coletivas, que marcam significativamente a vida dos indivíduos que compõem a comunidade de determinados espaços, construindo assim sua identidade e subjetividade.

Para essa construção, buscam-se as origens das tradições, dos lugares e acontecimentos do passado, trazendo-os para o presente através das lembranças compartilhadas, confirmando que todos os seres humanos são essencialmente sociais e que a vida em grupo cria convenções que são incorporadas ao longo do tempo e transmitidas às novas gerações.

---

<sup>1</sup> Fenomenologia: Ciência nascida na segunda metade do século XIX, a partir das análises de Franz Brentano sobre a intencionalidade da consciência humana, trata de descrever, compreender e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção. Propõe a extinção da separação entre “sujeito” e “objeto” (opondo-se ao pensamento positivista do século XIX) e examina a realidade a partir da perspectiva de primeira pessoa. Edmund Husserl, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty foram alguns dos principais filósofos fenomenologistas do século XX.

A geógrafa irlandesa Anne Buttimer ressalta que “[...] o lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas [...]” (BUTTIMER, 1985, p.228). Assim, esta autora apresenta um conceito de lugar que envolve várias dimensões da vida, estabelecendo conexões significativas entre elas, através das afetividades e de intencionalidades, pois não há neutralidade nas ações humanas. Somos sujeitos históricos, síntese de múltiplas determinações e, assim, construimo-nos historicamente de forma contínua e processual.

Justamente pelo motivo de não serem as sociedades estáticas, é que se recorre aos símbolos, aos monumentos, a preservação das memórias dos fatos e personagens que marcaram, de alguma forma, a história de determinadas comunidades. Essa interpretação classifica as praças como lugar, sendo este, historicamente um dos espaços urbanos eleitos para se erigir monumentos e símbolos de poder, principalmente, político, econômico, social ou religioso.

Além de estabelecer as diferenças entre espaço e lugar, é necessário definir o que é território, pois estes conceitos – espaço, lugar e território - possuem entre si diferenças bastante sutis. De acordo com Milton Santos (1978), território é uma área geográfica delimitada, que sendo paulatinamente utilizada pelos grupos sociais, vai se configurar em um espaço. Segundo este autor, o conceito de espaço é resultado das relações que nele se desenvolvem, sejam elas, sociais ou de produção, circulação ou distribuição das forças produtivas. Tais relações que são decorrentes da ação humana sobre o espaço, lentamente o modifica, visando sua adequação funcional às necessidades daqueles que dele usufruem.

Considerando essas definições de espaço, lugar e território sob a ótica da Geografia Humana e relacionando ao conceito de praça, seu significado e função para a História, podemos identificar esta interdisciplinaridade nas análises de Robba e Macedo (2002), sobre a classificação das praças de acordo com suas funções:

- Pátio ou Átrio: era um tipo de praça que havia no interior de muitos castelos medievais. Naquela época a segurança era uma grande preocupação, devido às constantes invasões e guerras. Constituem-se de áreas que podem ser ajardinadas, delimitadas por paredes ou muros, sem cobertura, geralmente localizada no centro das edificações. Atualmente, é comum encontrar pátios em condomínios residenciais e comerciais, estabelecimentos escolares, hospitais, fábricas, penitenciárias, conventos e mosteiros.

- Largos: denominação surgida no século XV para as praças localizadas em frente às igrejas. Eram espaços livres amplos com o principal objetivo de proporcionar o encontro das

peessoas. Com o passar do tempo, tais espaços públicos passam a sediar atividades comerciais e também recreativas como competições e outras atividades lúdicas.

- Adros: espaços em áreas externas especificamente de templos religiosos, podendo ser abertos ou delimitadas por cercas. É um local que pode receber ritos como procissões e cerimônias, atividades para lazer da comunidade ou até mesmo comerciais como feiras e exposições temporárias.

Há também uma classificação referente às características das praças com relação ao tipo de pavimento e vegetação existente:

- Praças úmidas: são bem arborizadas, com espécies nativas ou exóticas. Além de espaço para lazer, visam a preservação da natureza no ambiente urbano. Tiveram origem nos Passeios Públicos criados no final do século XVIII, porém àquela época, o objetivo principal deste tipo de praças era proporcionar espaço de sociabilidades para a elite social.

- Praças mistas: são construídas obedecendo a critérios de proporção entre a área pavimentada e a área arborizada. Seu principal objetivo é a melhoria da paisagem urbana, seguindo padrões estéticos de arquitetura e ajardinamento.

- Praças secas: possuem em sua maior parte, áreas ausentes de arborização ou qualquer tipo de vegetação. Surgido na Europa, esse conceito de praça pretendia principalmente, se constituir em um espaço para manifestações artísticas e culturais. Atualmente, segue o estilo modernista na arquitetura e privilegia espaços para lazer para adultos e crianças, como os parques infantis ou playgrounds, algumas possuem pistas para caminhada, quadras e equipamentos para exercício físico. No Brasil, o paisagismo modernista iniciou com o projeto dos Jardins do MEC, de Burle Marx, nos anos finais da década de 1930.

O historiador Michel de Certeau em sua obra “A invenção do cotidiano” (1980), discorre também sobre os conceitos de espaço e lugar. Ao afirmar que “[...] um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade [...]” (CERTEAU, 1980 p.201). E, mais adiante, este autor confirma “[...] o espaço é um lugar praticado [...]” (CERTEAU, 1980 p.202), defendendo que, geograficamente, lugar e espaço podem ocupar a mesma área física. Historicamente, os espaços seriam os lugares transformados pelas ações humanas no decorrer do tempo, o que daria significado ao lugar através de sua apropriação lenta e contínua, imprimindo-lhe características culturais das comunidades que ali se desenvolveram.

De certa forma, o geógrafo Yi-Fu Tuan, confirma, sob a ótica da Geografia Humana, os conceitos definidos por Michel de Certeau. Segundo esse autor, um dos precursores do

movimento humanista na Geografia “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar [...]” (TUAN, 1983, p. 151), ou seja, quando ao espaço geográfico habitado ou frequentado são atribuídos laços de memórias afetivas, devido às experiências significativas nele vividas, este passa a outra instância de significados abarcando a ideia de lugar. Portanto, para este autor, lugar diferencia-se de espaço pelo significado que representa.

Novamente é possível estabelecer ligações interdisciplinares entre conceitos da Geografia e da História com a expressão - lugares de memória - empregada pelo historiador francês Pierre Nora, em 1984. Com essa expressão realça um novo conceito, que passa a ser atribuído a muitas praças, justificando, inclusive seu tombamento como patrimônio histórico e/ou artístico, em vários países, expandindo ainda mais a possibilidade interdisciplinar com a Sociologia, Filosofia, Arquitetura, Urbanismo, Artes Plásticas, entre outras áreas.

Na sociedade brasileira, a preocupação com o patrimônio histórico e sua preservação torna-se oficial em 13 de janeiro de 1937, sob a Lei nº 378, quando o então Ministério da Educação e Saúde, criou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão voltado para a promoção de tombamento, conservação, enriquecimento e conhecimento, em âmbito nacional, do que poderia ser considerado patrimônio histórico e artístico nacional. O processo de seleção e validação do que pode ser considerado patrimônio envolve vários aspectos e precisa considerar as peculiaridades de cada comunidade, seus valores e a importância que atribuem a acontecimentos, lugares e experiências vividas. Sob essa ótica a memória exerce papel importante, pois

Costumamos pensar que patrimônio é passado, memória daquilo que ficou como herança. Mas o patrimônio, também, é presente, é memória do tempo presente. Isso porque não podemos entender o presente, nem tampouco pensar o futuro sem olhar para a memória – pano de fundo para se pensar as mudanças sociais. Em se tratando de passado temos um patrimônio que agrupa pessoas e acontecimentos que testemunham períodos vividos. São memórias que profissionais e instituições credenciam como patrimônio: preservando-os, recuperando-os e conservando-os [...] (ARARIPE, 2004. p.111- 112).

Esta citação de Fátima Maria Alencar Araripe (2004) valoriza as memórias dos diversos grupos sociais no papel de seleção e validação do que pode ser considerado patrimônio, pois, as escolhas dos monumentos, documentos, saberes e manifestações diversas não são neutras e constituem-se em construções culturais e políticas, revelando a busca constante de construção da identidade de grupos, sejam estes, sociais, étnicos, religiosos, etc.

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 216, traz a seguinte definição para Patrimônio Cultural do Brasil “[...] Constituem patrimônio cultural brasileiro bens de natureza

material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]” (BRASIL, 1988).

A Revista Brasileira de História publicada em setembro de 1992, traz um artigo escrito pelo professor José Ricardo Oriá Fernandes a partir da sua dissertação de Mestrado intitulada “O Direito à História: A Proteção Jurídica ao Patrimônio Histórico-Cultural no Ordenamento Constitucional Brasileiro” (Universidade Federal do Ceará, 1992), sobre a evolução da conceituação de patrimônio histórico e artístico para patrimônio cultural no Brasil:

Hoje, com o avanço teórico-metodológico das Ciências Sociais, que mais têm se dedicado ao estudo das manifestações culturais, esta expressão vem sendo substituída pela de “Patrimônio Cultural”. Assim, sai-se do limite estreito da terminologia tradicional, para falar-se em “Patrimônio Cultural”, em vez de “Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico”, pois há outros valores culturais que não se enquadram na terminologia antiga.

O próprio conceito de “Patrimônio Histórico, artístico” restringia-se, exclusivamente, aos bens materiais, especialmente aos bens imóveis, dissociados de seu ambiente original. Além de que, os critérios de seleção destes bens obedeciam a padrões estabelecidos pelas chamadas “autoridades de tutela” dos órgãos oficiais, que, muitas vezes, não levavam em consideração outros critérios de preservação, bem como a participação da sociedade civil na seleção e preservação destes mesmos bens. (FERNANDES, 1992, p.267)

Os diversos grupos sociais através dos seus costumes, organizações e tradições criam laços entre aqueles que os compõem. Essa interdependência entre as pessoas e seu meio social estabelece convenções ou costumes que são incorporadas e transmitidas de geração a geração. Com o passar do tempo, alguns aspectos que são próprios de determinados grupos sociais podem sofrer mudanças, pois a sociedade não é estática ou imutável. No entanto, existem situações como comemorações, manifestações religiosas, lugares sagrados, expressões artísticas, para citar apenas alguns exemplos, que são características ou referências destes grupos e que, por isso mesmo, devem ser considerados como patrimônios culturais.

Infelizmente para muitas edificações e logradouros da cidade de Ponta Grossa, a lei e o trabalho de valorização e conscientização da preservação do patrimônio histórico vieram tardiamente.

Nesta cidade, a década de 1970, foi uma época de importantes transformações. Nas eleições municipais de 1976, o povo ponta-grossense elege Luiz Carlos Stanisláwzuk, (01/02/1977 a 14/05/1982) do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido político que poderia ser considerado, naquela conjuntura política, o partido de oposição. Além da

inusitada eleição, desde o início daquela década verificou-se um constante progresso trazido pelas indústrias, gerando crescimento econômico e demográfico. Todas essas mudanças traziam consigo ideias de renovação, de substituição do antigo pelo novo.

Nesse período buscou-se a modernização da cidade. Muitos prédios antigos de valor histórico e cultural foram demolidos, não se reconhecendo a importância da preservação do patrimônio. Para a sociedade local e regional, nem mesmo as leis que regulamentavam o tombamento eram observadas. Naquele momento, a concepção de Educação Patrimonial ainda era pouco difundida a nível nacional.

Uma das primeiras ações de modernização da cidade foi a proposta de demolição da Catedral de Sant'Ana, baseada em afirmações de que esta oferecia perigo aos seus frequentadores por ser uma edificação bastante antiga e a possibilidade de restauração ser excluída sumariamente, pois os custos seriam muito elevados. Logicamente que essa proposta causou polêmicas, mas foram em vão todos os protestos da comunidade, pois havia uma autoridade que apoiava: o bispo diocesano. Diante de tal poder eclesiástico, as vozes dos fiéis se calavam e enfraqueciam os argumentos daqueles que se posicionavam contra (CORDOVA, 2012).

Nessa época, entretanto, houve um movimento de valorização do Patrimônio Cultural e da Educação Patrimonial, de monumentos e culturas locais. Em 1983, ocorreu no Museu Imperial de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, um evento intitulado “1º Seminário Sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos” e a expressão Educação Patrimonial passa a ser utilizada de forma a tornar mais popular a apropriação de seu significado (KERSTEN, 2000).

A carência de conhecimento histórico do local em que se vive afeta a construção da consciência crítica e a própria leitura da realidade na qual se está inserido, inviabilizando reflexões sobre problemas cotidianos e por melhores condições de vida, fato que, de certa forma, pode comprometer o exercício da cidadania.

A partir destas afirmações, procuramos realizar um trabalho de pesquisa enfocando o desenvolvimento de estratégias de estudo da história local, relacionando-as com a Educação Patrimonial e os espaços de memória, a partir de análise dos monumentos localizados na Praça Marechal Floriano Peixoto, a primeira da cidade e marco inicial da povoação.

As fontes utilizadas foram edições do jornal Diário dos Campos (anos de 1970-1973) e fotos antigas da cidade, disponíveis na Casa da Memória Paraná, registros de Ponta Grossa nos Livros-do-Tombo da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná e do Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional citados na Tese de doutorado de Márcia Scholz de Andrade Kersten: “Os rituais do tombamento e a escrita da história - Bens tombados no Paraná entre 1938-1990”, além de obras de historiadores locais como livros, artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Esta pesquisa dividiu-se em três capítulos.

O primeiro capítulo tem por objetivo apresentar o objeto deste estudo: a praça. Por meio de pesquisa sobre a origem, a utilização e apropriação da mesma, tanto pelos governantes como pela população, sua simbologia e uma reflexão desta como “espaço de lugar de memória e de educação patrimonial”, relacionando-os com a área da História, na ótica da constituição do patrimônio e de lugares de memória. Recorremos à área da Geografia Humana para melhor compreensão dos conceitos de espaço, lugar, território, monumentos e de praça.

O segundo capítulo trata da história da cidade, seu desenvolvimento e constituição como centro urbano, analisando que esta história está atrelada, desde seu início, ao espaço que, com o passar do tempo, se tornará lugar simbólico pelos acontecimentos que irá sediar e pelos monumentos que passa a receber, representando suas várias fases, culminando com as comemorações do Sesquicentenário da cidade, sob a perspectiva de um espaço que gradualmente se transforma em um lugar de referência na história da cidade: a Praça Marechal Floriano Peixoto.

Considerando a condição da Praça como um lugar de memória e identidade social da comunidade, foi proposto o desenvolvimento de um projeto de ensino abordando o tema “A Praça como espaço de construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade de Ponta Grossa”, procurando despertar nos alunos o interesse pelas questões locais, oportunizando aprendizagens significativas para subsidiar a compreensão da sua realidade sociocultural. O projeto de ensino de História Local foi desenvolvido com alunos das séries finais do Ensino Fundamental II, no Colégio Estadual Santa Maria, em Ponta Grossa, estado do Paraná.

Seguindo uma metodologia de pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, com estudo dos monumentos localizados na Praça Marechal Floriano Peixoto através de análise de documentos e registros sobre os mesmos, de pesquisa documental sobre a demolição da Catedral de Sant’Ana, pretendeu-se atender aos objetivos propostos para este estudo, estabelecendo relações entre o ensino de História e a Educação Patrimonial e de como ocorreu a apropriação do espaço ao longo do tempo.

O terceiro capítulo apresenta o relato da experiência do desenvolvimento do projeto de ensino de História Local com alunos das séries finais do Ensino Fundamental II e o processo de elaboração de material didático, no caso, um jogo de tabuleiro, que poderá ser utilizado como subsídio nas aulas sobre o ensino de História Local e Educação Patrimonial.

Com relação a utilização de jogos nas aulas de História, há muitas publicações de relatos de experiências de professores. O aspecto lúdico do processo de aprendizagem dos alunos é explorado nas suas várias formas, sendo as mais citadas: jogos de tabuleiros, jogos digitais, atividades de representação através de dinâmicas de grupos. Na obra organizada por Marcello Paniz Giacomoni e Nilton Mullet Pereira – SEAD/UFRGS (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias) encontram-se vários textos sobre este assunto. Destacamos alguns pontos citados, como por exemplo, os autores Edson Antoni e Jocelito Zalla, no texto “O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em História” afirmam

A discussão sobre o uso do jogo no ensino de História é indissociável do debate sobre a natureza desta área do conhecimento e sua inserção na educação básica. Assim, partiremos de dois pressupostos amplamente discutidos pela bibliografia especializada:

a) a História é o estudo da experiência humana em sua dimensão temporal, nas inter-relações entre passado e presente; b) uma das funções da escola é promover o acesso aos saberes historicamente acumulados e socialmente valorizados. O patrimônio e o conhecimento históricos se apresentam, nas sociedades contemporâneas, como conteúdos indispensáveis para o pleno exercício da cidadania. De um lado, a manipulação qualificada do passado permite o acesso a diversos bens culturais, a meios especializados e a determinados estratos intelectuais, políticos e sociais; de outro, é um saber cognitivamente instrumental, pois desenvolve ferramentas de leitura e compreensão do mundo, aplicáveis a contextos diferenciados. Aprender História é, portanto, um duplo direito: a um conhecimento culturalmente almejado e a procedimentos e instrumentos necessários para agir consciente e criticamente em sociedade [...] (ANTONI; ZALLA, 2018, p. 117)

O projeto de ensino de História intitulado “A Praça como espaço de construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade de Ponta Grossa” considerou os pressupostos explicitados na citação anterior, pois teve como objetivo despertar nos alunos a consciência da necessidade de preservação e valorização do patrimônio cultural, dos espaços de memória e da história local.

A utilização do jogo no ensino de História é justificada pelos autores citados, quando destacam que

Muito tempo antes da instituição do ensino, através da escola formal, a simulação da vida cotidiana por meio de atividade lúdica fora um mecanismo de transmissão

de procedimentos, informações e valores às gerações mais novas. Até mesmo em comunidades ágrafas, a referida atividade pode ser encontrada como artifício de socialização de saberes; desta forma, antes de corresponder a uma simples e despretenhosa atividade, o jogo traz em si uma gama bastante grande de significados e representações. Constituiu-se, portanto, ao longo da história, como um mecanismo de aprendizado de conhecimentos não formais e um importante aliado no processo de desenvolvimento cognitivo da criança [...] (ANTONI; ZALLA, 2018, p. 113)

Independente da realidade em que esteja inserida a escola, esta jamais será apenas um local para a transmissão de conhecimentos ou saberes sistematicamente organizados, de acordo com cada época e dentro de contextos sociais diversos. A escola é o local privilegiado que propicia interações sociais e, conseqüentemente a socialização de saberes, além do ensino formal, com suas normas e práticas, sendo as atividades lúdicas um recurso eficiente no desenvolvimento dos alunos.

No texto “Jogar com a História na sala de aula” a autora Carla Beatriz Meinerz tece as seguintes considerações sobre as múltiplas possibilidades que se abrem ao se utilizar jogos como instrumentos para a construção do conhecimento histórico

Compreendemos o jogo como prática cultural que pressupõe a interação social, e exploramos essa temática a partir do reconhecimento do potencial presente na apropriação do lúdico em experimentações pedagógicas de construção do histórico na escola, justamente pela capacidade de criar vínculos entre os pares (jovens estudantes), dos pares com os mestres (adultos professores) e ambos com os saberes e fazeres que circulam dentro e fora da sala de aula. Argumentamos a favor da inclusão de situações didáticas constituídas a partir do uso de jogos de tabuleiro, jogos digitais ou de dinâmicas de grupo, nos planejamentos e nos processos de ensinar História na Educação Básica. Incluir significa também, somar, diversificar a ação, jamais substituir propostas já existentes (embora possamos fazer a crítica das bases interativas das mesmas) ou tornar o jogo uma espécie de receita milagrosa para garantir o aprendizado e o desejo dos alunos em estudar História. (MEINERZ, 2018, pp. 73-74)

O desenvolvimento do projeto de ensino de História Local foi realizado com alunos das séries finais do Ensino Fundamental II, no Colégio Estadual Santa Maria. O produto didático resultou na confecção de dois jogos: um jogo da memória com imagens dos monumentos da praça e um jogo de tabuleiro a partir das pesquisas realizadas com os alunos sobre os monumentos da Praça Marechal Floriano Peixoto, oferecendo uma opção de material didático para o trabalho com a história local.

Nas considerações finais, são apresentadas análises da pesquisa realizada e sua relação com a Educação Patrimonial e a História Local, além da Praça como espaço de

construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade de Ponta Grossa. Destacando-se também, a importância da interação dos alunos com a comunidade na qual estão inseridos, para que estes desenvolvam um olhar especial para os lugares que antes passavam despercebidos e que podem dizer muito sobre a história do local em que vivem.

## **CAPÍTULO 1**

### **PRAÇAS: DIFERENTES OLHARES E USOS PARA UM MESMO ESPAÇO**

As praças são espaços públicos que foram sendo ressignificados ao longo do tempo por seus frequentadores em diversas situações, tais como, encontro de pessoas, manifestações religiosas ou cívicas, comércio ou lazer, sendo que, muitas delas estão vinculadas ao surgimento de cidades, bem como a utilização destas estão incorporadas à história da sua fundação.

A expressão “lugares de memória” foi empregada por Pierre Nora a partir de 1984. Este historiador francês ressalta que a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é uma representação do passado, construída pelas narrativas do historiador ou pesquisador baseados nos conceitos da sociedade na qual está inserido. A história requer rigor metodológico, isto é, se constitui em um trabalho intelectual, que deve “criticar” as fontes, analisar os processos de construção da memória e se utilizar de teorias para embasar suas pesquisas e conclusões. (NORA, 1993, p.9)

Segundo o autor, a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. Ao compartilhar lembranças sobre o passado, mesmo que o grupo social não as tenha vivido pessoalmente, as incorpora, se baseando nos interesses culturais e políticos do presente. As lembranças são individuais, algo vivido, sentido ou percebido pela pessoa enquanto que a memória pode ser coletiva, seletiva e vulnerável às circunstâncias do presente. De certa forma, é uma reconstrução do passado que, dependendo do seu uso ou enfoque, pode servir a interesses econômicos, políticos, religiosos, culturais; enfim, ao compartilhar lembranças ou interpretações das épocas passadas, com forte componente afetivo, sem crítica ou método, as pessoas podem, conscientemente ou não, estar sujeitas às manipulações de grupos detentores de poder.

A expressão “lugares de memória” (NORA, 1984), remete ao conceito de memória e seu uso na historiografia, pois a memória pode ser uma fonte de pesquisa para a História, porém o trabalho do historiador deve ir muito além de apenas coletar dados por ela fornecidos, seja de forma individual ou coletiva. É de extrema importância que sejam analisados os processos de construção das memórias, quem são os sujeitos ou atores envolvidos nos processos e quais são os interesses que motivam ou justificam a seleção ou exclusão do que é citado, qual é o contexto socioeconômico e político no qual estão inseridos.

Anterior a Pierre Nora, o sociólogo e filósofo francês Maurice Halbwachs (2004) apresentou um conceito de memória e como esta se distingue de lembrança e de História. Demonstrou que é um fenômeno coletivo, e ao ser compartilhada reconstrói algo vivido, imprimindo àquele fato significado e importância social. Esses conhecimentos do passado são guiados pelo momento presente, baseados em lembranças individuais que são legitimadas através do compartilhamento pelo grupo ao qual a pessoa se identifica. Nessa linha de pensamento, o próprio processo de construção da memória e da identidade de grupos pode ser compreendido como um ato histórico e pode ser classificado como fonte histórica.

Reafirmando as proposições de Maurice Halbwachs, temos as análises de Michael Pollak (1992), que coloca a perspectiva de que

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20/30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido às flutuações, transformações, mudanças constantes [...] (POLLAK, 1992, p.201)

A memória está presente em todos os lugares, é um veículo de transmissão da cultura, de significados, valores e crenças de um povo, das sociedades em seus espaços, que possibilitam as interações humanas. E foram as praças, que se constituíram com o desenrolar do tempo, nos lugares adequados para tais manifestações, permanecendo assim até aos dias atuais.

### 1.1 SEPARAR E DIFERENCIAR UM PEDAÇO DE TERRA: A ORIGEM DAS PRAÇAS

Há inúmeras publicações de estudos e pesquisas sobre praças, analisando-as sob diversas óticas relacionadas aos mais variados campos de conhecimento. A origem das praças como espaço constituinte das cidades remonta a Ágora grega, estruturada na Antiguidade Clássica.

Etimologicamente, o termo Ágora vem do verbo *agorien* – que significa discutir, deliberar, mas seu significado foi adquirindo outras conotações no decorrer do tempo, em meados do século V, devido às interações com povos estrangeiros, como a realização de cultos religiosos, eventos sociais, apresentações de peças teatrais, competições, julgamentos e decisões de interesse comum. Na obra “Teoria do Urbanismo”, o autor Antonio Castelnou (2007) destaca que “O centro da cidade era a ÁGORA; praça do mercado, local de assembléia

e encontro comunal, onde a população urbana se juntava. Com o passar do tempo, na passagem da aristocracia para a democracia, a ágora tornou-se enfim o núcleo cívico, restando à acrópole o papel de centro religioso e simbólico. (CASTELNOU, 2007, p.14)

Com a ampliação das atividades nesse espaço, passou a ser identificada como o centro da cidade (pólis), e em seu entorno teve início a construção de outras estruturas como prédios públicos, área para as discussões políticas, comércio (mercado) e o lazer (interações sociais). Alguns elementos arquitetônicos a marcavam, como a *stoa* – corredores ou pórticos cobertos e o mercado – para o comércio e negócios. Gradualmente, os templos ficaram restritos às áreas denominadas de acrópole, como a de Atenas, por exemplo.

A civilização romana apropriou-se de elementos culturais e religiosos dos gregos, inclusive o estabelecimento de delimitações espaciais de praças, onde adotaram o costume de cultuar aos deuses e de honrar aos seus heróis, guerreiros ilustres, pensadores ou destacados políticos através de monumentos erigidos nas praças ou até mesmo de construções específicas para tais homenagens. Este costume permaneceu e foi incorporado pelos romanos, conservando conhecimentos, fatos históricos ou lendários, celebrações, hábitos, enfim as tradições que foram preservadas pela memória e perpetuadas.

De acordo com Castelnou (2007) pode-se exemplificar a apropriação, adaptação e a transformação dos elementos da cultura grega pelos romanos, pois assim escreveu o autor: “o FORUM ROMANUM, equivalente à ágora grega, passou por várias transformações, passando de certa irregularidade para uma preocupação cada vez maior com a simetria formal, [...] a monumentalidade dos edifícios públicos e o fechamento de seu recinto ao tráfego” [...] (CASTELNOU, 2007, p.16).

Seguindo o estilo grego, os romanos construíram seus fóruns, mantendo a grandiosidade dos seus espaços, que se tornaram símbolos de poder. No entanto, a discussão política, que simbolizava a liberdade para os gregos, não se dava nos sítios abertos, mas em áreas restritas e reservadas aos cidadãos romanos (DE ANGELIS, 2005).

As principais representações simbólicas da Ágora grega – o poder nas esferas política, administrativa e religiosa, permaneceram nos locais das praças em Roma. A monumentalidade, que impressionava e orgulhava aos cidadãos romanos, as instalações da República e posteriormente, do Império, os magníficos templos aos deuses, foram elementos da cultura grega, transmitidos e mantidos pelos romanos. Assim, fica claro apontar que as estruturas urbanas gregas foram observadas pelos romanos cuja representação foi transposta para a sua própria configuração espacial.

Também as cidades romanas, independentemente de seu porte, possuíam um Fórum. Nelas, as vias principais eram denominadas de *cardus maximus* e *decumanos maximus* e se entrecruzavam no fórum, os quais originaram as “piazzas” medievais, que serviram como locais de realização de julgamentos e execuções penais, além da realização de outras atividades tais como, feiras ou mercados populares, festejos, lazer, interações sociais e manifestações religiosas.

Durante a Idade Moderna, a transformação foi muito ampla, principalmente nos aspectos culturais e econômicos, o que gerou a organização de novos conceitos de cidade e seus espaços que incluíam a remodelação principalmente nos públicos denominados de largos ou adros, que necessitavam compor o todo harmonioso, racional e geométrico em que as cidades estavam se configurando. Nesse sentido, conforme Antonio Castelnuovo,

Os ideais estéticos da Renascença defendiam o alargamento de ruas, as quais deveriam confluir para construções monumentais, agora destacadas em praças ajardinadas, repletas de fontes esculturais, estátuas, obeliscos e colunatas. Sendo concebida como artefato humano, a cidade deveria ser a mais geométrica possível e seu crescimento ditado pela harmonia e razão[...] (CASTELNUOVO, 2007, p.41)

As cidades passaram, aos poucos, a ter as primeiras fábricas ao mesmo tempo em que o comércio também se tornou mais dinâmico. Essas novas situações propiciaram o surgimento do proletariado. O novo modelo de vida urbana, em cidades reorganizadas, com belos palácios e seus jardins, trazia consigo novas exigências, não apenas funcionais, mas também sociais, principalmente para as elites.

A burguesia que estava se estabelecendo defendia a necessidade de espaços para os passeios, para as interações sociais, para as recreações e, nesse contexto, as praças receberam um tratamento mais elaborado, através dos jardins que passaram a ser criados com vegetação apropriada e nativa, passando a ser espaço de embelezamento urbano, área de lazer e de sociabilidades. Os Largos, em sua maioria, foram remodelados, com o objetivo de demonstração de progresso, organização, higiene e modernidade.

Essas mudanças socioeconômicas refletiram em todos os âmbitos da vida dos cidadãos. Os aspectos organizacionais nos conceitos de praças – modernização, contemplação, sociabilidades, lazer, demonstração de poder político ou religioso, envolveram muitos países europeus. Estes novos conceitos de organização de cidades e praças passaram a integrar o planejamento urbano, prática ainda pouco aplicada pelos governantes e administradores, mas já recomendada pelos arquitetos e urbanistas da época.

Leon Battista Alberti (1404-1472), citado por Antonio Castelnuovo, era um filósofo da arquitetura e do urbanismo, pintor, escultor e músico italiano renascentista, deixou registros sobre como deveria ser, naquela época, a nova ótica a ser seguida para planejamento das cidades estabelecendo proposições sobre o urbanismo ideal, em diversas áreas. Com relação às praças (*piazze*), destacava que estas eram “organismos arquitetônicos autônomos” e que deveriam ser demarcadas com pórticos ou loggias - um elemento arquitetônico aberto inteiramente ou em um dos lados, semelhante a galerias ou pórticos, coberto e sustentado por colunas e arcos (CASTELNUOVO, 2007, p.30).

Alberti classificou as ruas (*vie*) em três categorias, dando destaque à importância das praças como pode ser observado nos itens por ele apresentados. No primeiro, apresenta as orientações para as ruas principais: nas cidades grandes, deveriam ser amplas, retas e curtas, sendo que nas cidades menores poderiam ser tortuosas. No segundo; destaca as ruas secundárias, as quais poderiam ser tortuosas, independentemente do tamanho da cidade, mas deveriam ligar com as ruas principais através de uma linha diagonal. O terceiro modelo é denominado de ruas-praças; deveriam conduzir à igreja e aos edifícios nos quais se exerciam atividades administrativas e judiciais. (CASTELNUOVO, 2007, p.34).

Durante o Renascimento, os jardins e praças (nem sempre de acesso ao público), eram áreas verdes naturais. Porém, nos anos finais do século XVI, surgiu um novo estilo artístico – o Barroco. Esta nova fase, vigente entre os séculos XVI a XVIII, iniciou-se na Itália e influenciou a expansão dos jardins para além das áreas reservadas às elites sociais. As cidades passaram então a construir praças amplas, com vegetação nativa ou exótica, com desenhos geométricos e escalonados em diversos planos. As principais cidades europeias investiram em praças que passaram a ser consideradas verdadeiras obras de arte.

Na Inglaterra, as iniciativas para o embelezamento das cidades partiram dos próprios moradores, principalmente daqueles que formavam a classe da alta sociedade. Em suas propriedades particulares, construíram espaços com jardins e fontes, visando colaborar com o embelezamento urbano. Estes espaços não eram abertos ao público.

Acompanhando as transformações verificadas no uso das áreas públicas e para melhorar o aspecto das cidades, os espaços livres urbanos passaram por reestruturações, subsidiadas pelo governo. O estilo de planejamento inglês das praças foi denominado de romântico, com traçados sinuosos para os passeios ou corredores, possuíam lagos e vegetação farta e nativa.

A primeira praça planejada em Londres é citada por Castelnou (2007). Segundo este autor, a construção foi em uma área pertencente ao Duque de Bedford. Denominado de projeto Covent Garden, foi construída entre 1625 a 1630. O planejamento da obra foi atribuído a Inigo Jones (1573-1652), reconhecido como primeiro arquiteto inglês. Ele a projetou inspirando-se no *Palais Royal* de Paris.

Através das obras monumentais, o espaço das praças, por exemplo, paulatinamente, foi deixando de ser espaço comercial, sendo absorvido pela demonstração da religiosidade. Um exemplo disso é a Praça de São Pedro no Vaticano, a qual passou por modificações no século XVII pelas mãos do escultor e arquiteto Gian Lorenzo Bernini (1598-1680), encarregado pelo Papa Alexandre VII para realizar sua remodelação. Esta que era de estilo clássico, não era pavimentada, tinha forma retangular, uma fonte e um obelisco trazido do Egito. Foi transformada em dois espaços: a *Piazza Obliqua* e a *Piazza Retta*. A primeira recebeu elementos de arte barroca nas colunas e esculturas de mártires, santos e papas. A segunda, foi construída em frente à basílica de São Pedro. O Palácio Apostólico passou a conduzir à *Scalla Regia*, uma escadaria cerimonial. A praça foi pavimentada com pedras brancas e no centro, ligando as duas *piazas*, o obelisco, adornado por quatro leões de bronze, uma provável referência ao martírio dos primeiros cristãos do Império Romano.

A França, com maior ênfase em Paris e Versalhes, destacou-se pela construção de suas praças, seguindo a linha clássica, com esculturas, espelhos d'água e linhas simétricas. A inovação trazida pelos *boulevards* - avenidas arborizadas, consistiu na demolição dos muros que cercavam Paris, literalmente liberando a cidade para a periferia e a extensa área rural (CASTELNOU, 2007).

Durante a Revolução Francesa (1789-1799), houve grande destruição de praças, de obras de arte, de igrejas, bem como saques a castelos, palácios e mosteiros, o que levou a Constituinte de 1789, autorizar a transferência de bens do clero e da nobreza para a propriedade da nação, visando sua preservação como patrimônios históricos da França. Surgiram então os conceitos de herança cultural, patrimônio, conservação. Organizou-se a Comissão de Monumentos e criaram-se os museus como “depósitos abertos ao público”, visando “servir à instrução da nação” (CHOAY, 2001, pp.98-99).

Concomitantemente a essas transformações que se verificaram na Europa, ocorreu a colonização da América pelos povos europeus, principalmente pelos portugueses, espanhóis e ingleses. Em seu livro “Teoria do Urbanismo” Antonio Castelnou (2007), dedica o capítulo sete “Cidades Coloniais” para abordar a colonização do continente americano.

A fundação das cidades na colônia portuguesa da América iniciou-se no século XVI, mas apenas no século XVII, ganhou maior impulso. Com base na obra de Castelnou (2007), foi possível identificar as principais recomendações no processo de urbanização, bem como a concepção de cidade, a importância das praças e sua função social:

As cidades coloniais portuguesas caracterizavam-se por:

- ▶ Localizarem-se em sítios elevados e apresentarem um traçado irregular de inspiração tardo-renascentista, que se desenvolvia funcional e organicamente em relação aos acidentes topográficos, sem seguir leis de ordenação territorial.
- ▶ Possuírem um esquema urbano uniforme baseado em lotes retangulares, com cerca de 10m de frente e longo comprimento (30-50 m), cujas vias (sem calçada ou passeio para pedestres) eram definidas espacialmente pelas edificações.
- ▶ Exibirem uma aparência compacta e homogênea de fachadas com casas e sobrados construídos sobre o alinhamento das vias públicas, e os limites laterais do terreno, seguindo a tradição portuguesa.
- ▶ Seguirem um partido uniforme nas construções, padronizado pelas Cartas Régias e/ou posturas municipais, onde se previa o alinhamento com edificações vizinhas, a altura dos pavimentos e as dimensões e o número de aberturas.
- ▶ Manterem as igrejas disposta geralmente em pontos elevados, para destaque e observação dos visitantes. Em regiões planas, ficavam no centro, próximas à Casa de Câmara e Cadeia e em frente a uma praça (adro) não monumental.

Ao analisar as recomendações para as cidades coloniais portuguesas, se percebe que a citação da praça, é vinculada à existência de uma igreja, que neste caso, era sempre católica, e não se faz distinção entre praça e adro, mas há a recomendação: “...praça (adro) não monumental.” Questionando esta recomendação, cabem duas questões: a expressão “não monumental” referia-se ao tamanho ou extensão do espaço praça/adro? Ou “não monumental” era uma recomendação para que o espaço fosse mantido livre, sem monumentos ou jardins?

Dessa forma, é possível afirmar que as cidades são construções sociais. Agregam pessoas em muitos espaços diferentes. São constituídas pela diversidade social e cultural. Dentre seus variados espaços se destacam, justamente por existirem em todas as cidades, as praças públicas. Geralmente, a praça principal de uma cidade teve sua origem no início da povoação do lugar.

Principalmente nas cidades de colonização portuguesa e espanhola, a Igreja Católica no exercício da sua autoridade e poder, fez uso das praças públicas para as manifestações religiosas dos fiéis, para os julgamentos e execuções dos Tribunais do Santo Ofício, como para festividades aos santos e datas do calendário religioso, as quais eram, muitas vezes, as únicas oportunidades de lazer e convivência que algumas camadas da população tinha acesso.

No caso do poder público, a praça foi utilizada desde os tempos da ágora grega, para reunir as pessoas, com finalidades diversas: comunicações de interesse público, instalações de monumentos para os deuses, para lembrar datas ou feitos importantes para a história das comunidades ou homenagear pessoas, comemorações cívicas, festas abertas à população, etc.

Muitas praças passaram por ampliações, reformas ou remodelações, visando atender as necessidades e demandas das suas populações e usuários, sejam estes constantes ou esporádicos. Embora não seja somente em praças públicas que se encontram monumentos, este se tornou um espaço que abriga, praticamente em todas as cidades, algum tipo de construção dedicado a lembrança de eventos ou personagens marcantes da história local ou nacional.

## 1.2 PRAÇAS: LEMBRANÇAS HISTÓRICAS E SÍMBOLOS DE PODER

Os primeiros usos dos espaços das praças públicas foram como praças de mercado e de centros cívicos, como as já citadas Ágoras gregas. Outros tipos de praça, como as praças de armas, tinham como principal objetivo demonstrações de poder e repressão para o povo, como por exemplo, as denominadas de pelourinhos – lugares para se fazer justiça, muito utilizadas no período escravista no Brasil.

No decorrer do século XX, esses espaços abertos e amplos, foram utilizados para as demonstrações de poder militar, autoridade (ou autoritarismo) durante a vigência dos governos totalitários como na Praça Vermelha (Rússia, 1917), Praça San Sepolcro – fundando o Fascio Milanese di Combbattimento (Itália, 1919), Praça Bebelplatz – queima de livros pelos nazistas (Alemanha, 1933), entre outros países que passaram por regimes similares a

esses. As praças também foram utilizadas pelo povo para protestar contra governos e pedir a democracia.

No Brasil, destaca-se na história mais recente, o “Movimento Pelas diretas Já”, que iniciou em 15 de junho de 1983, na Praça Cívica em Goiânia, passando pelas principais cidades do país e culminando em 25 de janeiro de 1984, em São Paulo, no Vale do Anhangabaú (Brasil, entre 1983-1984) e o que ficou conhecido como o “Massacre da Praça da Paz Celestial” (China, 1989), citando apenas alguns exemplos entre inúmeras manifestações populares que se verificaram em muitos países.

Dessa forma, é possível afirmar que as praças são lugares multifuncionais. Atualmente elas podem ser classificadas como praças de jogos ou competições, ao receberem instalações de equipamentos de ginástica, pistas para caminhadas/corridas, ciclovias. As praças de tráfego, como as rotatórias, são usadas para organizar a circulação de veículos. Há ainda as lúdicas, onde as pessoas se reúnem para lazer, cultura e diversão com mesas para atividades e as zonas de passagem e zonas temporais, estas duas últimas são lugares de trânsito de um lugar para outro, sem permanência e os terminais de transportes, lugares nos quais se permanece apenas para aguardar transporte, por um tempo, respectivamente (PINTO, 2019).

Apesar de diferentes funções e adequações que receberam ao longo do tempo, vale lembrar que foi final do século XIV, que as praças passaram a receber construções/obras de arte, denominados de monumentos. O arquiteto francês Charles Delfante (1997) se refere aos monumentos como “mobiliários urbanos”, colocados, mas praças “[...] de modo a criar atrações diagonais, eixos visíveis ou descontinuidade entre cheios e vazios” (DELFANTE, 1997, p.96).

Há muitos conceitos para a palavra monumento:

- Recordação, edifício, túmulo. Construção ou obra que transmite a recordação de alguém ou de algum fato memorável. Jazigo, mausoléu. Recordação, lembrança. Obra literária ou científica de grande fôlego (sentido figurado) (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013).
- Construção ou obra de escultura destinada a perpetuar a memória de alguém ou de algum facto notável. Edifício majestoso. Obra digna de passar à posteridade. Mausoléu. Memória, recordação. Documentos científicos, literários, legislativos ou artísticos. Restos ou fragmentos

materiais pelos quais podemos conhecer a história dos tempos passados (Dicionário on-line Infopédia, 2019).

► Estrutura construída por motivos simbólicos e/ou comemorativos, mais do que para uma utilização de ordem funcional. Os monumentos são geralmente construídos com o duplo propósito de comemorar um acontecimento importante, ou homenagear uma figura ilustre, e, simultaneamente, criar um objecto artístico que aprimorará o aspecto de uma cidade ou local. Estruturas funcionais que se tornaram notáveis pela sua antiguidade, tamanho ou significado histórico, podem também ser considerados monumentos (Site Flickr, 2019).

Sob outras perspectivas monumentos também podem ser entendidos como símbolos, com intencionalidade de sentido político “representações materiais de eventos passados que integram o meio ambiente construído, compondo de modo marcante, a paisagem de determinados espaços públicos.” Pela “intencionalidade política”, monumentos podem ser aceitos ou rejeitados, dependendo da época e contextos político-social em que são construídos (CORREIA, 2004).

O historiador Jacques Le Goff (2003) oferece como conceito de monumento a percepção deste como um vestígio humano vivo de uma memória coletiva, que pode apresentar-se sob as formas: monumento-edificações ou monumento-documento. Nesta perspectiva, as características do monumento seriam o seu poder de perpetuação e de testemunho do passado, indo muito além da simples representação material de algum acontecimento importante, mas sendo elemento constituinte da própria identidade do grupo e de suas representações sociais.

No artigo “Entre Sentidos, monumentos como estruturas limítrofes: Um olhar sobre o sangramento do Monumento às Bandeiras de Victor Brecheret”, Arthur Gomes Barbosa (2018) define monumentos como sendo

Estruturas que operam em sistemas de tempo policêntricos, uma vez que suas vidas transcendem o tempo-espço planejado no momento de sua edificação, vibrando assim em outras temporalidades, pautadas pela aceleração e por mudanças... São objetos que marcam em suas existências os limites da identidade ... Permitem que grupos diversos os acessem de uma forma externa às suas concepções iniciais, por meio da resignificação e atualização, possibilitando novas ideias de pertencimento e revisão (BARBOSA, 2018, p. 137).

Este autor também faz referência aos conceitos de monumento trazido por autores como Françoise Choay (2001) e Alois Riegl (2014), para os quais o monumento deve ser compreendido como uma estrutura de memória, edificada, muitas vezes comemorativa, rememorativa e preenchida de valores. Uma estrutura puramente simbólica.

Barbosa apresenta também outra visão, ao citar Hannah Arendt (1958), pois esta filósofa defendia que era necessário ouvir e valorizar as manifestações de todos que compõem as sociedades e que estas são formadas pela diversidade, inclusive na interpretação do significado dos monumentos. De acordo com essa visão, o conceito de monumento difere daqueles estabelecidos anteriormente, pois é preciso analisar o espaço que comporta o(s) monumento(s), considerando que pode haver vários discursos e interpretações para um mesmo objeto ou estrutura.

Para Françoise Choay (2001), a importância do monumento está no fato de que o mesmo transcende sua materialidade, pois

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ela a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar [...] (CHOAY, 2001, p.18).

Umas das definições de monumento citadas pela historiadora é “... lembrança característica de uma determinada sociedade” (CHOAY, 2001, p.11). Portanto, o monumento é carregado de simbolismo tanto para aqueles que edificaram os monumentos, como para as gerações posteriores que farão suas leituras e interpretações sobre os fatos e personagens históricos, embora em contextos e épocas diferentes, valores são transmitidos ou mesmo reelaborados.

Na obra “Além dos mapas: Os monumentos no imaginário urbano contemporâneo” de Cristina Freire (1997), a autora ressalta que a transcendência observada nos monumentos pode se estender além da materialidade, também à época (tempo) e o espaço (lugar), uma vez que monumentos podem ser – e foram, “apropriados” por grupos sociais diversos ao longo da História:

O monumento é construído não só por materialidade; há nele discursos, histórias, memórias, contém povos e nações, é uma cristalização de um tempo-espaço, mas que transcende o seu local de feitura, operando e vibrando em outras temporalidades que aquela para o qual foi pensado. É um suporte ideológico. Normalmente inserido

no contexto do palimpsesto que é a cidade, do urbano, que por si só reúne ritmos e narrativas múltiplos, o monumento possibilita uma ressignificação cotidiana, à medida que é tocado pelo olhar do outro, aquele que não o construiu [...] (FREIRE, 1998, p.108)

Assim, os monumentos podem ser vistos como edificações utilizados como fontes históricas, como instrumentos de auxílio para localização espaço-temporal “oferecem a possibilidade da referência espacial através da percepção, e temporal pela via da memória” (FREIRE, 1997, p.41).

A observação dos monumentos pode conduzir a diversas leituras e análises das sociedades. A comparação da cidade com um palimpsesto, nos oferece a leitura de que esta pode “reescrever” ou “reinterpretar” monumentos de acordo com o contexto em que estão inseridos, mesmo que jamais tenham sido retirados do seu lugar de origem, a sociedade os vê sempre no momento atual. Podem estar geograficamente no mesmo lugar, a muitos séculos porém, aqueles que os “interpretam” não têm mais os mesmos valores e conceitos que aqueles que os construíram – são outros olhares.

Monumentos também foram retirados de seus lugares originais e utilizados para fins diversos daqueles para os quais foram construídos inicialmente. Estas “apropriações”, além de danificarem monumentos ao serem retirados ou transportados, podem ser classificadas como agressões ao patrimônio mundial. No entanto, devemos considerar também que a consciência da preservação e do respeito ao patrimônio é uma questão cultural e foi desenvolvida com o passar do tempo.

Para exemplificar o que é mencionado na última referência apresentada pode ser citada a praça São Pedro, no Vaticano. O monumento em questão é o obelisco<sup>2</sup> que abriga, visto que essa tipologia de monumento arquitetônico remonta ao Egito Antigo, foi esculpido há cerca de quatro mil anos, em Heliópolis (Egito) e fazia parte do pórtico do Templo de Rá, durante o reinado do faraó Amenemhat II. No ano 30 a. C, aproximadamente, este monumento foi levado para o Fórum Júlio, na Alexandria, por César Augusto (Otaviano). Entre os anos 37 a 40, Calígula o transferiu para Roma, para ornamentar o Circo de Calígula, local dos primeiros martírios dos cristãos.

---

<sup>2</sup> O obelisco simbolizava para os egípcios superioridade, defesa e proteção. A origem da palavra vem do idioma grego “obeliskos” e significa pilar. Eram esculpidos a partir de um único bloco de pedra, que era trabalhada para ficar com o pico afunilado, semelhante a uma pirâmide. Esse formato também lembra um raio de sol. Os egípcios acreditavam que quanto mais alto fosse o obelisco, maior seria a proteção, pois poderiam atravessar as nuvens e aniquilar as energias negativas, sendo que a mais comum era a manifestação destas em forma de tempestades e outras catástrofes naturais. Obeliscos eram erigidos para homenagear Rá - o deus do sol. Os egípcios acreditavam que através do oferecimento desta honraria estariam protegidos pelos deuses, pois o obelisco dissiparia as energias negativas.

O apóstolo Pedro sofreu seu martírio no ano 67, próximo ao obelisco. Com a cristianização do Império Romano, a basílica em sua homenagem foi construída também próxima ao monumento pagão, que foi apropriado pela igreja cristã. Em 1586, o Papa Sisto V ordenou a remoção do obelisco para o centro da Praça. No século seguinte, Bernini, ao remodelar a Praça, atendeu à ordem do Papa Alexandre VII, que queria a construção de uma obra monumental para demonstrar o poder econômico, político, jurídico e social da igreja católica que estava combatendo a expansão dos ideais protestantes não só na Europa, como nos demais continentes.

Na concepção acima exemplificada pode ser apresentada a análise de Françoise Choay (2001), ao afirmar que as ações para preservar a memória de acontecimentos e personagens históricos ocorrem desde a antiguidade em diferentes sociedades. Afirma a autora que a necessidade de se registrar fatos, socializar memórias visando sua transmissão e prestando cultos aos atos heroicos de seus personagens é inerente aos seres humanos, independente do grau de transformação das sociedades das quais façam parte ou da forma como esses registros e manifestações possam ser realizados.

No entanto, embora as sociedades possuam culturas bastante diversificadas, há alguns aspectos em comum que transitam entre elas e que podem ser verificados em praticamente todas: a tradição da homenagem aos seus personagens heroicos, a rememoração dos fatos históricos marcantes, a construção ou apropriação de templos e de praças, sendo que, na maioria das vezes, estes são os lugares eleitos para tais demonstrações.

No período do Renascimento Cultural e Científico<sup>3</sup>, iniciado na Itália, no século XIV e que se expandiu pela Europa, houve um grande interesse pelo legado da civilização greco-romana e a valorização das suas produções, vistas como “testemunho do passado”. Suas obras de arte, edificações ou ruínas destas, passaram a ser conhecidos como monumentos históricos. No entanto, somente a partir do século XVIII, após as revoluções burguesas europeias, os termos monumento e monumento histórico passam a ser adotados, mas inicialmente apenas

---

<sup>3</sup> Denomina-se de Renascimento um importante movimento de ordem artística, cultural e científica que se deflagrou na passagem da Idade Média para a Idade Moderna. As características desse movimento são: racionalismo, humanismo, antropocentrismo, individualismo, universalismo, cientificismo e o classicismo (valorização da Antiguidade Clássica). Iniciou-se na Itália, através do mecenato ou patrocínio, as obras renascentistas foram incentivadas. O Renascimento dividiu-se em três períodos: Trecento, Quatrocento e Cinquecento.

para denominar edificações, obras de arte e marcos arquitetônicos de propriedade do Estado-nação<sup>4</sup>.

Um dos tipos de monumentos mais comumente utilizados em homenagens a personalidades ou mesmo como rememoração de acontecimentos são os obeliscos. Trazidos do Egito ou inspirados nesses modelos, foram construídos em várias partes do mundo, geralmente localizados em praças ou outros pontos importantes das cidades. Destacam-se os seguintes:

► Obelisco do Vaticano: localizado na Praça São Pedro, original do Egito, tem cerca de 4.000 mil e 40 metros de altura.

► Obelisco de Luxor: localizado na Praça da Concórdia, Paris, no local onde ficava a guilhotina na época da Revolução. Foi um presente do Vice-rei do Egito, Mehmet Ali ao rei francês Carlos X, em 1829. Original do Templo de Luxor, com aproximadamente 3.300 anos, possui muitos hieróglifos que se referem ao Faraó Ramsés II (1279-1213 a.C). Chegou em Paris em 1833 e foi instalado somente em 1836. Sua altura é de 23 metros.

► Monumento a Washington: está localizado no centro do Constitution Gardens, em Washington D. C, nos Estados Unidos. Sua construção foi entre 1848 e 1885, como um memorial a George Washington. Sua altura é de 169,7 metros.

► Obelisco aos Heróis de 32 ou Obelisco do Ibirapuera: na cidade de São Paulo, Brasil. Rememora a Revolução Constitucionalista de 1932 e guarda o corpo de quatro estudantes mortos por tropas federais daquela época. Tem 72 metros de altura.

► Obelisco de Buenos Aires: localiza-se na Praça da República e foi construído em 1936, em comemoração aos 400 anos da fundação da cidade. Tem 67,5 metros de altura.

As formas de construção de monumentos passaram por muitas modificações, segundo as concepções de arte e estética ao longo do tempo. Apesar da constatação destas transformações no estilo dos monumentos, é possível verificar que há um modelo que

---

<sup>4</sup> Estado-nação é uma área geopolítica que constitui um governo soberano, com ideologia em comum. O Estado é a entidade política e a nação é formada por unidades étnicas e culturais.

ultrapassou os séculos, marcando significativamente os espaços em que são colocados: essas obras são os obeliscos.

Na cidade de Ponta Grossa também foram erigidos monumentos no estilo de obeliscos. Na década de 1930, o primeiro com altura aproximada de quatro metros, foi colocado no centro da Praça Marechal Floriano Peixoto - a Praça da Matriz, homenageando os fundadores da cidade. Em 1973, por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da elevação à freguesia, foi retirado do centro e colocado ao lado direito da Praça. O espaço central recebeu um novo monumento, com características mais modernas. A obra representa o número 150 estilizado, onde o número 1 é um obelisco. Estes monumentos serão trabalhados no capítulo 2.

Considerando a importância da representatividade dos monumentos instalados na Praça Marechal Floriano Peixoto para a história da cidade, visando a proposição e o desenvolvimento de estratégias de estudo da história local e tendo como objeto de estudo a referida praça, seus monumentos e a igreja que abriga, apresentamos uma proposta de estudo a partir da análise desta praça, que se constituiu, ao longo do tempo, em um lugar de memória.

Ao tomar por tema a Praça como espaço de construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade, se faz necessário estabelecer relações deste estudo com a Educação Patrimonial.

### 1.3 A PRAÇA COMO LUGAR DE MEMÓRIA E DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

É importante e necessário definir o que se entende por Educação Patrimonial. Sobre essa definição, o site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, destaca:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (IPHAN, 2014)

Patrimônio cultural, conforme o IPHAN se refere às produções culturais de determinadas comunidades. São os modos que as pessoas tomam consciência de si mesmo e de seu lugar no mundo. Constituem-se de todos os saberes, os fazeres, as tradições, os valores,

que podem ser percebidos de várias formas: nos modos de trabalhos, nas manifestações ou práticas religiosas, nos estilos das construções, nas artes, nos lazeres, nas expressões regionais, nos hábitos alimentares, enfim nas atividades que fazem parte do cotidiano das relações sociais e que proporcionam elementos para a construção da identidade dos grupos ou povos. Essas produções geram marcas que podem ser utilizadas como fontes históricas para classificação do patrimônio cultural.

Adotando as orientações da UNESCO<sup>5</sup>, o IPHAN fez a seguinte classificação:

► Patrimônio material: bens culturais etnográficos<sup>6</sup>, arqueológicos, históricos, artísticos e paisagísticos. Subdividem-se em bens móveis e imóveis. No primeiro caso, são coleções arqueológicas, acervos de museus, de documentos, bibliografias e materiais audiovisuais (fotos, vídeos, filmes, documentários, reportagens, publicidade, entre outros). O segundo caso contempla as construções das áreas urbanas ou rurais, as paisagens naturais e sítios arqueológicos.

► Patrimônio imaterial: representações sociais das interpretações da realidade e das referências na construção da história da comunidade, transmitidas através das gerações, em todos os âmbitos da atividade humana, podendo sofrer alterações com o decorrer do tempo, mas sua origem é reconhecida nas práticas, expressões, técnicas e conhecimentos desenvolvidos.

O conceito de patrimônio da humanidade foi construído a partir de muitas ações que contribuíram para que a compreensão da importância da preservação fosse desenvolvida em escala mundial. Figueira e Gioia (2012) apresentam a cronologia dessas ações, iniciadas nas primeiras décadas do século XIX, após a criação da Comissão de Monumentos da França, foi um processo lento, como pode ser observado na cronologia apresentada a seguir:

► 1830: Comissão de Inspeção de Monumentos (levantamento de monumentos históricos), França.

---

<sup>5</sup> UNESCO é a sigla de Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Sediada em Paris, França. Foi fundada em 04/11/1946.

<sup>6</sup> Etnografia é a ciência das etnias. Constitui-se no estudo descritivo da cultura dos povos, sua língua, raça, religião, hábitos, duas manifestações materiais.

- ▶ 1913: Criação do Classement (proibição e punição de alteração, mutilação ou destruição de monumentos históricos), França.
- ▶ 1931: 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos e a Conferência Internacional para a Conservação de Monumentos Históricos. Elaboração da Carta de Atenas, Grécia.
- ▶ 1945: Proposta de criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). Paris, França.
- ▶ 1948: Criação da IUCN: International Union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais). Gland, Suíça.
- ▶ 1964: 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Criação da ICOMOS: International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e elaboração da Carta de Veneza, Itália.
- ▶ 1972: 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, promovida pela ONU. Estocolmo, Suécia.
- ▶ 1975: Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu. Elaboração da Carta de Amsterdã, Holanda.
- ▶ 1985: ICOMOS estabeleceu a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – Carta de Washington. Pela primeira vez é registrado a sugestão para o envolvimento dos habitantes desde a idade escolar. Washington, EUA.
- ▶ 2003: Conferência Geral da UNESCO. Elaboração do documento que regulamenta critérios para o patrimônio imaterial. Paris, França.

Na sociedade ocidental, no século XIX, a concepção de patrimônio histórico nacional e mundial foi se consolidando e no século XX, o valor histórico e estético se estendeu além dos monumentos históricos para os bens móveis, imóveis, materiais e imateriais.

No entanto, para que a Educação Patrimonial se efetive, é preciso compreensão no que consiste tal patrimônio, para que o mesmo seja valorizado e proporcione meios de identificação cultural da população. Sobre isso, cabe citar o educador Paulo Freire, em sua obra “Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa” (2002), quando destaca a importância da pesquisa para o ensino, para a “leitura” adequada do mundo, desenvolvendo senso crítico, cidadania, ética, noções de alteridade e empatia.

Segundo Paulo Freire (2002) “[...] não existe ensino sem pesquisa, nem pesquisa sem ensino [...]”. Esta metodologia de ensino – a pesquisa, é uma das formas mais eficazes para o trabalho com a Educação Patrimonial, visto que esta é marcada tanto pela diversidade como pela especificidade que caracterizam os aspectos a serem abordados, tanto em contextos locais como mundiais.

Embora possibilite o trabalho interdisciplinar, a Educação Patrimonial naturalmente está relacionada com o ensino de História. A abordagem dos conteúdos de História, em todos os níveis de aprendizagem, oferece várias possibilidades de estabelecimento de relações com a Educação Patrimonial em vários aspectos. A história dos monumentos e das praças públicas é um dos muitos exemplos disso.

Para Gerson Costa (2016), ensinar história através dos lugares de memória é também proporcionar elementos para que as pessoas se apropriem da cidade, que passem a observá-la com outro olhar e percebam a história e as disputas que se travam em variados contextos. Este mesmo autor cita ainda a importância do exercício da empatia histórica, conceito desenvolvido pelo historiador inglês Peter Lee (2003) como forma de levar o aluno a perceber que as formas de pensar e conceber o mundo são diferentes em tempos diferentes. Neste processo, o aluno identifica ainda as continuidades e semelhanças decorrentes dos vínculos históricos do presente com o passado vivido, os códigos sociais e as limitações de outras épocas.

Ao nos depararmos com algum vestígio de uma temporalidade passada, a imaginação do aluno deve ser exercitada. Colocando-se no lugar das pessoas que ali viveram, utilizaram ou construíram espaços e artefatos, estes elos materiais que resistiram ao tempo nos ligam com outras épocas, nos permitindo inferir sobre os modos de vida, as relações sociais e políticas, as formas de trabalho, enfim das diferenças que marcavam o seu cotidiano.

A forma como os conceitos são analisados e interpretados, depende do contexto histórico-social no qual estão inseridos aqueles que analisam e interpretam – sujeitos do presente, que procuram entender como os sujeitos das épocas anteriores construíram os

conceitos e também como estes mudam com o passar do tempo. Por exemplo: Na Antiguidade a história foi apresentada do ponto de vista do passado, denominada de “*Historia Magistra Vitae*”, era uma história recheada de exemplos, que via o passado como um guia para o futuro. Na Idade Moderna, passa a ser escrita do ponto de vista do futuro, sob influência do Racionalismo: predominava a visão da história como um prognóstico, ou seja, conjecturas sobre como se daria um provável desenvolvimento futuro, como resultado de um processo. A partir do século XVIII, verifica-se um desequilíbrio entre o passado (experiências) e o futuro (expectativas).

O historiador francês François Hartog (2003), em seus estudos denominados de regimes de historicidade defende que atualmente, o ponto de vista é o presente, denominado por ele como “presentismo”. Este historiador, através desta categoria de análise, propõe a criação de uma metodologia para a investigação científica em História. Explica que tais regimes são a forma como um determinado grupo social estabelece relações com o tempo e como os mesmos são afetados por ele. Nesses regimes, um tempo – passado, presente ou futuro, predomina sobre os outros.

No “presentismo”, o presente é um fim em si mesmo, legitimado pelo passado e vislumbrando um futuro caótico, em crescente desequilíbrio, sob efeito da aceleração do tempo. Argumenta ainda que, a partir dos anos setenta, a história

[...] mostrou-se ansiosa acerca da questão da identidade, numa busca pelas raízes, uma ânsia de memória, preocupada com o “patrimônio”, atormentada pela conservação de monumentos, de lugares antigos ou não tanto, a preservação da natureza. Ansiosa com a recuperação do que fora perdido, ou estava para ser perdido ou inquieta com o que fora “esquecido” (especialmente a memória da II Guerra Mundial) [...] (HARTOG, 2003, p.28-29).

Esta ansiedade de recuperação e preservação de memórias e “patrimônios” contribuiu para o desenvolvimento de inúmeras pesquisas no campo da Educação Patrimonial, buscando metodologias para a investigação científica em História e valorizando as diversas culturas e suas singularidades.

Em sua tese de doutorado em História “Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História – Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990” Márcia S. A. Kersten (1998) defende

Monumentos, documentos e objetos preservados passam a ser vistos como representativos, demarcando diferenças e diversidades de grupos, ao mesmo tempo em que pretendem fortalecer laços de solidariedade e coesão social. Cidades,

parques, praças, casas, documentos, paisagens, coleções arqueológicas e etnográficas, ao passarem pelo processo ritualizado, são matizados com novas cores, sabores, odores e vozes, que de um passado mítico acenam para o futuro, oscilando entre o particular e o universal [...] (KERSTEN, 1998, p. 40).

Ao comparar o processo de tombamento a um ritual, a autora afirma que ocorre uma transformação com o patrimônio em questão aos olhos da sociedade, pois estes passam a ser uma representação de determinado grupo social e/ou fato histórico, salientando as diferenças que ao mesmo tempo, ressaltam suas peculiaridades e os relacionam com a diversidade. Sob essa ótica, a noção de patrimônio é algo a ser construída gradualmente, e à medida que são assimilados, os conceitos se revestem de significados que anteriormente não eram percebidos ou valorizados.

Neste capítulo foi apresentada uma breve pesquisa sobre a origem das praças, sua utilização e apropriação tanto pelos governantes como pela população, sua simbologia e uma reflexão como espaço de lugar de memória e de educação patrimonial. Ao longo dos capítulos seguintes, a Praça Marechal Floriano Peixoto, localizada na cidade de Ponta Grossa, estado do Paraná, será identificada sob a perspectiva de um espaço que gradualmente transformou-se em um lugar de referência na história da cidade.

## CAPÍTULO 2

### O LARGO DA MATRIZ:

#### MARCO INICIAL PARA A FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

Figura 1- Aquarela de Debret, 1827



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019.

A aquarela apresentada acima (figura 1) foi pintada em 1827, pelo artista francês Jean Baptiste Debret<sup>7</sup> por ocasião de sua viagem ao sul do Brasil. Nela, pode ser observada a representação do início da formação de um núcleo de povoamento no alto de uma colina.

A paisagem retratada remete a formação da cidade de Ponta Grossa, que atualmente faz parte do estado do Paraná, e é integrante da região sul do Brasil, juntamente com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Na representação da colina onde foi construída a capela de Sant'Ana e ao redor da qual surgiram as primeiras casas é possível observar que há uma grande área vaga no centro da pequena povoação. Tal costume de reservar uma área livre em frente às igrejas, iniciou-se com a cristianização do Império Romano, quando a Igreja Católica se apropriou das basílicas e dos fóruns, transformando-os em templos.

---

<sup>7</sup> Jean Baptiste Debret (1768-1848), pintor e desenhista francês, integrou a Missão Artística Francesa de 1816, contratada por D. João VI, permanecendo no país até 1831. Entre 1834-39 edita, o livro “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, publicado em três volumes, em Paris. Os livros são ilustrados pelas aquarelas por ele produzidas.

Estes locais foram denominadas de Largos, justamente por se constituírem em extensas (largas) áreas destinadas ao encontro dos fiéis após os cultos religiosos, pois àquela época, as opções de lazer e encontro social em locais públicos eram muito reduzidas, sendo que os cultos e as atividades religiosas eram considerados além de atos meramente de demonstração pública de fé – constituíam-se em eventos sociais.

A criação de uma Paróquia representava um avanço não só territorial, mas também mais autonomia política e econômica para os habitantes de uma localidade, pois

Antes, porém, de evidenciar o espaço físico é necessário salientar a existência da Paróquia, que, com o advento do Império, deveria responder aos apelos eleitorais do poder legislativo. Ela se constituía numa circunscrição primária eleitoral. A Paróquia, uma célula básica da administração civil e eclesiástica, devia ser bem delimitada territorialmente, pois dela saíam os votantes [...] (PINTO; GONÇALVES, 1983, p.18)

O texto “O fascinante sentido espiritual por trás da palavra Paróquia” (Site Aleteia, 2017), explica que a palavra “Paróquia”, têm origem no idioma grego e significa “aquilo que está perto da casa” neste caso, perto da igreja - a Casa do Senhor, ou seja, de Deus, trazendo consigo um importante significado espiritual. Para a população cristã da época do Brasil colonial, esta representação simbólica do sagrado era extremamente respeitada. Porém, além do significado religioso, para os colonizadores portugueses e os governantes por eles indicados (ou para os descendentes destes) existia a questão política, social e econômica, principalmente através da arrecadação do tributo do dízimo, obrigatório para todos os paroquianos ou cidadãos residentes dentro dos limites da Freguesia.

Embora ainda não recebessem o nome de praças, as áreas ou Largos reservados defronte as igrejas, foram transformadas e ressignificadas ao longo do tempo. Na imagem retratada por Debret, além do destaque para a incipiente povoação, há a paisagem das colinas, dos campos, dos capões e de casas nas regiões mais baixas próximas da colina na qual a igreja foi construída. Apresenta o relevo acidentado da região, demonstrando as irregularidades dos terrenos. Apesar de apresentar nesta tela uma paisagem da região sul do Brasil, verifica-se uma incoerência nos elementos que a compõem: os cactos são vegetação característica da região nordeste do país.

Nos mapas 1, 2 e 3, são apresentados os limites atuais do município de Ponta Grossa, sua localização no estado do Paraná e deste no espaço geográfico do país, respectivamente.

Mapa 1 - Município de Ponta Grossa e os limites atuais.



Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa, 2019

Mapa 2 - O município de Ponta Grossa no Estado do Paraná.



Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa, 2019

Mapa 3 - O Estado do Paraná no Brasil.



Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa, 2019

O início da povoação e desenvolvimento da cidade de Ponta Grossa é um tema que já recebeu a atenção de muitos autores, memorialistas ou historiadores. O primeiro livro em que se faz referência sobre a história local data de 1935, de autoria do músico e memorialista Manoel Cyrillo Ferreira, intitulado “Miscelânea da História de Ponta Grossa”, no qual o autor procura registrar as memórias sobre a história da fundação da freguesia. No ano de 1943, José Pedro Novaes Rosas publica “A Fundação de Ponta Grossa”. Estas duas obras, baseadas principalmente em relatos de memórias, transmitidas oralmente entre as gerações, se tornaram a história oficial da cidade.

Em 1966, a obra póstuma de Epaminondas Holzmann “Cinco Histórias Convergentes” aborda fatos do cotidiano local, remetendo ao início da urbanização da cidade. O título da obra faz referência a cinco personagens que embora de origens diferentes, contribuíram de alguma forma para o progresso da cidade: um músico russo, um magistrado pernambucano, um médico vindo da Itália, um jornalista do Rio de Janeiro e um teatrólogo da cidade de Antonina, litoral do Paraná.

Outro autor, Reynaldo Ribas Silveira nasceu em 1902 e faleceu em 1978. Autodidata, se tornou poeta e historiador local. Descendente de sesmeiros, desbravadores e tropeiros da região é considerado um poeta-historiador, pois em suas obras, narrava fatos históricos utilizando também versos e sonetos. (PEDROSO, 2002, p.101)

Com pesquisas sobre temas variados em diversos livros publicados a partir da década de 1970, Guísela Velêda Frey Chamma, escreve sobre o surgimento e desenvolvimento do Pouso da Ponta Grossa. Na década de 1980, Maria Lourdes Osternach Pedroso, publica obras de cunho didático e paradidático sobre a história de Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais. Nessa mesma década – em 1984, Aída Mansani Laval, publica “A situação do escravo nos Campos Gerais”. Em 1983, Elisabete Alves Pinto e Maria Aparecida Cezar Gonçalves publicam a obra “Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)”.

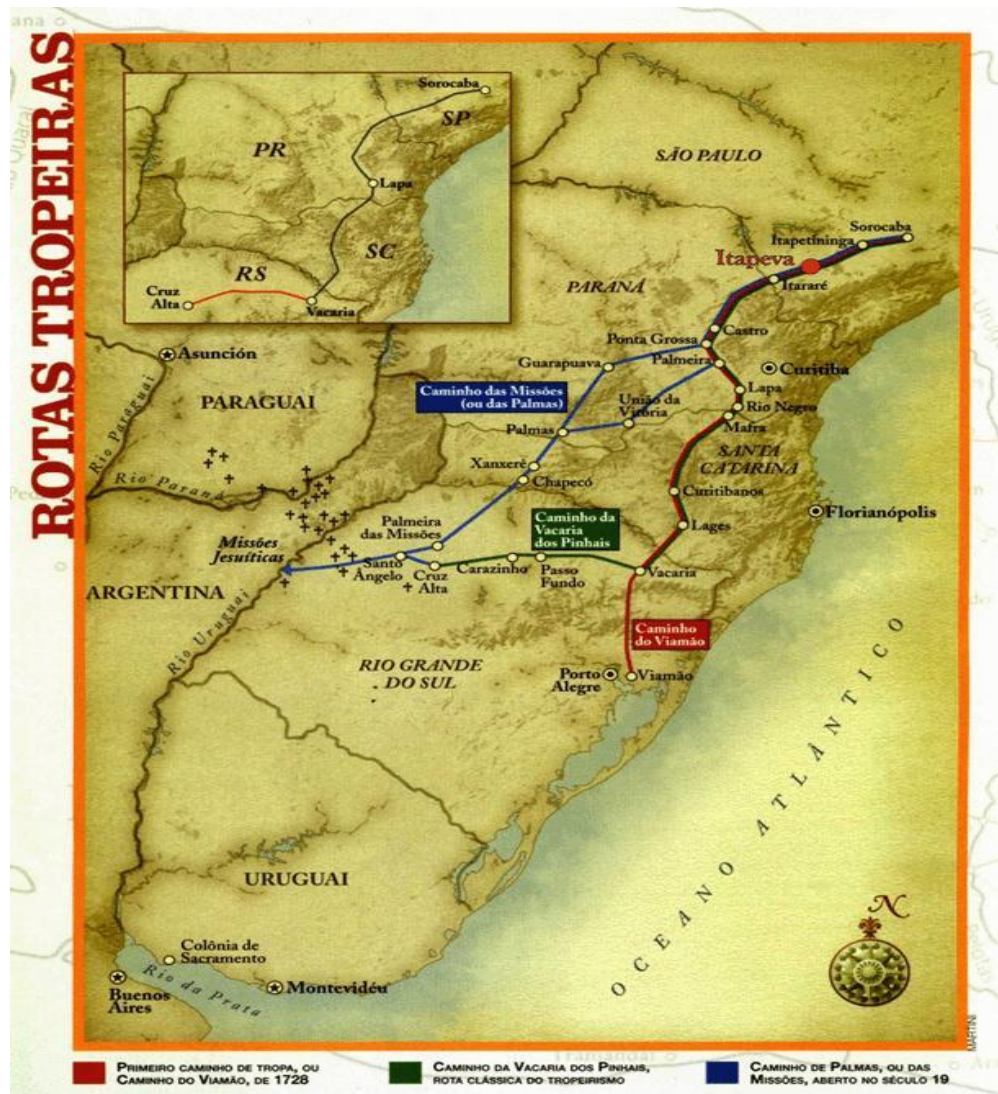
Josué Corrêa Fernandes, é advogado e escritor. Tem muitas obras publicadas sobre os Campos Gerais: “Corina Portugal, História de Sangue e Luz” (1999), “Das Colinas do Pitangui” (2003), “O alfanje e o centeio” (2006), “Saga da Esperança: Socialismo Utópico à Beira do Ivaí” (2006), “Ponta Grossa – História mínima” (2017).

Além destes autores citados, há diversos trabalhos em forma de monografias, dissertações e teses de várias áreas do conhecimento além da História, como Geografia Humana, Sociologia e Arquitetura e Urbanismo, que abordam aspectos da história da cidade e seu desenvolvimento, assunto que será apresentado a seguir.

## 2.1 A ROTA DOS TROPEIROS NOS CAMPOS GERAIS: O SURGIMENTO DE PONTA GROSSA

O processo de surgimento da cidade esteve ligado inicialmente a questões econômicas pois integrava o trajeto do Caminho do Viamão, rota que iniciava em Viamão (atual estado do Rio Grande do Sul) e terminava em Sorocaba (estado de São Paulo).

Mapa 4 - Trajeto Caminho das Tropas. Século XVIII



Fonte: Rotas Tropeiras, 2018

No século XVIII, a região do extremo sul era praticamente isolada. Nos campos os rebanhos de muares e bovinos cresciam rapidamente, devido à fartura de áreas para pastagem e espaço para seu desenvolvimento. Isso possibilitou a prática de uma nova atividade econômica – o transporte e comércio de gado da região sul para a região sudeste, pois os

moradores de São Paulo e Minas Gerais ocupavam-se principalmente da mineração. (PEDROSO, 1994, p. 18-20).

Assim surgiram várias rotas para o transporte do gado, sendo utilizados tanto os antigos caminhos indígenas, como as novas trilhas abertas. Por conduzirem tropas de muares e bovinos, esses homens passaram a ser chamados de tropeiros. Na região dos Campos Gerais, o caminho das tropas recebeu várias denominações: Estrada das Tropas, Estrada do Sertão, Estrada Real, Estrada do Sul, mas o que ficou mais conhecido, inclusive por toda a região sul, foi Estrada ou Caminho do Viamão.

As tropas variavam em quantidade de animais, mas sempre era um empreendimento que exigia meses de viagem e uma infraestrutura bem organizada: cavaleiros conhecedores da natureza dos animais e dos caminhos a serem percorridos, habilidade na prevenção e combate no caso de ataques de índios e animais, como as onças - que muitas vezes causavam a debandada dos rebanhos, atrasos na viagem devido às condições climáticas ou cheias dos rios, entre outras situações que poderiam surgir e dificultar a atividade que por si só já era bastante perigosa e exaustiva. A travessia dos tropeiros pela região e o estabelecimento das paragens, trazia consigo a possibilidade de negócios, pois ao retornarem da região sudeste traziam artigos como utensílios domésticos e tecidos, produtos muito bem aceitos para comércio (PEDROSO, 1994, p.35).

Na região dos Campos Gerais haviam muitas paragens. Nos campos, nos arredores do Capão da Ponta Grossa, descansavam por vários dias, para que o gado se recuperasse da longa viagem realizada. Com relação ao nome dado ao lugar, há algumas divergências: alguns pesquisadores afirmam que havia uma colina muito alta e coberta por um capão de mato que podia ser avistada de muito longe, confundindo a ponta da colina com a copa das árvores do capão. Dessa forma, teria se originado o nome da localidade: Capão da Ponta Grossa. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 2019).

Outra versão relatada é a do memorialista Manoel Cyrillo Ferreira. O autor descreve que o fazendeiro Manoel da Rocha Carvalhaes, teria mandado seu capataz escolher um local para ser a sede da fazenda. Este percorreu a área e retornou contando que haveria um bom lugar para tal construção “encostado naquele capão que tem a ponta grossa” (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2019).

Embora as hipóteses citadas apresentem um detalhe diferente na origem do nome da cidade, ambas explicam que esta denominação tem relação com as características da vegetação e do relevo local: capões e colinas. Nesse momento inicial da povoação, a região

que atualmente compõe a cidade de Ponta Grossa pertencia a Castro. Por sua localização, devido ao tropeirismo, apresentou crescente desenvolvimento, fato que justificou o ato de elevação da condição de Pouso à de Bairro de Ponta Grossa em 12 de fevereiro de 1792.

Apenas quatro anos depois, em 11 de março de 1796, foi criado para o Bairro uma Companhia de Ordenanças<sup>8</sup>. A iniciativa partiu do Capitão-Mor da Vila de Castro, responsável também pelo Bairro de Ponta Grossa. As motivações para tal solicitação poderiam ser o crescimento da região ou litígios que ocorriam entre os fazendeiros. Um dos casos mais violentos envolveu fazendeiros motivados pela posse do Rincão das Uvaranas. O conflito se estendeu por mais de uma década, sendo solucionado judicialmente em fevereiro de 1810, quando praticamente todo o Bairro de Ponta Grossa, passa a ser de um único dono. Embora a comunidade local ainda fosse pequena, sobressaía o potencial político dos líderes da elite socioeconômica (CHAMMA, 2007).

A região dos Campos Gerais era formada por muitas fazendas. Como indica a denominação recebida os vastos campos eram cobertos por vegetação própria para a pastagem do gado, o que tornou a pecuária a principal atividade econômica da região.

No início do século XVIII, sob a alegação de que a Capela de Santa Bárbara do Pitangui e o cemitério próximo a ela ficavam muito longe do Bairro da Ponta Grossa, seus moradores conseguiram autorização do bispo de São Paulo, através do vigário de Castro para a construção de uma capela e de um cemitério nas proximidades do Caminho das Tropas, naquele Bairro. Segundo a historiadora Guísela Velêda Frey Chamma:

Em junho de 1811, houve o primeiro enterro neste cemitério. A Capela de São João junto a este cemitério poderia ter dado início ao processo para transformar o bairro em freguesia, mas era usada apenas para encomendar os defuntos. Não tinha altar, nem paramentos. Portanto, os habitantes que viviam ali perto ficaram com escrúpulos em transformá-la em Matriz e ponto convergente da futura freguesia. (CHAMMA, 2007, pp. 22-23)

Nos anos vinte do século XIX, a Proclamação da Independência e a instalação do Império Brasileiro<sup>9</sup>, despertaram o desejo de emancipação de muitos lugarejos. Não foi diferente com os moradores do Bairro de Ponta Grossa. Segundo historiadores locais como Manoel Cyrillo Ferreira (1936), José Pedro Novaes Rosas (1943), Guísela Velêda Frey

<sup>8</sup> Tais companhias foram estabelecidas pela Ordem Régia de 30 de abril de 1758, por Dom José I, de Portugal e determinou ainda que o Brasil também seguiria os estatutos militares de Portugal. Foram substituídas pela Guarda Nacional, em 1831. A criação de uma Companhia de Ordenanças para a região surgiu da necessidade de se impor a ordem quando ocorriam crimes, assaltos e fuga de escravos.

<sup>9</sup> Proclamação da Independência do Brasil em 07/09/1822, pelo príncipe Dom Pedro de Alcântara. Proclamado então Imperador Dom Pedro I.

Chamma (1970), Maria Lourdes Osternach Pedroso (1980), Aída Mansani Lavalle (1984), os habitantes do Bairro há muito tempo já reclamavam da obrigatoriedade do deslocamento até a Vila de Castro para solicitação requerimentos de documentos oficiais e atendimentos religiosos.

Além da justificativa da distância entre o Bairro de Ponta Grossa e a Vila de Castro, as dificuldades relatadas eram ainda maiores quando chovia: as estradas ficavam praticamente intransitáveis e a falta de segurança no trajeto aumentava. Havia ainda a questão de que o caminho dos tropeiros era utilizado por muitos viajantes, além do perigo oferecido pelas constantes fugas de escravizados.

Os fazendeiros que exerciam liderança entre os moradores do Bairro de Ponta Grossa não pouparam esforços para conseguir a elevação do lugar à condição de Freguesia, pois o número de habitantes que havia no bairro já era suficiente para manter um padre, através do pagamento da cômgrua<sup>10</sup>, além da organização de uma capela paramentada para o ofício dos cultos. Tais ações dependiam da condição econômica dos solicitantes para a fixação e manutenção da cômgrua estabelecida na petição, que devia ser encaminhada ao Governo Provincial de São Paulo.

A população da Freguesia de Ponta Grossa, de acordo com os registros da Paróquia de Sant'Ana, em 1824, totalizava 1661 habitantes, contando com 604 homens e 726 mulheres, na população livre. Entre os escravizados haviam 154 homens e 177 mulheres (PINTO; GONÇALVES, 1983, p.74).

Certamente que a população escravizada não era computada para o compor o grupo de fiéis que arcariam com o pagamento da cômgrua. No entanto, o interesse na criação da Freguesia e a conquista de uma relativa autonomia política e econômica, mobilizaram os membros da elite a se unirem, alcançando o objetivo pretendido. Resolvida a questão da criação da Freguesia, era necessário estabelecer o local da capela.

Inicialmente, um altar foi montado na capela que serviria de amparo religioso próxima ao caminho que os tropeiros percorriam, na chamada Casa da Telha. Era assim conhecida por ser coberta com telhas goivas. Com a saída dos padres jesuítas da região (século XVIII), esta ficou abandonada, sendo utilizada como pouso por viajantes. Estava situada em uma região mais baixa, próxima ao arroio Lajeado Grande – local onde atualmente situa-se a Vila Tânia Mara (região nordeste da cidade). O oratório colocado no altar do novo

---

<sup>10</sup>A cômgrua era uma remuneração dada aos clérigos como “benefício ligado ao respectivo ofício” para o sustento dos mesmos, devia ser paga ao pároco designado para a localidade.

espaço santo pertencia a Domingos Ferreira Pinto, proprietário da Fazenda Estrela. No entanto, em pouco tempo, sob a alegação de que o local era inadequado, pois situava-se distante das moradias da maioria da população, além de que não estava em um local alto, surgiu a proposta para que fosse encontrado outro lugar para a construção definitiva da capela.

Como já foi citado, as igrejas católicas tradicionalmente eram construídas nos locais mais altos: “As cidades coloniais portuguesas caracterizavam-se por manterem as igrejas dispostas geralmente em pontos elevados, para destaque e observação dos visitantes” (CASTELNOU, 2007, p. 37).

O impasse somente foi resolvido quando outro local ficou estabelecido para que a sede religiosa fosse edificada, era uma colina localizada no ponto central do lugarejo, praticamente equidistante às principais fazendas e próxima do caminho utilizado pelos tropeiros, sendo que a mesma é considerada como um marco para a fundação da Freguesia (CHAMMA, 2007, p. 25).

Entretanto, sobre a escolha do local para a construção da capela uma lenda foi construída e até hoje paira no imaginário dos ponta-grossenses, sendo contada pelos moradores, fazendo parte da história da cidade. A lenda é narrada a partir de divergências entre os fazendeiros da localidade em relação ao local da construção do espaço sagrado e, para resolver o impasse, foram soltas duas pombinhas, cada uma com uma fita vermelha amarrada nas perninhas e, onde elas pousassem seria construída a igreja. Elas teriam pousado em uma grande figueira que havia no alto da colina, decidindo-se assim, a escolha do local (PEDROSO, 1999).

Ainda sobre a lenda das pombinhas, Maria Lourdes Osternach Pedroso acrescenta que o dia da escolha teria sido em dezembro de 1823. A população estava reunida na Casa da Telha para a celebração da Missa de Natal, quando a notícia foi tornada pública, através da leitura do Decreto Imperial nº 15, de 15 de setembro de 1823. Inicialmente, a reação foi de júbilo, mas logo um clima pouco amigável foi se instalando, pois os fazendeiros não entravam em um acordo sobre o local da construção da capela. Para evitar maiores conflitos e em atenção à data religiosa que se estava comemorando, optou-se por acatar a sugestão de soltar os pombinhos com a fitinha amarrada para a escolha do local da capela. (PEDROSO, 1994, p. 28-29).

O relato oral do episódio que envolve as pombinhas foi passado através das gerações, constituindo-se em memória coletiva. De acordo com Maurice Halbwachs (2004) o papel da memória coletiva nos processos históricos é extremamente relevante na medida em que a

mesma dá vida aos objetos culturais e destaca momentos históricos importantes para os grupos sociais, preservando seus valores. Sendo dessa forma, que estes passam a ser considerados possíveis fontes históricas.

No caso da escolha do local para a construção da igreja – que se tornaria o marco inicial da história da cidade de Ponta Grossa, o relato oral perpetuou a lenda das pombinhas na memória coletiva da comunidade, embora existam estudos historiográficos que encontraram elementos contraditórios<sup>11</sup> nesse fato. De uma forma ou de outra, a lenda das pombinhas foi incorporada a história local, garantindo à colina lugar de destaque no episódio e adquirindo uma importância que vai muito além de apenas povoar o imaginário popular com tal lenda.

A criação da Paróquia de Sant’Ana foi determinada através do Decreto Imperial nº 15, de 15 de setembro de 1823. Alguns meses depois, resolveu-se a questão da escolha do lugar definitivo para a construção da primeira capela. Entre os anos de 1823-1824, esta foi erigida de tábuas de pinho e ficou sob a responsabilidade do carpinteiro Jerônimo Vieira. Algumas décadas depois, a pequena capela foi substituída por uma igreja de taipa de pilão. A Paróquia teve como primeiro vigário o Padre Joaquim Pereira da Fonseca.

Seguindo o costume da época, nas povoações de colonização portuguesa, reservava-se um amplo espaço em frente às igrejas – um largo, sem vegetação ou construções que se destinava ao encontro das pessoas. Estes momentos poderiam ocorrer principalmente após as cerimônias ou festividades religiosas, mas também em feiras e exposições de produtos, em reuniões políticas ou eventos cívicos que eram classificados como importantes para a comunidade, fossem estes regulares ou esporádicos.

A Freguesia de Ponta Grossa foi criada pelo mesmo Decreto Imperial que instituiu a Paróquia de Sant’Ana. Esta, que além da assistência espiritual, na nova concepção de governo que se instalava – o Brasil Império - também teria a incumbência política e deveria funcionar como uma zona eleitoral, delimitada territorialmente com fins eclesiásticos, administrativos, eleitorais, entre outros, pois era nas paróquias que se faziam os registros de nascimentos, casamentos e óbitos, ou seja, o controle do número da população.

Embora a Freguesia tenha sido criada oficialmente em 1823, uma definição mais precisa dos limites territoriais só foi projetada em 1855, pela elevação à categoria de Vila. Durante essas três décadas – de 1823 a 1855, a autonomia conseguida ainda era limitada, pois

---

<sup>11</sup>ROSAS. José Pedro Novaes. A fundação de Ponta Grossa. Ponta Grossa: Impressora Ponta-grossense, 1943 s/p. e na obra de CHAMMA. Guísela Velêda Frey. Os Campos Gerais – uma outra história. Santa Maria: Pallotti, 2007, p.25

a Freguesia de Ponta Grossa dependia do governo de Castro para muitas coisas, como autorização de verbas para manutenção das estradas e pontes, licença para abertura de comércio, além da obrigatoriedade do pagamento de taxas ou impostos àquela Câmara (PINTO; GONÇALVES, 1983).

Especificamente sobre a colina onde foi construída a capela da Paróquia de Sant'Ana e o Largo no início da povoação da Freguesia, de acordo com o autor José Pedro Novaes Rosas

[...] a colina onde se assenta a sede da cidade de Ponta Grossa, por ser constituída de mato, desinteressando aos grandes sesmeiros foi, primeiramente povoada por peões e escravos alforriados, que ali se estabeleciam com o objetivo de se oferecerem para as conduções de tropas, ... até que os mais abastados foram se estabelecendo[...] (ROSAS, 1943, s/p)

Assim, depois de edificada a igreja, nos seus arredores as primeiras construções que surgiram, mais sólidas e com algum requinte de embelezamento, foram para residências das famílias ilustres, casas de comércio, prédios administrativos, entre outros. Assim, a povoação foi se expandindo ao redor da colina onde estava construída a igreja de Sant'Ana, acompanhando as transformações sociais, econômicas e políticas trazidas pelas mudanças no governo do Império.

Nesse período, o Largo defronte à igreja era sem pavimento, não arborizado, sem qualquer tipo de ajardinamento ou vegetação. Esse espaço devia ser assim mantido para que pudesse ser utilizado, além das situações já citadas, como local privilegiado de encontro dos fiéis após os rituais sagrados.

O Largo da Matriz está registrado em fotografia que data de cerca de 1885, provavelmente no dia da Festa da Padroeira – 26 de junho. Na fotografia, se pode observar a aglomeração das pessoas ao redor da igreja, algumas parecem que posam para a foto. No entanto, a pouca nitidez da imagem, devido a precariedade dos equipamentos fotográficos daquela época, acentuada pelo tempo, além da distância entre as pessoas e o fotógrafo, impedem o reconhecimento de seus rostos. Talvez o objetivo principal do fotógrafo ou de quem encomendou o registro fotográfico não fosse capturar a imagem das pessoas, mas a Matriz e o seu entorno, justificando-se assim a distância tomada. Além do Largo, da Matriz e das pessoas, a foto registrou as construções que haviam e constituíam o centro da cidade de Ponta Grossa, nas décadas finais do século XIX

Figura 2 - Largo da Matriz de Sant'Ana e a Igreja Matriz, de taipa de pilão. (c. 1885)



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019

## 2.2 O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE PONTA GROSSA: MUITO ALÉM DO CAMINHO DAS TROPAS

As cidades resultam de um processo de ocupação territorial lento, mas ao mesmo tempo, dinâmico e em constante transformação. Ao se apropriar do espaço geográfico, são estabelecidas as relações sociais e essas interações vão dando forma para construção da identidade cultural e histórica da comunidade que a compõe.

Estes aspectos culturais e históricos não são estáticos e sofrem influência de vários fatores, de acordo com o contexto social, econômico, político e religioso vigente. As visões de mundo, as leis civis ou eclesiais, os valores materiais, morais e éticos, as formas de exploração e uso das riquezas naturais, são algumas das formas que condicionam os grupos sociais e determinam a construção dos processos históricos.

As sociedades constroem suas histórias, que podem ser “lidas” através das edificações, da forma como utilizam os espaços, de como interagem com o meio ambiente e as questões de cidadania, das expressões dos modos de falar, na religiosidade, nas manifestações artísticas e culturais.

No processo de desenvolvimento e progresso econômico muitas vezes podem ocorrer alguns impasses: a destruição de patrimônios para modernizar a cidade ou a preservação –

muitas vezes com altos custos, para manter a memória de fatos e acontecimentos históricos. É inegável que o progresso em todas as áreas é necessário e proporciona melhores condições de vida para as pessoas, porém, a necessidade da preservação dos bens patrimoniais e ambientais e a formação da consciência histórica e identidade cultural é indispensável para a compreensão da realidade.

A importância de se possibilitar instrumentos para a reflexão das ações humanas ao longo da história, através do conhecimento da trajetória daqueles que nos antecederam, torna-se ainda maior mediante a descaracterização e desvalorização da cultura e de fatos históricos, por visões equivocadas de grupos dominantes das mais variadas áreas.

Na trajetória do progresso que traz o desenvolvimento, Ponta Grossa passou por diferentes momentos políticos e econômicos, crises financeiras, boas e más administrações, tanto no contexto municipal, como nas esferas estadual e federal - que refletem, igualmente, no cotidiano dos cidadãos.

Sofreu as dificuldades do crescimento sem planejamento, da desigualdade social estabelecida pela má distribuição de renda e pela falta de oportunidades iguais para todos seus habitantes, assim como ocorreu em muitas outras cidades interioranas, que desde sua origem foram governadas por latifundiários e famílias tradicionalmente detentoras do poder político e financeiro.

O centro urbano e comercial que se desenvolveu nas suas proximidades contribuiu significativamente para o desenvolvimento da cidade em múltiplos aspectos, visto que, com o passar do tempo, ela foi se expandindo para além da colina inicial da qual se originou, e, a partir dela, foi se alargando e ampliando sua configuração espacial.

Nesse contexto, em 1865, foi criada a primeira Escola Municipal da cidade. Para isso, duas salas da Câmara Municipal foram utilizadas, uma para meninos e a outra para meninas, com professores leigos. No entanto, a maioria das crianças da população permaneceu sem acesso à educação formal. Nos anos seguintes, surgiram algumas escolas particulares (CHAMMA, 2007, p.195).

O desenvolvimento na área cultural foi promovido por iniciativa dos próprios cidadãos. No livro “1823-1923: Ponta Grossa, um século de vida” de Elisabete Alves Pinto e Maria Aparecida Cezar Gonçalves (1983), encontra-se o registro de que nas décadas de 1870/80 havia uma biblioteca, um teatro - o “Theatro Sant’Ana”, o grupo de artes cênicas “Progresso e Arte”, as bandas musicais “Banda do Theatro”, “Banda do Seu Camargo”, a “Aurora Pontagrossense” e a “Banda Lira dos Campos”, esta última costumava fazer

apresentações na Praça da Matriz, defronte ao Hotel Palermo (PINTO; GONÇALVES, 1983, pp.32-33).

Embora seja citado como Praça da Matriz, as apresentações da referida banda ocorriam na época em que o lugar ainda era denominado de Largo. Esta citação confirma a utilização do Largo da Matriz como um espaço de sociabilidades, além da esfera meramente religiosa.

A partir da década de 1870, a elite da sociedade ponta-grossense reunia-se geralmente aos domingos, no Jockey Clube, conhecido também como “Prado”. As corridas atraíam o público, principalmente as famílias mais abastadas. Além do atrativo financeiro causado pelas apostas, proporcionava também oportunidade de lazer e interação social (CHAMMA, 2007, p.64).

Neste ponto, cabe observar que as oportunidades de diversão e entretenimento eram bastante restritas, principalmente para as camadas mais populares. Essa situação reforça, de certa forma, a importância do Largo da Matriz como local de encontro da população e a importância que era dada aos festejos dos dias santos, pois para muitas pessoas, estes eram os momentos de lazer a que tinham acesso.

Na década de 1870, encontramos a seguinte passagem, feita por um viajante estrangeiro<sup>12</sup>, corroborando a importância da Matriz e do Largo à população da época:

Comparando Ponta Grossa com outras cidades visitadas, classifica - a como nem velha, nem grande, com uma população de 4000 mil pessoas, que tem na Igreja, de paredes caiadas de branco, situada na praça, o seu principal ponto de concentração. Suas casas, na maioria são simples, construídas de um só pavimento (PINTO; GONÇALVES, p.73-74, 1983).

A referência sobre a citação do viajante inglês de que as pessoas “tem na igreja, situada na praça, o seu principal ponto de concentração”, reafirma a importância desses espaços para a população, considerados naturalmente como pontos de referência para acontecimentos fossem estes importantes ou corriqueiros.

Um fator que também colaborou para ampliação de opções no aspecto social e cultural, foi a chegada de imigrantes europeus. Inicialmente, chegaram os grupos de alemães, suíços e austríacos. Alguns anos depois, italianos, espanhóis, poloneses, russos-alemães, sírios, libaneses, ucranianos e holandeses. Os japoneses e outros grupos menores de etnias asiáticas imigraram somente no início do século XX.

---

<sup>12</sup>Referência feita à visita de Thomas P. Bigg-Wither, que entre 1872-1875 percorreu o sul do Brasil e escreveu sobre essa viagem o livro “Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná”.

Com a chegada dos imigrantes, veio também a prática de outros credos religiosos. Muitos europeus trouxeram igrejas protestantes, também denominadas de evangélicas, que foram expandindo a fé cristã sob outros pontos de vista. Entre os asiáticos, haviam muitas filosofias religiosas orientais, como Budismo e Xintoísmo, principalmente. Embora muitos afrodescendentes professassem a religião católica e seguissem suas práticas, havia aqueles que seguiam as religiões de seus antepassados, de matriz africana, ou ainda aqueles que participavam do Candomblé ou Umbanda, religiões nascidas no Brasil, fruto do sincretismo religioso produzido pelas influências europeias e africanas. É importante citar ainda a presença dos muçulmanos, praticantes do Islamismo, que embora em menor número, também passaram a integrar a população da cidade. (PARANÁ, 2008)

No entanto, mesmo com a diversidade religiosa que gradativamente foi se estabelecendo, a importância da praça e da igreja matriz como símbolos da cidade permaneceram. Os principais mantenedores das tradições religiosas dos colonizadores portugueses, se encontravam, em grande maioria, principalmente entre os membros das tradicionais famílias dos fundadores da cidade - os descendentes dos desbravadores e sesmeiros<sup>13</sup>. Estes cidadãos pontagrossenses dispensavam especial atenção para os ritos católicos, guardando os “dias santos” - datas do calendário religioso português que foram incorporados à cultura brasileira e, muitas vezes, transformados em feriados. Foi dessa maneira que no dia 26 de julho ficou estabelecida a comemoração do dia da Padroeira - Senhora Sant’Ana, sendo feriado municipal até os dias atuais. (PETRUSKI, 2008)

A cidade apresentou um considerável crescimento demográfico e econômico nas últimas décadas do século XIX. Sob a alegação de que a igreja de taipa de pilão já não comportava adequadamente a quantidade dos frequentadores, iniciou-se uma campanha para a construção de uma nova igreja matriz – a Catedral de Sant’Ana, inaugurada em 1907.

Além da necessidade de mais espaço para receber os fiéis, havia outros interesses políticos e eclesiásticos para a construção de uma nova igreja. A cidade de Ponta Grossa apresentava condições para um constante progresso, pois sua posição geográfica a favorecia com potencial para se tornar um importante cruzamento de estradas que conduziam a várias cidades da então Província do Paraná. Essa localização influenciou positivamente na escolha da cidade para a instalação dos trilhos da estrada de ferro, fato que foi decisivo para o

---

<sup>13</sup>As sesmarias estiveram na origem dos **grandes latifúndios** no Brasil. A distribuição de grandes extensões de terras a um único sesmeiro e a utilização de terras que não estavam dentro dos limites estipulados pelas cartas de Sesmarias contribuíram para a desigual distribuição de terras no Brasil, uma das causas da desigualdade social ainda vigente no país.

progresso iniciado nos anos finais do século XIX e começo do século XX. Sobre esse envolvimento da igreja católica com a política e a economia encontramos a seguinte explicação

[...] foi o que se deu com Ponta Grossa. De crescimento e progresso lento mas gradativo, tinha a seu favor sua privilegiada situação geográfica no Estado; entroncamento rododiferroviário excepcional; clima, dos melhores, solo fértil e uma posição sui-generis em relação à região dos Campos Gerais, influenciando econômica e culturalmente nas cidades vizinhas como: Castro, Tibagi, Prudentópolis, Imbituva, Piraí, Guarapuava, etc.... O nosso estado, mesmo depois de separado politicamente de São Paulo, em 1853, continuou religiosamente ligado à Diocese da capital paulista... Tudo isso contribuiu para que as autoridades políticas e eclesiásticas escolhessem nossa cidade para a sede de uma diocese do Paraná... Em 1926, a Diocese de Ponta Grossa abrangia doze Paróquias, contando com a de Sant'Ana, aqui fundada em 1823 [...] (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 2019)

Apesar da Constituição Federal de 1891 declarar que o Brasil se tornara um Estado Laico, a influência e a autoridade da igreja católica ainda foram extremamente poderosas por muitas décadas após sua promulgação, inclusive como mecanismos de controle social, aliados ao poder civil. Isso explica o interesse político e econômico evidenciado em muitas ações da igreja. Para que a cidade pudesse pleitear ser a sede da Diocese, era necessário um templo mais imponente, condizente com o poder que a religião católica representava e pretendia resguardar. Como sede da Diocese, o “status” da cidade poderia alcançar novos patamares perante as cidades vizinhas.

No início do ano de 1897, a Lei Municipal nº 03, de 23 de janeiro, alterou a denominação do Largo da Matriz para Praça Marechal Floriano Peixoto. As transformações sociais e políticas levaram à mudança da denominação, homenageando a pessoa do militar e político, que também foi o primeiro vice-presidente e posteriormente, segundo Presidente da República do Brasil. O entorno do Largo Matriz, abrigava os estabelecimentos mais representativos da cidade, símbolos de poder em várias instâncias: sociais, políticas, econômicas e religiosas.

Na fotografia seguinte é possível observar um trecho da Rua Sant'Ana, nas proximidades do atual Quartel General da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, mas que, na época do registro fotográfico sediava o Hotel Palermo. Das edificações apresentadas, apenas o prédio ao lado do Hotel, que era a residência e o estabelecimento comercial de Guilherme Naumann, ainda existe. Em 1990, foi tombado pelo Patrimônio Histórico do Estado do Paraná e nos dias atuais, abriga as instalações da Pró-Reitoria de Extensão e de Assuntos Culturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Figura 3 - A Catedral de Sant'Ana e o Largo da Matriz. Julho de 1905.



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019. Ao lado direito, o Hotel Palermo e a Casa de Comércio Guilherme Naumann.

A fotografia é de julho de 1905. Na imagem pode-se ver que a rua não era pavimentada, apesar de haver calçadas na frente das casas. Havia postes de iluminação e o Largo da Matriz estava cercado de forma rústica, com palanques de madeira e arame. Alguns motivos para que tal cerca tenha sido erguida podem ser levantados: a intenção de ajardinamento, protegendo o espaço de animais como cavalos e cachorros, pois é possível observar algumas palmeiras ao fundo e uma pequena árvore crescendo perto da cerca que delimita o Largo; o isolamento da área para se colocar calçadas ao redor da igreja ou até mesmo para resguardar o local, pois a igreja estava, provavelmente, em fase de construção, já que foi inaugurada em 1907.

Com relação as pessoas que estavam nas calçadas, pelas suas posições, provavelmente concordaram ou perceberam que estavam sendo fotografadas, embora não haja a identificação das mesmas.

### 2.3 OS LARGOS DA CIDADE DE PONTA GROSSA E SUA TRANSFORMAÇÃO EM PRAÇAS

Embora houvesse alguns locais para atividades culturais e de lazer, como a biblioteca e o teatro, estes eram restritos a determinados grupos sociais. Para a maioria da população, o Largo da Matriz representava o ponto de encontro, sendo muitas vezes, o único local onde a interação social podia ocorrer. A participação nas atividades religiosas, como as missas e novenas convertiam-se também em oportunidades de convívio com outras pessoas além do espaço doméstico.

Os Largos e as praças são locais privilegiados para o encontro das pessoas e para suas manifestações públicas. Sendo assim, deveriam estar abertos a todos que quisessem deles fazer palco para seus discursos, protestos ou demonstrações artísticas. Algumas vezes, atos podem ser reprimidos, principalmente quando os manifestantes estão em posição contrária ou divergindo do que está estabelecido pelas elites dominantes, sejam políticas, religiosas ou de outras formas de poder. Exatamente por essa característica tão democrática, esses espaços são objetos de observação, estudo e ocupação pelas mais variadas áreas.

Para exemplificar tal caráter interdisciplinar, pode-se citar um fato ocorrido com o poeta e escritor Antonio F. de Castro Alves, que resultou em seu clássico poema “O povo ao poder”<sup>14</sup>. Em seus versos iniciais, Castro Alves (1847-1871) reitera: “A praça! A praça é do povo, como o céu é do condor...”

O caso específico que gerou a inspiração deste poema foi um comício na cidade de Recife que propagava ideias contrárias ao poder monárquico da época, mas pode ser utilizado como ilustração para demonstrar a função social da Praça - encontro de pessoas para as mais diversas finalidades: sociais, religiosas, recreativas, políticas, entre outras.

Desde os tempos da Freguesia e do Largo até a atual Praça, este foi o local eleito para as comemorações da festa anual da Padroeira Senhora Sant’Ana. A escolha do local não foi neutra – pois a Praça sempre representou para a cidade um espaço de poder, não só religioso, mas também político e econômico. A organização da festa passou por várias fases, cabendo primeiramente apenas aos fiéis e passando a ter o envolvimento dos párocos com a inauguração da Diocese. As pessoas que organizavam as festas eram chamadas de “festeiros” e esse título trazia, além da responsabilidade em colaborar, um certo status social, pois as

---

<sup>14</sup>Castro Alves tinha dezessete anos quando compôs esse poema, em 1864. Era estudante de Direito na Faculdade em Recife. Foi escrito para protestar contra a repressão policial em um comício que gerou a prisão do jornalista Antônio Borges da Fonseca.

peessoas aceitas deveriam ser bem relacionadas socialmente e ter disponibilidade de tempo para se dedicar ao compromisso assumido (PETRUSKI, 2008, pp. 134-135).

Em sua tese de Doutorado, Maura Regina Petruski (UFPR, 2008), aborda o tema em dois aspectos: os rituais sagrados e as atividades profanas da comemoração. Entre estes últimos estavam as cavalhadas, o baile e a quermesse. Sobre as quermesses, a autora cita que este modelo de festa religiosa teve origem na Idade Média, quando os católicos passaram a homenagear seus santos, estendendo as festividades para além das cerimônias e rituais ocorridos no interior dos templos. Este momento da Festa da Padroeira, ocorria no último dia dos festejos, com seu início oficial após a Missa. Era oferecido almoço - churrasco, arroz e salada, através da aquisição prévia de cartões. Instalava-se uma grande mesa em frente à Igreja e as famílias geralmente passavam a tarde na Praça. Após o almoço, começava o leilão com prendas doadas pela comunidade. Eram também montadas barraquinhas com doces, comidas típicas, jogos como bingo, pescaria e o do coelhinho, que atraía muitas crianças. Havia ainda as rifas e o correio-elegante, que além de arrecadar fundos para a paróquia, despertavam a curiosidade e os flertes entre os jovens. As bandas animavam a festa. Os fogos de artifício encerravam os festejos.

A festa da Padroeira era muito aguardada e muito bem aproveitada pela população. Especialmente para as mulheres, senhoras ou jovens, as oportunidades de sociabilidades muitas vezes resumiam-se nas atividades religiosas e nas festividades do calendário cristão, como os dias santos de guarda ou de festas da Padroeira. Tais eventos envolviam muitas pessoas e podiam requerer muitos dias de preparativos. Para muitas delas, a festa já começava nos trabalhos para a preparação da festa e nas saídas para a arrecadação das prendas e divulgação dos eventos festivos. (PETRUSKI, 2008, p.137)

Assim como os acontecimentos do início da povoação da Freguesia de Sant'Ana, a Praça Marechal Floriano Peixoto também desperta o interesse de muitos pesquisadores, sendo possível encontrar muitos artigos, monografias, dissertações e teses abordando esses temas.

Na dissertação de Mestrado em Gestão de território, Zíngara Rocio dos Santos Eurich (UEPG, 2014), destaca além da Praça Marechal Floriano Peixoto, as outras praças que foram surgindo com o avanço da povoação e o desenvolvimento da cidade. Sua pesquisa enfoca as condições de conservação e a qualidade desses espaços para a população. Destaca que o Largo da Matriz, foi o primeiro local a ser transformado em praça na cidade. Esse fato aconteceu na gestão municipal do prefeito Ernesto Guimarães Vilela, através da arborização,

colocação de bancos, de postes para a iluminação elétrica e do coreto no centro da Praça. Essas reformas ocorreram a partir do mês de janeiro de 1909.

Entre outras praças da cidade, a autora cita que no Largo São João - atual Praça Barão de Garaúna, havia uma capela que foi reformada em 1897, pelos imigrantes poloneses e em 1920, foi reconstruída passando a ser a Igreja Sagrado Coração de Jesus.

Figura 4 - O Largo São João. Atual Praça Barão de Guaraúna. (c.1950)



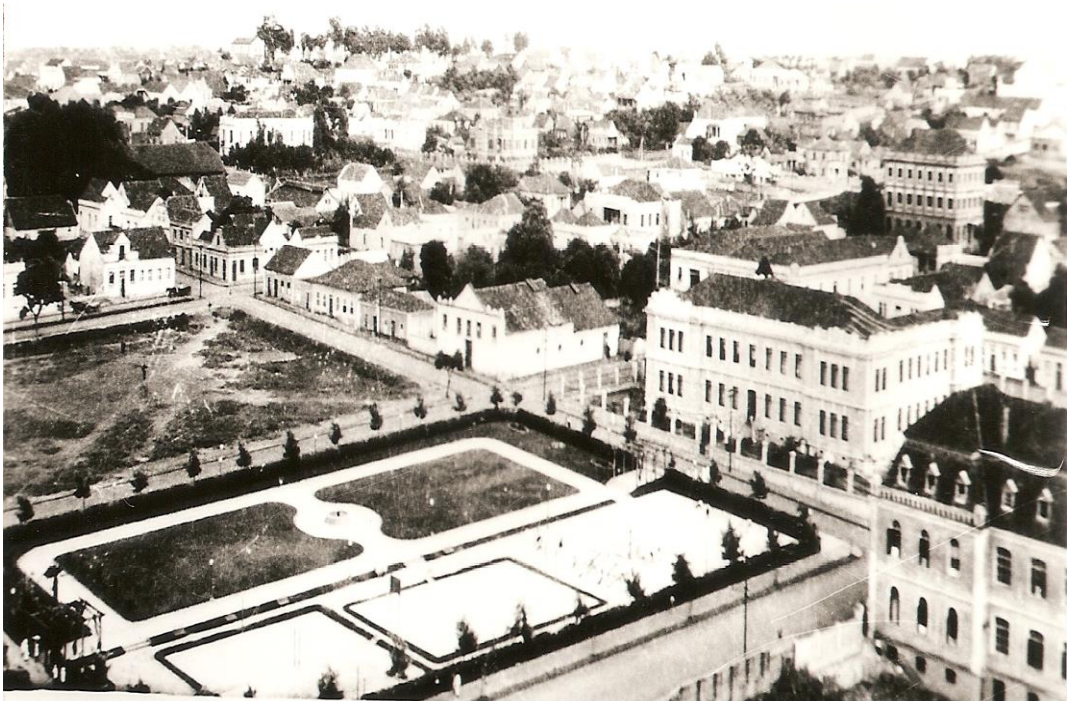
Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019

Esta igreja passou a ser chamada de “igreja dos polacos”, pelo motivo de que a maioria de seus frequentadores eram descendentes dos imigrantes vindos da Polônia. Atualmente, é um belo templo situado na região central da cidade.

Em frente à Igreja do Rosário, localizava-se o Largo do Rosário. Devido à sua localização recebia as águas da chuva do arroio Pilão de Pedra, sendo que este espaço não despertava o interesse para a construção de casas de comércio ou residências. Porém, como em seus arredores abrigava estabelecimentos educacionais como o Ginásio Regente Feijó – atual Colégio Estadual Regente Feijó e o Colégio Sant’Ana que naquela época, atendia apenas a educação feminina (crianças e jovens) onde está a sede atual do CEEBJA (Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos Professor Paschoal Sales Rosa-Ensino Fundamental e Médio), constituía-se em palco para comemorações cívicas, apresentação de bandas entre outros eventos.

Por apresentar um espaço muito amplo, o Largo do Rosário teve uma parte transformada na Praça Barão do Rio Branco, nos anos iniciais do século XX. Em 1939, foi ali inaugurado um parque infantil.

Figura 5 - Largo do Rosário. Atual Praça Barão do Rio Branco. Anos iniciais do século XX



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019

Figura 6 - Praça Barão do Rio Branco com parque infantil. (c. 1950)



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019

Vera Marina Viglus (UEPG, 2017), para o Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, faz um estudo sobre a Praça Marechal Floriano Peixoto nas três primeiras décadas do século XX, discutindo sobre esta como um lugar de memória inserido no espaço urbano e as transformações pelas quais passou naquele período de grande desenvolvimento da cidade.

A monografia “Demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana” de Maria Julieta Weber Cordova (UEPG, 1999), além de trazer discursos sobre a memória e a preservação do patrimônio histórico edificado, esta monografia possibilita o acesso a registros da época da demolição que não estão mais disponíveis para consulta por motivo de extravio da obra - Apostila datilografada por Vitório Dall’Acqua, em 1978.

Figura 7 - Demolição da Catedral de Sant’Ana, 1978.



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019

Esta foto registra a polêmica demolição da Catedral, nos anos finais da década de 1970. Com opiniões divergentes de vários setores da sociedade ponta-grossense, prevaleceu a decisão da autoridade eclesial, com a concordância das autoridades municipais.

Outra praça que marcou época no desenvolvimento da cidade está localizada em frente a atual Estação Saudade. Trata-se da Praça João Pessoa - a Praça da Estação, como era conhecida popularmente. Ao final do século XIX, após a construção dos trilhos da linha ferroviária, além de ponto de chegada e de partida de pessoas para diversos fins, movimentada

principalmente pelo comércio e pelas viagens dos moradores locais que se deslocavam para a capital a negócios ou a passeio, constituiu-se em um local de reunião das famílias. Ao entardecer, a população circulava espontaneamente pelo lugar, devido ao grande movimento que ali havia.

Figura 8 - Praça João Pessoa. Ao fundo Estação Saudade.



Fonte: Biblioteca do IBGE, 2019

A estação ferroviária, construída nos anos finais do século XIX, favoreceu o comércio e os transportes de carga e passageiros facilitando e diversificando as oportunidades de trabalho, de prestação de serviços e de lazer que se faziam necessários para atender à modernização que se verificava. Estabelecimentos comerciais, escolas, colégios, clubes sociais, hospitais, praças, fábricas, oficinas, residências vão surgindo e ampliando o espaço urbano.

O centro urbano e comercial que se originou nas proximidades da Praça Marechal Floriano Peixoto, contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento da cidade, em todos os aspectos. Entretanto, a cidade foi se distribuindo para além da colina inicial.

Com o crescimento demográfico e econômico da Cidade de Ponta Grossa, as instituições públicas e administrativas do município que se localizavam no entorno da Praça, já não podiam atender a todas as necessidades da população, pois suas instalações se tornaram precárias pela ação do tempo ou inadequadas para atender as demandas da cidade em seu progresso constante. Gradualmente, tais instituições são transferidas para outros locais, em novas edificações e dos prédios antigos poucos sobreviveram a ação do tempo e a falta de

consciência da necessidade da preservação do patrimônio – público ou privado, que muito teria a contar da história local para as novas gerações.

Assim, a povoação foi se expandindo ao redor da colina onde estava construída a igreja de Nossa Senhora de Sant’Ana, acompanhando as transformações sociais, econômicas e políticas trazidas pelas mudanças no governo do Império. O Segundo Reinado, iniciado em 1840 perdurou até 1889, quando foi proclamada a república. Na década final de seu longo governo, Dom Pedro II e sua esposa, Dona Teresa Cristina visitaram os Campos Gerais, permanecendo alguns dias na cidade de Ponta Grossa.

No século XIX a região sul do Império Brasileiro era ainda uma extensa área despovoada e afastada dos grandes centros urbanos e administrativos. Com o objetivo de povoar e conseguir mão de obra, uma das medidas tomadas pelo imperador D. Pedro II foi o incentivo à imigração, inicialmente dos europeus, depois estendendo-se a grupos de outros continentes, como a Ásia.

Embora houvesse registros da chegada de estrangeiros desde meados do século XIX, os grupos organizados começaram a partir de 1870. No obra “Ponta Grossa – Um século de vida (1823-1923)”, as autoras Elisabete Alves Pinto e Maria Aparecida C. Gonçalves (1983), destacam que entre novembro e dezembro de 1877 e julho a outubro de 1878, chegaram ao município 2381 russos-alemães, do total de 3809 que chegaram à Província do Paraná naquele período.

Esses grupos foram assentados na Colônia Octávio, região da cidade de Ponta Grossa, subdivididos em dezessete núcleos, em um total de vinte e sete famílias. No entanto, a localidade era muito afastada do centro urbano, o solo não era fértil para o plantio e não receberam investimentos do governo para subsidiar as primeiras colheitas. Desmotivados, muitos imigrantes abandonaram suas terras ou venderam aos que ficaram e reimigraram, principalmente para outras regiões do sul e até mesmo para a Argentina. A situação despertou o interesse de D. Pedro II, motivando sua visita para a região dos Campos Gerais, em maio de 1880 (PINTO; GONÇALVES, 1983, p. 114).

Tal notícia movimentou a sociedade da provinciana cidade. Segundo Chamma (2007), já no mês de fevereiro daquele ano foram organizadas reuniões para receber as ilustres visitas. A chegada foi em 26 de maio e foram recebidos no Largo da Matriz de Sant’Ana por Augusto Ribas, presidente da Câmara Municipal, cargo que naquela época correspondia ao de prefeito atual.

Ficaram hospedados na residência de Domingos Ferreira Pinto Filho, casado com Maria Ambrósia Rocha Ferreira, em Ponta Grossa. Por serem considerados os mais abastados da época, poderiam receber mais condignamente tais visitas. A casa era das melhores construções que havia no entorno do Largo da Matriz. Foi nessa ocasião que Domingos Ferreira Pinto Filho recebeu o título de Barão de Garaúna, outorgado pelo imperador. Os lugares visitados na cidade pelo imperador e as autoridades que o acompanharam constam em atas municipais.

Figura 9 - Visita do imperador D. Pedro II e de Dona Teresa Cristina. Largo da Matriz, 1880.



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019

Conforme cita Chamma (2007), menos de uma década após a visita do casal de imperadores, foi proclamada a República do Brasil e as mesmas autoridades que se empenharam em receber com muitas honrarias as nobres visitas se apressaram em tomar providências para mudanças de nomenclaturas de ruas e praças para homenagear os novos detentores do poder republicano.

Nomes de ruas como a Rua do Imperador e Rua da Imperatriz, passaram a ser denominadas de Rua XV de Novembro e Rua Marechal Deodoro da Fonseca, respectivamente, na tentativa de se adequar à nova realidade que se estabelece com a proclamação da República. Tais mudanças também são estendidas ao Largo da Matriz de

Sant'Ana, através da Lei Municipal nº 03 de 23 de janeiro de 1897, quando foi alterada sua denominação para Praça Marechal Floriano Peixoto.

Estas mudanças de nomenclaturas da Praça visavam atender aos interesses das elites dominantes. Através dessa alteração do nome da Praça, houve uma reapropriação do espaço e, conseqüentemente, o mesmo é ressignificado, passando do poder eclesial – Largo da Matriz, para o poder político ou para as entidades mantenedoras deste, no caso, o exército, que passa a ser o comandante da recém-criada República.

## 2.4 A COLINA MAIS ALTA: DE LARGO DA IGREJINHA À PRAÇA DA MATRIZ

No percurso para o alcance de categoria de cidade, o Largo da Matriz destacou-se como local de extrema importância, sendo o centro cívico, social e religioso da cidade por muitas décadas. As instalações das instituições públicas, administrativas e jurídicas concentravam-se no entorno do Largo da Matriz. Juntamente com as residências das famílias mais abastadas, formavam um conjunto de belas edificações.

As mudanças sociopolíticas ocorridas nos anos finais do século XIX, como a abolição da escravização e a proclamação da República provocaram inúmeras revoltas e conflitos armados nos estados, alterando os modos de trabalho e convivência social. (CARVALHO, 2002, p. 45)

A necessidade da organização das instituições sociais básicas como sedes para a administração municipal e para a Câmara de Vereadores, para o Fórum e Cadeia Municipal, tornaram-se urgentes. A emancipação política trazida pela proclamação da República sugeria ideias de progresso, de civilização, de laicidade. Oficialmente, a República do Brasil, pela Constituição de 1891, separou o Estado da religião, conseqüentemente, verificou-se que a mudança do nome do Largo da Matriz para Largo Municipal seria mais apropriada.

No entanto, no início do ano de 1897, a Lei Municipal nº 03 de 23 de janeiro, alterou sua denominação oficial para Praça Marechal Floriano Peixoto, objetivando a adequação às recentes mudanças políticas pelas quais o país havia passado. Naturalmente, pela importância dada ao lugar, as residências das famílias com maior poder aquisitivo também foram construídas no entorno do Largo, que com o passar do tempo e as mudanças realizadas, transformou-se em praça, além de espaços destinados ao lazer e convivência social da elite, como a construção do Clube Pontagrossense, no início do século XX.

A Praça Marechal Floriano Peixoto sempre foi palco de manifestações variadas: além das manifestações religiosas, pelo motivo de ter sido ali construída a igreja, os comícios e as apresentações musicais da Banda Lira dos Campos, a própria escolha pelos fazendeiros – que também representavam o Governo, daquele local como marco da fundação da Freguesia, com a aprovação das autoridades eclesiais, o elege como espaço importante da história da cidade. Assim, associada à política e à religião, passa a representar um símbolo dos principais poderes vigentes naquele período.

A partir de meados do século XIX, sob influência europeia, tais espaços são transformados em praças e sua finalidade, além proporcionar o encontro de pessoas – função social, também passa a visar o embelezamento das cidades, com ajardinamento, arborização, bancos, postes para iluminação, calçadas para passeio – o *footing*. Estas modificações deram a esses espaços um estilo urbano mais moderno.

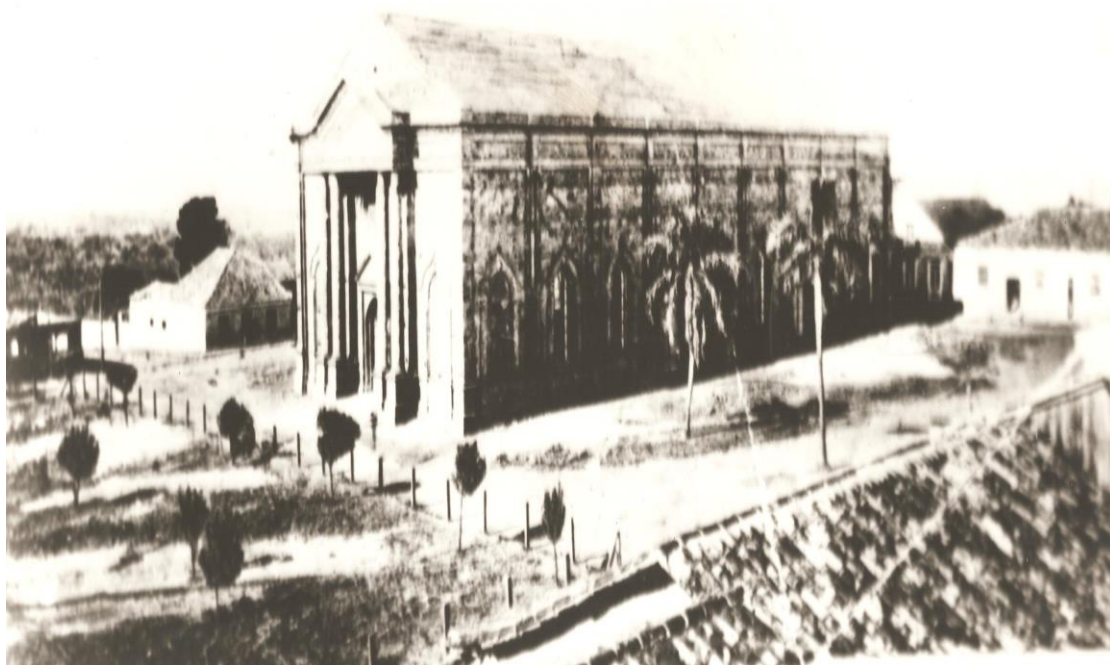
Embora o crescimento urbano tenha trazido o desenvolvimento econômico para a região e as transformações visassem melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, apenas os moradores das áreas mais próximas ao centro da cidade foram beneficiados por tais modernizações. E ainda assim, nem todos os habitantes eram socialmente bem vistos ou aceitos nos espaços públicos. De acordo com Chamma (2007) “Na altura de onde se acham hoje as instalações do Corpo de Bombeiros, as casas baixas, compridas, dos dois lados da rua, eram ocupadas pelo mulhério de ‘vida fácil’ ... Durante o dia, quase ninguém andava por ali, mas à noite, o movimento era significativo” (CHAMMA, 2007, p.191).

O progresso desse período revelou a necessidade de uma igreja matriz com maior espaço físico para abrigar aos fiéis e fazer jus à importância que a cidade conquistara. Para esse trabalho, foi contratado o arquiteto italiano Nicolau Ferigotti, que residia na cidade de Castro e mudou-se para Ponta Grossa para executar o trabalho. As obras da então nova catedral somente foram concluídas na década de vinte. Após o término da construção, a Catedral passa a ser a sede da Diocese.

Nas primeiras décadas do século XX, na gestão municipal do médico Abraham Glasser, entre 1916 a 1920, a prefeitura remodelou a Praça. A construção de um coreto, inaugurado no ano de 1917, para apresentações das bandas e outros eventos (comícios, por exemplo) contribuiu para que o local se estabelecesse como “ponto de encontro” nos âmbitos social, religioso e político, frequentado pela elite ponta-grossense, mas recebendo eventualmente também a população mais humilde, principalmente nas ocasiões de festas religiosas, como as comemorações de Sant’Ana, que duravam vários dias (novenas de

preparação e ornamentação para o dia da Festa de Sant’Ana, quermesses, organização da procissão, etc).

Figura 10 - Catedral de Sant’Ana. Início do século XX.



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019

As reformas propostas deveriam seguir os códigos de postura do município de 1891 e 1914. Tais documentos legais visavam estabelecer normas para uso, conservação, construção e reformas de espaços públicos. Determinavam ainda a responsabilidade dos moradores dos imóveis, próprios ou alugados, que tivessem árvores em frente, o zelo pelas mesmas, sendo sujeitos até a cobranças de multas expedidas pela prefeitura, em caso de verificação comprovada de desleixo com a aparência das ruas da cidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 1914).

Novamente é possível destacar situações nas quais as diferenças sociais se vão evidenciando. Os cidadãos pertencentes às elites desfrutavam dos espaços públicos, neste caso, da Praça especificamente, para lazer, eventos sociais ou beneficentes, entre outros, mas as pessoas das classes mais populares frequentam a Praça “eventualmente” e principalmente para participar de eventos religiosos.

Um desses eventos religiosos marcantes era a Festa da Padroeira. Tanto nos dias de festejos, como na preparação dos mesmos, todos os cidadãos eram convidados para colaborar com o “sucesso” da festa, fosse na organização, na arrecadação de doações, nos afazeres -

montagem das barraquinhas de guloseimas, de jogos, enfim, tudo o que fazia parte das quermesses e dos festejos.

Figura 11 - O coreto da praça. Primeira década do século XX



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019. Ao fundo a catedral de Sant'Ana.

A década de 1930 foi um período que se iniciou com muita agitação econômica e política, devido à crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque e a Revolução de 1930 que deu o poder ao presidente Getúlio Vargas. Entre os anos de 1928 e 1939, Ponta Grossa teve oito prefeitos, sendo seis nomeados. Elyseu de Campos Melo, eleito em 1928 afastou-se em 1930, por problemas econômicos pessoais e desavenças políticas, diante do novo cenário nacional e Albary Guimarães (1934-1939) um funcionário da Rede Ferroviária Federal S.A., que antes de ser eleito, primeiramente foi nomeado pelo interventor Manoel Ribas (CHAMMA, 1988).

Na segunda metade da década de trinta do século XX, novas reformas foram feitas na Praça. Na gestão do prefeito Albary Guimarães – que permaneceu por mais tempo no Poder Executivo Municipal, sendo que de 1934 a 1939 foi nomeado pelo interventor Manoel Ribas e depois eleito para exercer o cargo até 1944, o coreto foi retirado do centro para dar lugar ao

monumento denominado “Obelisco aos fundadores”. Este ato do Poder Executivo local pode ser analisado considerando o contexto político da época.

Figura 12 - O obelisco aos fundadores no centro da Praça. Década de 1930.



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019. Os jardins da praça. Ao fundo, a pérgola.

Durante a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), o nacionalismo e o culto aos considerados heróis foram atitudes que se disseminaram, como forma de valorização daqueles que exerciam o poder e a liderança sobre o povo. De acordo com essa visão da História que enaltecia as figuras importantes e detentoras do poder, as elites locais foram homenageadas com o Obelisco aos Fundadores da Cidade.

Neste monumento, há uma placa de bronze. Na homenagem não consta justamente a data em que a Vila de Ponta Grossa passa à condição de cidade - Lei Provincial nº 82, de 24 de março de 1862. Foi dado destaque a três momentos importantes da história local: criação da Freguesia (15/09/1823), elevação à categoria de Vila (07/04/1855) e quando passa a ser Sede da Comarca (18/04/1876).

Esta cronologia marca fases pelas quais a povoação passou, evidenciando o empenho dos habitantes para o progresso da localidade. No entanto, a omissão da data em que passa à condição de cidade é um aspecto interessante a ser observado. Há a possibilidade de a data não ter sido considerada relevante, comparando-a às outras citadas. Pode-se também questionar se houve um lapso por parte de quem confeccionou a placa para colocar no

monumento, ou ainda a hipótese, bastante improvável, de que o responsável pela organização do monumento – o obelisco, não tinha conhecimento do registro dessa data oficial. Seja qual for o motivo, de certa forma, causa estranheza que em um monumento aos fundadores da cidade, não conste a data do fato histórico comemorado.

Figura 13 - Placa do obelisco aos fundadores da cidade.



Fonte: A autora, 2019

As modificações realizadas na Praça, na década de 1930, também foram justificadas como uma forma de melhorar a aparência da mesma e dar mais comodidade aos usuários. Um exemplo disso foi a construção da pérgola ou pergolado<sup>15</sup>, uma instalação paisagística, característica para embelezamento de jardins e praças. No interior desse espaço, em um plano inferior, foram colocados sanitários públicos para atender aos transeuntes e usuários do local. Tal medida demonstrou a preocupação dos administradores do município com a higiene como aspecto de civilidade e saúde pública.

Até os anos iniciais da década de 1980, o pergolado ainda podia ser visto na Praça, conforme registros fotográficos. Provavelmente, sua retirada definitiva foi pelo motivo da demolição da Catedral, em 1978, embora não tenha sido encontrado um registro preciso de data nos arquivos municipais.

<sup>15</sup>Proteção vazada, apoiada em colunas de madeira, concreto ou alvenaria, dispostas paralelamente, geralmente são suportes para folhagens trepadeiras ou flores.

Figura 14 - A pérgola e os jardins da praça. Década de 1930.



Fonte: Casa da Memória Paraná, 2019. Ao fundo a catedral de Sant'Ana

Figura 15 - Foto atual do obelisco da Praça Marechal Floriano Peixoto.



Fonte: A autora, 2019

No último ano da década de 1960, a Praça recebeu um novo monumento. Homenageando a Bíblia e contemplando a fé cristã, foi inaugurado em 07 de novembro de 1969. Tem murais com esculturas da Bíblia e com as letras gregas Alfa e Ômega<sup>16</sup> (princípio e infinito) e as Tábuas de Moisés - Os Dez Mandamentos, destacando a importância da religião ao longo da história local, pois no século XIX, início da povoação, as Paróquias não se restringiam apenas a instituições religiosas, tendo grande influência em todas as instâncias no cenário político e econômico.

Figura 16 - Monumento à Bíblia inaugurado em 07/11/1969.



Fonte: A autora, 2019

Em 1973, ano da comemoração do Sesquicentenário da Cidade, novas mudanças são feitas na Praça. Na ocasião, o Obelisco aos Fundadores foi retirado do centro da mesma e instalado ao lado do marco zero, cedendo espaço para a construção de um novo obelisco, monumento criado a partir de um conceito estilizado.

<sup>16</sup>Alfa e ômega são, respectivamente, primeira e última letras do alfabeto grego clássico (jônico). A tradição cristã assimila Deus Javé ao Alfa e Ômega. Este conjunto de letras simboliza a eternidade de Deus. Deus é a referência de totalidade, pois tudo se encerra nesse ser divino, que além de ser o início (a origem) de todas as coisas, também é eterno. No nosso alfabeto, os extremos A e Z equivalem às letras alfa e ômega. Daí surgiu a expressão “de A a Z”, que quer dizer que algo é completo ou feito cuidadosamente. A palavra alfabeto tem origem dessas letras.

Por ocasião dessas comemorações, naquele ano foi lançado um concurso de desenho pela Prefeitura Municipal para escolher as ilustrações que iriam compor o conjunto do monumento comemorativo à data. O vencedor foi o desenhista Rinaldo Guzzoni, que recebeu o prêmio de Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros)<sup>17</sup>, além de ter a sequência de seus desenhos gravados no mural (JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 1973).

Este monumento, de estilo modernista, só pode ser totalmente compreendido ao ser visualizado do alto. É composto por três partes que formam o número 150, no qual o algarismo um é o obelisco central. O algarismo cinco é um belo mural que apresenta uma linha do tempo ilustrada da história da cidade até a atualidade, contemplando as várias fases do desenvolvimento local com desenhos em baixo relevo representando cenas do início da povoação, desde o encontro com os indígenas, a passagem dos tropeiros, a chegada dos imigrantes, as primeiras fazendas com suas plantações e animais, a urbanização e a industrialização. Nesta parte do monumento foi colocada a cápsula do tempo. Ao lado deste mural, um jardim em forma de círculo representa o algarismo zero.

Figura 17 - Monumento ao sesquicentenário. Inaugurado em 15/09/1973.



Fonte: A autora, 2019

---

<sup>17</sup>Era a denominação da moeda brasileira, cujo símbolo era CR\$. Esta denominação permaneceu de 15 de maio de 1970 a 28 de fevereiro de 1986.

Figura 18 - Monumento ao sesquicentenário. Inaugurado em 15/09/1973.



Fonte: A autora, 2019

Figura 19 - Cápsula do tempo colocada no Monumento ao Sesquicentenário.



Fonte: Blog Mirdebão, 2018.

Entre as comemorações do sesquicentenário da criação da Freguesia, uma cápsula do tempo<sup>18</sup> intencional foi colocada na Praça Marechal Floriano Peixoto. Decidiu-se dispor em uma urna de aço inoxidável objetos como: jornais, cartas, moedas, documentos diversos e uma lista com o nome das autoridades civis, militares e eclesiásticas atuantes no município àquela época. Esta urna deverá ser aberta no dia 15 de setembro de 2023, quando se completará duzentos anos da criação da Freguesia.

A escolha do local para se “colocar memórias”, no artefato denominado de cápsula do tempo, a própria iniciativa de tal ato, revela que a construção/preservação de monumentos e documentos não é neutra, mas sim, construções políticas e culturais, em busca de uma identidade do grupo social ou para justificar ações sociopolíticas e/ou econômicas adotadas pelos grupos dirigentes. No caso de Ponta Grossa, a Praça Marechal Floriano Peixoto, era o espaço – transformado em “lugar de memória”, ideal para se colocar uma cápsula do tempo.

Figura 20 - Detalhe da cápsula do tempo.



Fonte: A autora, 2019

Um exemplo dos documentos colocados na cápsula do tempo da Praça, é a carta escrita pelo reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, cargo ocupado na

<sup>18</sup>Uma cápsula do tempo é basicamente um objeto ou recipiente concebido para guardar ideias ou informações de uma determinada época para ser aberto no futuro. Podem existir de forma intencional ou não, sendo às vezes destinadas a serem abertas em datas específicas.

época pelo professor Álvaro Augusto da Cunha Rocha ao reitor da entidade no ano de 2023 e publicada no jornal Diário dos Campos, edição nº 23.399, ano LXVI, de 15 de setembro de 1973 (Anexo A).

Além destes monumentos históricos relacionados diretamente com a evolução da cidade e seu desenvolvimento, foram colocados na Praça outros marcos comemorativos – dois homenageando a uma entidade filantrópica e um destacando a instalação de uma grande indústria cervejeira na cidade.

O Lions Club é uma entidade internacional constituída por clubes de serviço. A iniciativa foi no ano de 1954 sob a denominação de Lions Club Ponta Grossa Centro. O primeiro monumento, datado de 5 de março de 1989, é pela passagem das Bodas de Coral (1954-1989) e o segundo pelos cinquenta anos – Bodas de Ouro, de serviços prestados para a cidade (2004).

Figura 21 Monumento em homenagem aos Lions Clube. Inaugurado em 05/03/1989.



Fonte: A autora, 2019

Figura 22 - Monumento em homenagem aos Lions Clube: 50 anos. Inaugurado em 2004.



Fonte: A autora, 2019

O último monumento instalado na Praça Marechal Floriano Peixoto é datado de 13 de agosto de 2013, homenageando a cervejaria Ambev, por ocasião da inauguração de sua unidade fabril na cidade, com os dizeres “Construindo agora um mundo melhor para nossa gente”.

A colocação, na Praça, do monumento que contempla a instalação da cervejaria na cidade, embora não possa ser considerado inadequado, está certamente um tanto deslocado e não alinhado aos demais monumentos que o espaço abriga. Indubitavelmente, tanto para os administradores quanto para os habitantes de uma cidade, acordos comerciais que promovam geração de empregos e circulação de renda são de extrema importância para melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

Cabe aos governantes porém, pensar em como ocupar estes espaços públicos com responsabilidade e respeito ao patrimônio histórico-cultural, analisando a necessidade e a importância da colocação de monumentos ou instalações, pois muitos são considerados

lugares de memória, abrigando monumentos que remetem aos fatos históricos mais representativos da cidade.

Figura 23 - Monumento em homenagem à cervejaria Ambev. Inaugurado em 13/08/2013.



Fonte: A autora, 2019

A Praça da Matriz, gradativamente foi deixando de ser o principal ponto social, econômico e político ponta-grossense. Entretanto, preservou-se o aspecto religioso, através da fé católica professada pela população e pela tradição das comemorações pelas festas da Padroeira. Todavia, as sociedades possuem a capacidade de ressignificar espaços e, sendo a importância da Praça para a história da cidade fato inquestionável, esta é considerada um lugar de memória. A Praça mesma constituiu-se em um monumento.

Embora o centro da cidade tenha sido deslocado da praça inicial para outros espaços surgidos para atender às exigências que o desenvolvimento impôs, a memória das pessoas manteve viva a importância da Praça da Matriz da Senhora Sant'Ana, como é comumente chamada pela população.

## 2.5 A PRAÇA E O SESQUICENTENÁRIO DA CIDADE

Na época do aniversário de 150 anos da cidade de Ponta Grossa - 1973, o país estava vivendo sob a Ditadura Militar.<sup>19</sup> Na presidência da República, o comandante era o Gen. Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974) representando a Aliança Renovadora Nacional - ARENA. Sua política econômica baseada no modelo “agrícola-exportador e industrializador”, favorecia o desenvolvimento da cidade de Ponta Grossa, pois a agricultura e a pecuária eram, como ainda o são, as atividades econômicas “fortes” na região, que também passou a investir na industrialização, além de ser geograficamente beneficiada pelo entroncamento rododiferroviário, em franca expansão naquele período.

O governo municipal era representado pelo engenheiro Luiz Gonzaga Pinto (31/03/1973 a 13/03/1975), sucessor do também engenheiro Cyro Martins (31/01/1969 a 31/01/1973), ambos da ARENA. Em seu mandato de prefeito, seguindo a linha do governo federal, Cyro Martins lançou o Plano de Desenvolvimento Industrial - PLA DEI, criando o Distrito Industrial que posteriormente, recebeu seu nome como homenagem. Com esse projeto, atraiu grandes indústrias para o município (principalmente moageiras) devido à grande produção local de soja. Essas indústrias colaboraram muito para o desenvolvimento da região dos Campos Gerais.

Uma das indústrias que mais se destacou nesse período foi a SANBRA.<sup>20</sup> Sua instalação contribuiu muito para o progresso da cidade. Sobre esse assunto, Adriana Mello Cançado (2005) em seu artigo “Gênero, Política e Economia: Práticas de Poder em Concursos Femininos” destaca

... a chegada da SANBRA representou muito mais do que a construção de modernas instalações. Para o corpo diretor da agroindústria apresentava-se o desafio de constituir boas relações econômicas, políticas e sociais numa sociedade caracterizada por elites agrárias, “de origem europeia” ... Assim, a indústria, em sintonia com a administração municipal, deu início a uma série de intervenções objetivas voltadas para a propaganda e para estimular o plantio da soja na região dos Campos Gerais... instituiu como parte da comemoração a realização de um concurso

---

<sup>19</sup>Ditadura militar é o regime político no qual os membros das Forças Armadas de um país centralizam política e administrativamente o poder do Estado em suas mãos, negando à maior parte dos cidadãos a participação e a decisão nas instituições estatais. No Brasil, o período mais recente de ditadura militar ocorreu entre os anos de 1964 a 1985. Com o argumento de evitar a realização de uma ditadura comunista no Brasil, em período da Guerra Fria, as Forças Armadas Brasileira realizaram um golpe de Estado em 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart. Eleito como vice-presidente em 1960, Jango (como era conhecido) assumiu o poder após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

<sup>20</sup>SANBRA: Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro. Instalou-se em Ponta Grossa no início da década de 1970, incentivada pelos benefícios oferecidos pelo PLA DEI.

para eleger a rainha da soja. O concurso foi realizado por dez anos consecutivos (1970-1980), sob organização da SANBRA, da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e da Paranatur. Desde sua primeira edição, o concurso foi acompanhado por governadores do Estado, ministros da agricultura e prefeitos das cidades cujas candidatas concorriam ao título. Após a eleição, as jovens rainhas e princesas faziam viagens e eram recebidas por ministros militares e ouvidas em grandes eventos organizados para recebê-las em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (CANÇADO, 2005, s/p.).

Ao ser convidado pelo governador Jayme Canet Júnior (15/03/1975 a 15/03/1979 – ARENA) para assumir a Secretaria de Negócios da Indústria e Comércio, o engenheiro Luiz Gonzaga Pinto deixou a prefeitura a cargo de seu vice, o médico Amadeu Puppi (13/03/1975 a 01/02/1977), que permaneceu até o final do mandato (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2007).

Ao longo do ano de 1973, na gestão do prefeito Luiz Gonzaga Pinto foram planejadas as festividades para a comemoração do sesquicentenário da cidade. Além do tradicional desfile cívico-militar, foram organizados shows com artistas de renome, inaugurações, concursos e a construção de um monumento comemorativo especialmente pela data do aniversário de 150 anos da criação da Freguesia. Este monumento recebeu, também através de concurso entre os munícipes, a aplicação de ilustrações em estilo de linha do tempo, destacando as principais fases da história da cidade. O regulamento deste concurso foi publicado no Jornal Diário dos Campos, edição nº 23.323. Ano LXVI, 16 de junho de 1973.

Nos meses que antecederam a data comemorativa, foram publicados regularmente nos jornais, convites e incentivos para o embelezamento e cuidado das residências, jardins e vias públicas, em uma intensa campanha de conscientização dos habitantes da cidade.

A preservação das tradições, principalmente no que se refere a valorização e manutenção das comemorações cívicas e religiosas está presente na sociedade pontagrossense. Tal interesse vêm dos descendentes das famílias dos fundadores, que sempre estiveram envolvidos com o governo local, constituindo a elite social, econômica e política da cidade.

Em sua obra “A invenção das tradições”, Eric Hobsbawm (2008) explica sobre o comportamento adotado com relação às tradições: “Desenvolveu-se um conjunto de rituais bastante eficaz em torno destas ocasiões: pavilhões para os festivais, mastros para as bandeiras, templos para as oferendas, procissões, toques e sinetas, painéis, salvas de tiros de canhão, envio de delegações do Governo aos festivais, jantares, brindes e discursos” (2008, p.14).

Portanto, a ritualização compõe e dá validade para as tradições inventadas, pois as compreende como manifestações necessárias para que haja a coesão social ou a admissão aos grupos sociais, criação ou estabelecimento de instituições, de status ou da autoridade ou ainda a criação de uma identidade social através da socialização e inculcação de ideias, valores e padrões de comportamento. Este historiador destaca ainda: “Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição [...]” (HOBBSAWM, 2008, p.12).

Nesse sentido, nota-se que na sociedade ponta-grossense há certa carência de maiores conhecimentos relacionados à própria história da cidade, desde sua origem, ainda sobre a forma como ocorreu a apropriação do espaço e quem se apropriou do mesmo, desde como se deu a povoação do lugar.

Embora a relação entre a falta de conhecimento, de valorização da história de sua própria cidade e a noção da construção de cidadania não seja tão aparente, isso afeta a construção da consciência crítica e a própria leitura da realidade na qual se está inserido, dificultando ou até mesmo inviabilizando reflexões necessárias sobre problemas cotidianos e a busca pelas soluções dos mesmos e por melhores condições de vida, enfim o exercício da cidadania.

Pela importância da data – 150 anos da elevação à freguesia, o ano de 1973 iniciou com campanhas em jornais, como o Diário dos Campos, para embelezar a cidade. Nos anúncios apareciam destaques como a instalação de “recipientes para a colocação de papéis”, edição nº 23.295, datado de 16 de fevereiro de 1973, visando as comemorações que seriam realizadas por ocasião do Sesquicentenário.

No dia 15 de setembro de 1973, entre as festividades cívicas, na inauguração do monumento ao sesquicentenário ali foi colocada uma cápsula do tempo intencional. A colocação de cápsulas do tempo é uma prática bastante antiga, com registros ao longo da História. Basicamente, são recipientes de formas variadas preparadas para uma data futura específica e seu conteúdo é selecionado propositalmente. Estas são denominadas de cápsulas do tempo intencionais.

As cápsulas não intencionais ocorrem por acaso e quase sempre são descobertas da Arqueologia, sendo seu exemplo mais conhecido, as ruínas da cidade de Pompéia, na Itália, sepultada pelas cinzas de uma erupção do vulcão Vesúvio no ano 79 da era cristã e encontrada em escavações arqueológicas no ano de 1748.

### **CAPÍTULO 3**

## **O ENSINO DE HISTÓRIA, A APLICAÇÃO DO PROJETO E A PRODUÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO**

Um dos objetivos do ensino de história é proporcionar ao aluno condições para que possa desenvolver as competências necessárias para a compreensão de conceitos básicos que contribuirão na construção de seu conhecimento, visto que a aprendizagem é um processo e que pode ocorrer de diferentes formas e meios.

Esta maneira de ver o ensino permite uma aprendizagem construída, compartilhada e mediada, que propicia aos estudantes elementos para a compreensão da dimensão histórica que envolve os seres humanos em suas diferentes esferas de relacionamento. Segundo Marc Bloch: “A história é a ciência dos homens ... É preciso acrescentar: dos homens, no tempo [...]” (BLOCH, 2001, p.55). Isso porque, a compreensão do sentido do tempo e das ações humanas na história, são princípios indispensáveis para a aquisição dos conceitos de diferentes temporalidades como duração (breve, média ou longa), simultaneidade e continuidade, mudanças e permanências, semelhanças e diferenças (BITTENCOURT, 2008, p.206). E sob essa perspectiva, pode-se afirmar que os conceitos históricos são ferramentas intelectuais de compreensão da história do mundo, mais especificamente, das relações humanas.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, implantada em 22 de dezembro de 2017 (Resolução CNE/CP nº2)<sup>21</sup>, define como competências específicas para o ensino de História no Ensino Fundamental:

- Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
- Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
- Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.

---

<sup>21</sup>BNCC é um documento que define as aprendizagens essenciais a que todos os alunos tem direito na Educação Básica. É amparada pela Constituição da República de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN 9.394/96) e pelo Plano Nacional de Educação de 2014 (Lei 13.005/2014)

- Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
- Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
- Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais. (BRASIL, 2017, p.400)

Embora as competências definidas pela BNCC aqui elencadas sejam específicas da área da História, os assuntos a serem ensinados e a metodologia seguida para alcançar o sucesso da aprendizagem são preocupações constantes no universo dos professores, independentemente da disciplina trabalhada. A busca pela efetivação de uma aprendizagem significativa para os alunos ultrapassa as concepções tradicionais de ensino que, de certa forma, nos dias atuais já não atendem mais aos interesses dos educandos, nem da sociedade na qual estão inseridos, fazendo com que os professores busquem alternativas metodológicas que chamem à sua atenção para o que vai ser ensinado, e um exemplo dessas mudanças é o uso de jogos.

Comprovando tal afirmação cita-se o texto “Jogo de tabuleiro - Conhecendo o Parque Ecológico” como recurso lúdico e educacional em geociências utilizado por Thiara Vichiato Breda e relatado nos Anais do VIII ENPEC (Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências), realizado no ano de 2011, na Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. A autora ressalta que o trabalho com os jogos estimula o aprendizado, tornando-o mais dinâmico e divertido:

Aliando os jogos com as potencialidades de trabalhar conteúdos que abordem o lugar do aluno, apresentaremos neste artigo o procedimento para a construção de um jogo de tabuleiro e suas possibilidades de aplicação quanto ao conteúdo no Ensino Fundamental. Este jogo pode ser usado, segundo esta proposta, para trabalhar Noções Cartográficas e Educação Ambiental... Como aspecto positivo é interessante destacar que o jogo pode permitir uma aprendizagem dinâmica, pois este é um facilitador da aprendizagem, já que estimula seu desenvolvimento. Em contra partida, a consequência deste estímulo pode gerar uma competição. Essa competição não necessariamente é negativa, pois o fato de o jogador buscar a vitória o leva a um esforço “prazeroso” e uma motivação para superar dificuldades. (BREDA, 2011, s.p.)

Dessa forma, o jogo pode ser um instrumento importante para estimular e auxiliar os alunos, pois além dos desafios inerentes ao processo educativo, como as dificuldades de

aprendizagem que podem gerar desmotivação para o estudo, atualmente ainda se constata a influência crescente do mundo digital na educação – como ocorre em todas as áreas do conhecimento e da atuação humana - que abre as janelas para uma nova forma de organização de sociedade em constante transformação.

### 3.1 O ENSINO DE HISTÓRIA: DESAFIOS DA ATUALIDADE

No ensino de história, assuntos como educação ambiental, prevenção ao uso indevido de drogas, bullying, sexualidade, diversidade étnica e de gênero fazem parte da legislação - leis 13.381/01 (História do Paraná) e 11.645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena), são temas trabalhados que perpassam pelos conteúdos obrigatórios, sendo inseridos e analisados juntamente com os demais temas abordados em aula, contribuindo para a melhoria dos resultados do processo de construção de conhecimento pelos alunos, como consta no documento Diretrizes Curriculares da Educação Básica – História (PARANÁ, 2008).

Para isso é necessário que o professor vá além do livro didático, que deve ser usado juntamente com outros referenciais que possam complementar os temas abordados, subsidiados com metodologias novas que acompanhem as transformações que ocorrem cada vez mais rapidamente em todos os segmentos da sociedade.

As adaptações, ao mesmo tempo que “facilitam” a vida, o trabalho, o lazer trazendo mais comodidade, ampliando as formas de comunicação e os ambientes virtuais, nos conectando ao mundo – acessível pelo toque das mãos, também nos levam a adquirir novos hábitos, mudando conceitos e as visões de mundo.

No entanto, muitas pessoas não estão preparadas para lidar com essas questões e a escola está absorvendo mais essa demanda da sociedade. Contudo, é importante frisar que apenas o acesso às informações disponibilizadas pelas novas tecnologias não configura conhecimento, pois é preciso saber filtrar, analisar e utilizar tais informações de maneira adequada, pois

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais. (BRASIL, 2017, p.14)

Para orientar o trabalho pedagógico baseado nessa concepção, o Ministério da Educação, publicou entre os anos de 1997 e 1998 os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, documentos que trazem, entre outros temas, a recomendação do trabalho com a pluralidade cultural e a educação patrimonial. Este trabalho envolve a construção das identidades nos âmbitos pessoal e coletivo sendo necessário para isso, recorrer às memórias social e coletiva. Nos PCN's a definição de memória é colocada como “[...] ato de lembrar, rememorar, recordar, perpetuar, avisar, iluminar ou consolidar [...] O que não é lembrado é esquecido e perde laços afetivos de identidade” (BRASIL, 1997).

Ao se estudar a memória social de diferentes comunidades, as relações com a memória coletiva são estabelecidas. De acordo com Jacques Le Goff: “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente às quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 2003, p.422).

O “retraimento” ou “transbordamento” citado pelo autor fazem parte da seleção dos acontecimentos que serão relegados ao esquecimento ou àqueles que deverão ser lembrados. A perpetuação dos fatos é resultante do interesse do segmento social dominante, o qual é estabelecido através da memória coletiva e social e que está também relacionado com a escolha dos lugares que podem fazer parte da história dos grupos sociais, os quais constituirão os “lugares de memória” da cidade (NORA, 1984).

Porém, tais “lugares de memória” só terão sentido através de um processo que privilegie a construção do conhecimento sobre o lugar e a incorporação dos fatos em questão como inerentes à comunidade local, proporcionando uma aprendizagem com significado no ensino de História. A educação patrimonial pode levar o aluno a refletir sobre o lugar onde vive, valorizando as manifestações culturais e desenvolvendo não apenas a capacidade de compreensão do conceito de preservação, mas a percepção da importância do patrimônio como elemento constitutivo da identidade pessoal e coletiva nos processos históricos, e é nesse contexto que o conceito de tempo histórico se sobressai na construção da narrativa histórica.

A partir da década de 1970, observaram-se mudanças de concepções relacionadas ao tempo, quando até então, o futuro era tido como o advento do progresso, a superação constante do atraso que o passado representava, em todos os âmbitos.

Essa mudança de paradigma é defendida pelo historiador francês François Hartog (2003) que resultou em uma nova concepção de analisar a perspectiva do patrimônio.

Segundo ele, o regime de historicidade, isto é, a forma como se lida com o tempo, é presentista, e nesse contexto surgem preocupações com a afirmação das identidades, a busca pelas raízes culturais, os registros de memórias, valorizando o patrimônio, sejam estes representados por monumentos, construções antigas ou paisagens naturais. Este autor explica ainda que as sociedades saíram de um modelo de história que privilegiava apenas a memória, para valorizar uma memória diretamente relacionada com o patrimônio (HARTOG, 2003, p.139).

Para o ensino de história esse significado pode ser utilizado na perspectiva do patrimônio histórico local, seja ele tombado ou não, o qual se constitui em um recurso que possibilita estabelecer ligações com diferentes temporalidades, além de oferecer a materialização de fatos através dos vestígios e, a partir de então, abre-se espaço aos estudantes de novas pesquisas, despertando o interesse e a sua inserção na comunidade a que pertencem.

Tal patrimônio, geralmente, é constituído pelas construções de épocas passadas e que resistiram ao tempo, sejam edificações religiosas, prédios públicos ou mesmo residenciais, praças, monumentos, locais de atrativos naturais – que na maioria das vezes são incorporados para a exploração turística.

A instalação de monumentos em espaços públicos é resultante de disputas políticas, socioeconômicas e até mesmo religiosas, instâncias que elegem as memórias que “deverão” ser lembradas. Estes grupos vencedores – e dominantes, exercem de forma sutil, o controle das memórias através da materialização, levando a população a validar as representações por estes estabelecidas, muitas vezes até mesmo de forma inconsciente.

Por conseguinte, o contato com o patrimônio proporciona aos alunos uma experiência concreta, muito importante para que a aprendizagem seja efetiva. É ainda um momento propício para que seja exercitada a capacidade de observação. A “leitura” dos monumentos e demais edificações fornece subsídios para que construam suas próprias interpretações sobre acontecimentos estudados, levantando questionamentos e hipóteses.

Para que as saídas de campo aos espaços nos quais estão os patrimônios a serem estudados alcancem os objetivos esperados é indispensável o planejamento, a elaboração de um roteiro e a visita prévia do professor, além de que, é necessário ainda, que os objetivos estejam claros para os alunos.

Na obra Guia Básico da Educação Patrimonial, as autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro (1999,) destacam

A metodologia da Educação Patrimonial pode levar os professores a utilizarem os objetos culturais na sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados, como peças “chave” no desenvolvimento dos currículos e não simplesmente como mera “ilustração” das aulas [...] (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.7)

Nessa obra, para que haja uma ação educativa eficiente, as autoras oferecem um quadro com sugestões metodológicas em etapas a serem seguidas, após a definição do objeto, fenômeno ou tema a ser estudado, como pode ser observado:

Quadro 1 - Sugestões metodológicas para Educação Patrimonial

| Etapas         | Recurso/atividades                                                                                                                                                                        | Objetivos                                                                                                                                                                                                                |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1) Observação  | Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, dedução, jogos de detetive                                                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificação do objeto/função/significado;</li> <li>- Desenvolvimento da percepção visual e simbólica</li> </ul>                                                               |
| 2) Registro    | Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas                                                                                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica;</li> <li>- Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional</li> </ul> |
| 3) Exploração  | Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas | Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.                                                                                                            |
| 4) Apropriação | Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.                            | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa;</li> <li>- Valorização do bem cultural</li> </ul>    |

Fonte: HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999.

Com base nas etapas metodológicas citadas, nos propusemos a realizar um trabalho de pesquisa, visando o desenvolvimento de estratégias de estudo da história local,

relacionando-as com a Educação Patrimonial, a partir de análise dos monumentos localizados na Praça Marechal Floriano Peixoto – Ponta Grossa, Paraná.

Através de uma abordagem interdisciplinar, recorreu-se às áreas da Geografia Humana, da Sociologia, da Filosofia, da Arquitetura e Urbanismo para melhor compreensão dos conceitos de território, espaço, lugar, representação, monumentos e praças, relacionando-os com a área da História, na ótica da constituição do patrimônio e dos lugares de memória.

A interdisciplinaridade tem por objetivo fazer com que a aprendizagem se torne mais dinâmica e efetiva, atribuindo sentido aos conceitos e fatos abordados. Uma das maneiras mais eficazes de se conseguir essa visão interdisciplinar é através do trabalho com projetos. Com base nessa perspectiva, apresentamos uma proposta de trabalho pedagógico a partir de um projeto de ensino.

### 3.2 APLICAÇÃO DO PROJETO DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL

A pesquisa proposta para ser desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História compreendeu a análise dos monumentos instalados na Praça Marechal Floriano Peixoto. Sob o tema “A Praça como espaço de construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade de Ponta Grossa” com o principal objetivo de despertar nos alunos o interesse pelas questões locais mostrando que há história em todos os espaços.

O tema escolhido trouxe consigo a intenção de propor estratégias para estudo da história local, relacionando-as com a Educação Patrimonial e os lugares de memória, a partir de análise dos monumentos localizados na Praça Marechal Floriano Peixoto – a Praça da Matriz, da cidade de Ponta Grossa, Paraná.

Por ocasião do aniversário de 150 anos da criação da Freguesia de Ponta Grossa - 15 de setembro de 1973, a Praça Marechal Floriano Peixoto foi, novamente, o palco para muitas festividades na cidade, retomando um lugar de destaque entre os munícipes. Nessa data, uma cápsula do tempo intencional<sup>22</sup> foi colocada numa parte da Praça Marechal Floriano Peixoto, que deverá ser aberta no dia 15 de setembro de 2023, quando se completará duzentos anos da criação da Freguesia.

---

<sup>22</sup>Com relação à criação das cápsulas do tempo, pode ser constatado que é uma prática bastante antiga, com registros ao longo da História. “Uma cápsula do tempo é basicamente um objeto ou recipiente concebido para guardar ideias ou informações de uma determinada época para ser aberto no futuro. Podem existir de forma intencional ou não, sendo às vezes destinadas a serem abertas em datas específicas”.

Tais recipientes podem ser classificados em dois tipos: intencionais e não intencionais. No primeiro caso, são preparadas para uma data futura específica e seu conteúdo é selecionado propositalmente. As cápsulas não intencionais ocorrem por acaso e quase sempre são descobertas da Arqueologia, sendo seu exemplo mais conhecido, as ruínas da cidade de Pompéia, na Itália, sepultada pelas cinzas de uma erupção do vulcão Vesúvio no ano 79 da era cristã e encontrada em escavações arqueológicas no ano de 1748.

O fato da colocação de uma cápsula do tempo na praça que é um símbolo da preservação da memória histórica local nos leva a algumas indagações bastante pertinentes com relação às reflexões críticas inerentes ao processo de construção da consciência cidadã: Qual seria o objetivo dessa ação? A que interesses poderiam servir? Quem ou quais pessoas elegeram o local e o que seria guardado na urna? Qual era o contexto social, político e religioso da época das comemorações do sesquicentenário da cidade?

A escolha do local para se “colocar memórias”, no artefato denominado de cápsula do tempo, revela que a construção ou preservação de monumentos e documentos não é neutra, mas sim, construções políticas e culturais, em busca de uma identidade do grupo social ou para justificar ações pelos grupos dirigentes.

Os alunos foram estimulados a refletir sobre a situação específica da instalação da cápsula do tempo no monumento ao sesquicentenário, o qual foi iniciado com leituras de textos a respeito da história local. Em seguida, foi proposto um debate a partir da seguinte frase: “A História é a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001). A conclusão a que os alunos chegaram foi que é importante conhecer as origens do local onde se vive e saber dos costumes para valorizar sua cultura. Ficou estabelecido que essa frase seria retomada na última aula do projeto de ensino.

Também foram promovidas reflexões sobre a figura do Capitão do Mato, sendo nesse momento desenvolvido o exercício de desenvolvimento da empatia histórica realizado com os alunos. A habilidade da empatia histórica é um conceito desenvolvido por Peter Lee (2003), tem por objetivo nos conduzir à percepção de que as formas de pensar e conceber o mundo são diferentes em outras realidades temporais e espaciais. É um processo no qual se procura identificar as continuidades e semelhanças decorrentes dos vínculos históricos estabelecidos com o passado vivido por uma comunidade, levando à compreensão dos códigos sociais estabelecidos e percebendo as limitações as quais os seres humanos de épocas passadas estavam condicionados. Permite inferir sobre os modos de vida, as relações sociais,

políticas, religiosas e as formas de trabalho que marcavam seu cotidiano em situações bem diferentes das atuais.

Através do exercício da empatia histórica, as respostas trazidas pelos alunos sobre o trabalho do Capitão do Mato possibilitaram a compreensão de que para as pessoas daquela época era completamente normal a escravização de seres humanos, a expulsão dos indígenas e a apropriação de suas terras pelos colonizadores e seus descendentes, a obediência religiosa e o rigor de seus princípios, a subserviência das populações mais pobres e das mulheres em geral. A principal função daquela “autoridade” era a captura dos escravos fujões, mas também era o responsável pela prisão de assaltantes que ficavam ao longo do caminho esperando viajantes, além de impor a ordem e garantir a tranquilidade dos moradores da região sob sua guarda. Com o crescimento populacional da região, essa autoridade foi substituída pela Companhia de Ordenanças, que tinha a mesma função, porém com mais pessoas.

Neste ponto os alunos conseguiam compreender o que é uma construção cultural, como o racismo, por exemplo, além de compreenderem que esses conceitos vão sendo modificados com o passar do tempo, e que as pessoas percebem o mundo em que vivem de formas diferentes de acordo com a época e a realidade em que estão inseridas. São capazes de perceber que a História muitas vezes é utilizada pelas classes dominantes, manipulando a interpretação de fatos para atender a interesses políticos, econômicos ou religiosos, em detrimento das classes menos favorecidas.

A aula seguinte, o assunto abordado foi a elevação do Bairro à categoria de Freguesia e Paróquia, em 15 de setembro de 1823. Houve uma breve contextualização da situação pela qual passava o país, liberto de Portugal, um Império recém instaurado. Partindo da leitura de um pequeno texto do livro “Os Campos Gerais, uma outra história”, na página 25, encontramos um relato sobre a escolha do local para a construção da Capela de Sant’Ana. Segundo a autora, a Igreja Católica sempre preferiu lugares altos para a construção dos templos. A questão foi resolvida em comum acordo entre os fazendeiros da região, que escolheram uma colina em um ponto central do lugarejo, praticamente equidistante às principais fazendas e próxima do caminho utilizado pelos tropeiros. Os proprietários cederam a área para a construção da capela. (CHAMMA, 2007, p.25)

A lenda das pombinhas, que não é citada no livro, também é utilizada para contar como teria sido a escolha do lugar para construir a Capela. Independente da sua veracidade, é interessante destacar que esta lenda é citada no Hino à Ponta Grossa está na Bandeira da cidade, incorporando-se, portanto, aos símbolos municipais.

Também foi proposto aos alunos uma pesquisa sobre os fatos principais que possibilitaram o desenvolvimento da localidade, as transformações sociais, econômicas, políticas e religiosas que foram sendo verificadas ao longo do tempo, culminando com as comemorações do sesquicentenário da cidade. As turmas foram divididas em seis equipes, sendo que as de número 1 e 2, trabalharam com os períodos históricos de 1823 a 1873, as equipes de número 3 e 4, com os períodos de 1873 a 1923 e as equipes 5 e 6, de 1923 a 1973. A escolha do sesquicentenário foi justificada pela colocação da cápsula do tempo no monumento em homenagem à data. Na aula seguinte os dados foram apresentados para a turma e foi elaborada uma linha do tempo, a partir de 1823 até 1978. Acrescentou-se este último ano devido a sua importância para a história local, pois foi o ano em que a Catedral foi demolida.

A décima aula do projeto de ensino foi uma saída de campo. O primeiro ponto visitado foi a Praça Marechal Floriano Peixoto e seus monumentos. Nessa ocasião, os alunos puderam visualizar, tocar, analisar, enfim ter o contato físico com os objetos estudados, possibilitando a eles a constatação “in loco” do que muitos deles só conheciam por fotos e vídeos. Observaram os arredores da Praça e compararam com as fotos vistas nas aulas, destacando as mudanças ocorridas. Após isso, teve uma visita à igreja matriz, registrada nas fotos tiradas pelos alunos e professora, como é possível verificar nas figuras de números 24, 25 e 26.

Figura 24 - Capela do Santíssimo Sacramento da Catedral de Sant'Ana.



Fonte: A autora, 11/09/2019

Figura 25 - Vitrais da Capela do Santíssimo Sacramento da Catedral de Sant'Ana com o brasão dos bispos.



Fonte: A autora, 11/09/2019

Figura 26 - Vitrais e porta de entrada lateral – lado esquerdo, Catedral de Sant'Ana.



Fonte: A autora, 11/09/2019

Após a saída de campo, na atividade “roda de conversa” os alunos expuseram suas opiniões sobre aula, os monumentos, a visita à igreja e representaram suas impressões através de desenhos e textos/frases. Estes trabalhos ficaram em exposição no colégio.

Figura 27 - Ilustração do início da Freguesia de Ponta Grossa



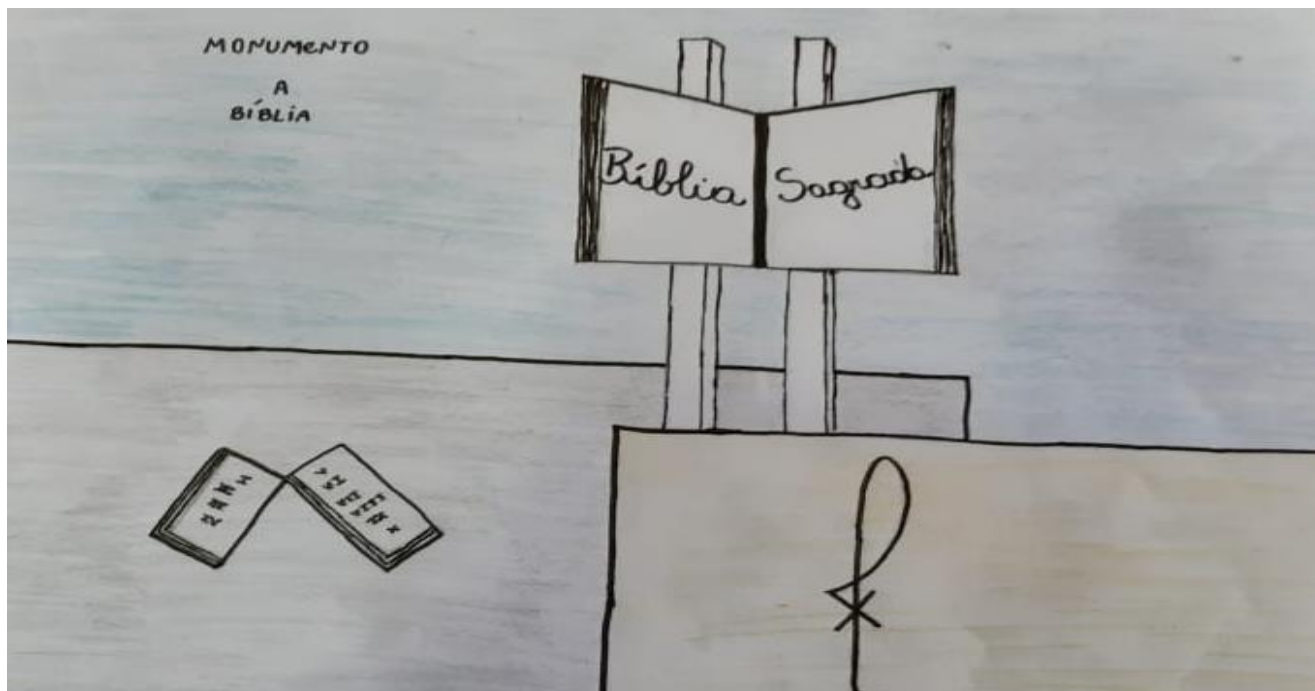
Fonte: A autora, 2019

Figura 28 - Ilustração da Catedral de Ponta Grossa



Fonte: A autora, 2019

Figura 29 - Ilustração do monumento à Bíblia



Fonte: A autora, 2019

Figura 30 - Ilustração do monumento ao Lions Club



Fonte: A autora, 2019

Figura 31 - Maquete da Igreja de Sant'Ana de taipa de pilão de Ponta Grossa



Fonte: A autora, 2019

Nas aulas seguintes foi proposto para as turmas um jogo de tabuleiro, ilustrado para ser utilizado com as informações da linha do tempo por eles elaborada. Sob o título de “Corrida para a cápsula do tempo”, o material foi apresentado em um tabuleiro tamanho A<sup>3</sup>, com uma trilha em formato oval (essa referência será trabalhada mais adiante no texto).

As opiniões dos alunos variaram bastante sobre o jogo. Sugeriram regras e ilustrações. Foram convidados para organizar o jogo, sendo esta participação voluntária. Nas aulas que se seguiram, foram discutidas as regras, a disposição das “casas” do tabuleiro e as cartas. O resultado foi um jogo mais objetivo, com número menor de cartas e de “casas” e uma disposição diferente destas no tabuleiro. Sugeriram ainda um jogo da memória com fotos dos monumentos da praça.

Em seu texto “Jogar com a História na sala de aula” a autora Carla Beatriz Meinerz (2018) destaca a importância do jogo como uma forma de desenvolver o diálogo, privilegiando a cognição e a afetividade. No texto, são elencados uma série de ações a serem observadas pelo professor para que tal atividade obtenha sucesso na sua aplicação:

O professor é convidado a desenvolver a habilidade de construir jogos em que as práticas de diálogo intelectual e afetivo são fundamentais. Nesse processo o

professor faz escolhas, adapta, cria, recorta, tanto formas de jogar, quanto conteúdos para o jogo, convencido da ideia de que a pesquisa e docência podem alimentar-se mutuamente... Escolher, criar, pensar, fazer amigos e inimigos, cooperar, desenvolver habilidades, construir conceitos e conhecimentos, interagir socialmente e discursivamente, trocar saberes, respeitar ou questionar regramentos, manter tradições, são alguns motivos que nos fazem defender a criação de situações didáticas em que o jogo seja central no Ensino da História. (MEINERZ, 2018, p.76)

Como é possível observar na citação acima, a pesquisa é colocada como indispensável ao exercício da docência. A autora defende ainda que deve ser dado mais espaço nas aulas para o jogo como uma alternativa válida e prazerosa, estimulando nos alunos a aquisição de habilidades. De acordo com Meinerz, “Em geral, os jogos são construídos por mestres criadores, mas existem também experiências de criação lúdica por parte dos estudantes em parceria com colegas e professores” (MEINERZ, 2018, p.78).

Estas experiências de criação lúdica por parte dos estudantes em parceria com colegas e professores – foi vivenciada pelos alunos participantes do projeto de ensino aplicado no Colégio Santa Maria, na disciplina de História.

### 3.3 A PRODUÇÃO DOS JOGOS: MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Após a apresentação aos alunos do tabuleiro, foi organizado o trajeto entre os monumentos instalados na Praça Marechal Floriano Peixoto formado por trinta “casas”, distribuídas em quatro períodos de tempo, iniciando com o século XIX, passando pelo século XX, dividido em dois períodos de tempo e chegando ao século XXI, até o ano de 2023 – época que se completará o bicentenário da criação da Freguesia de Ponta Grossa.

Inicialmente, o jogo contava com trinta cartas distribuídas em eventos que ocorriam ao longo da trilha, em ilustrações de utensílios e em enigmas – que poderiam “dar sorte” ou revés ao jogador e que precisavam ser resolvidos para prosseguimento da viagem (ver figuras números 36 e 37). Para início do jogo, os dados deveriam apontar os números um ou seis, sendo que para os deslocamentos os jogadores contariam as casas de acordo com a quantidade apontada pelos dados. Venceria aquele que chegasse primeiro na casa número 30 de posse da carta/artefato “chave da cápsula do tempo”. Os jogadores eram representados por marcadores coloridos (figura número 39).

Figura 32 - Primeira proposta do jogo de tabuleiro apresentada aos alunos no mês de setembro de 2019.



Fonte: A autora, 2019

Figura 33 - As cartas ilustradas



Fonte: A autora, 2019

Figura 34 - Os marcadores dos jogadores e os dados



Fonte: A autora, 2019

Figura 35 - Tabuleiro ilustrado representando a Praça Marechal Floriano Peixoto com os monumentos e a Catedral



Fonte: A autora, 2019

Figura 36 - Sugestão de casas circulares.



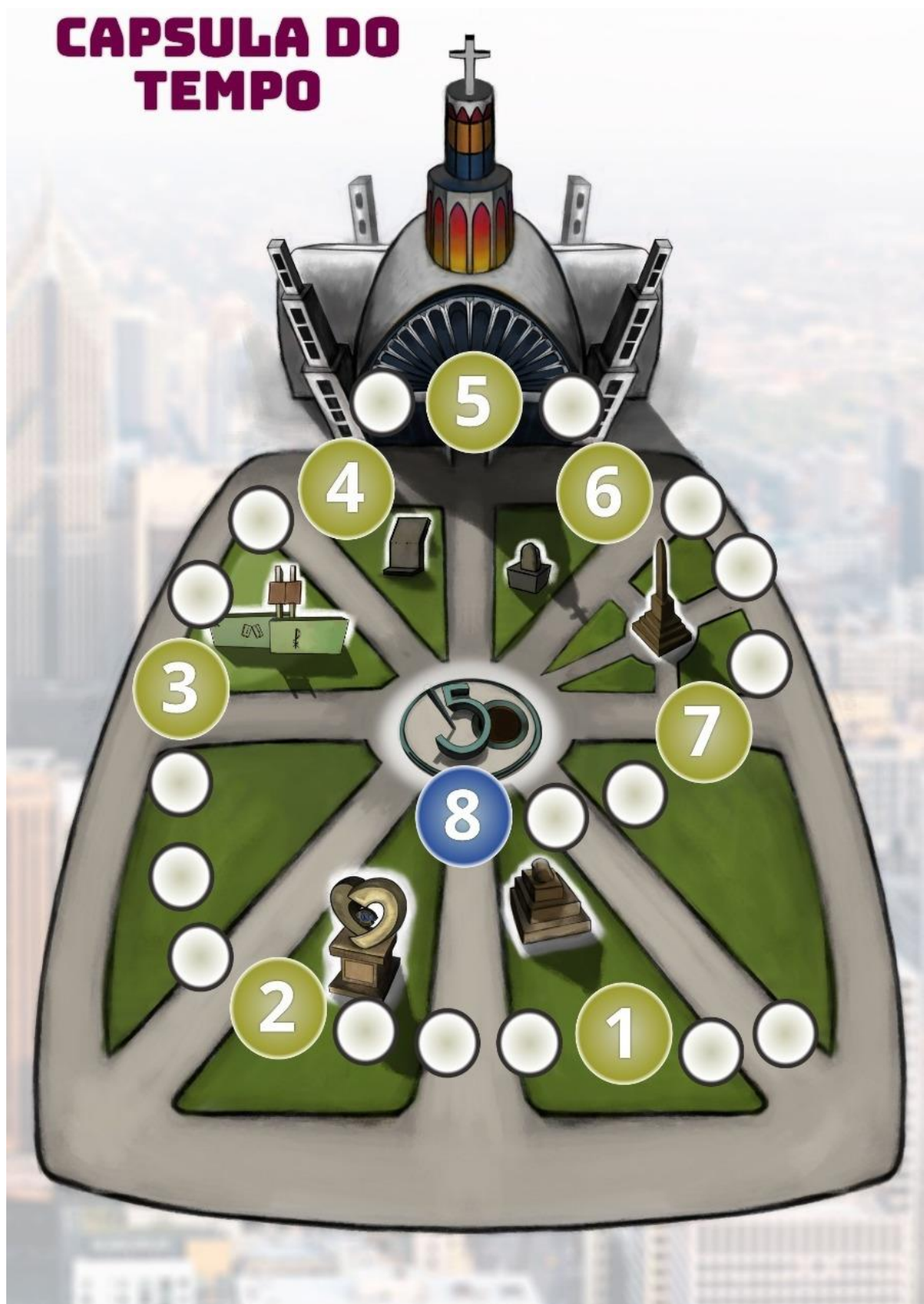
Fonte: A autora, 2019

Figura 37 - Jogo da memória com fotos dos monumentos da praça.



Fonte: A autora, 2019

Figura 38 - Tabuleiro final do jogo “Corrida para a cápsula do tempo”



Fonte: A autora, 2019

Além de oferecer uma opção de material didático para ser trabalhado nas aulas sobre História Local, o objetivo também foi possibilitar a aquisição de conhecimentos através de uma maneira lúdica e prazerosa.

Com relação a utilização do jogo como recurso didático em aula, Krul e Emmel (2012), destacam que atividades lúdicas como jogos favorecem

“[...] ensino, aprendizagem, pesquisa, leitura, reflexão, autonomia, criatividade, mediação, diálogo, trabalho em equipe, cooperação, novos conhecimentos, discussão de conceitos, autoria, tempo e espaço de produção de sentidos e significados”. (KRUL; EMMEL, 2012, p. 6)

Com base na afirmação destes autores, as atividades lúdicas contemplam o desenvolvimento das competências necessárias para o cidadão do século XXI. Sobre utilização do jogo como recurso nas atividades educativas, em sua obra “A formação social da mente” (1978) Vygotsky<sup>23</sup> assevera que

Satisfazer as regras é uma fonte de prazer. A regra vence porque é o impulso mais forte. Tal regra é uma regra interna, uma regra de autocontenção e autodeterminação... Em resumo, o brinquedo cria na criança uma nova forma de desejos. Ensina-a a desejar, relacionando seus desejos a um “eu” fictício, ao seu papel no jogo e suas regras. Dessa maneira, as maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brinquedo, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade. (VYGOTSKY, 1978, p.67)

Embora já tenha se passado um século, as ideias defendidas por Vygotsky continuam bastante atuais. Ao propor uma atividade lúdica como um jogo de tabuleiro, por exemplo, é criada uma situação imaginária na qual os alunos, crianças ou adolescentes, se deparam com problemas a serem solucionados sem fugirem às regras estabelecidas. Tais situações são importantes para o desenvolvimento e para a socialização dos estudantes

Sob o ponto de vista do desenvolvimento, a criação de uma situação imaginária pode ser considerada como um meio para desenvolver o pensamento abstrato. O desenvolvimento correspondente de regras conduz a ações, com base nas quais

---

<sup>23</sup>Lev Semyonovich Vygotsky (1896-1934) foi um psicólogo nascido na Bielo-Rússia. Estudou Direito e Filologia (1917). Lecionou Literatura, Psicologia e Pedagogia em Gomel, Moscou e Leningrado. Realizou importantes estudos em Psicologia do Desenvolvimento, Educação e Psicopatologia. A partir de seus estudos se originou a corrente pedagógica chamada de sócioconstrutivismo ou sóciointeracionismo. Seus estudos foram publicados no Brasil ao final da década de 1970. Realizou suas pesquisas sobre desenvolvimento e aprendizagem nas primeiras décadas do século XX. A partir de seus estudos, muitos teóricos da educação desenvolveram novas pesquisas, levantando hipóteses e comprovações sobre o processo de aquisição de conhecimento – o processo cognitivo. Há muitas pesquisas publicadas, relacionando a aprendizagem com a interação social, a mediação, a afetividade e com a ludicidade.

torna-se possível a divisão entre trabalho e brinquedo, divisão esta encontrada na idade escolar como um fato fundamental. (VYGOTSKY, 1978, p.69)

Nesse sentido, as últimas aulas do projeto “A Praça como espaço de construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade de Ponta Grossa” foram dedicadas para a reelaboração final com os alunos do jogo de tabuleiro “Corrida para a cápsula do tempo”. A participação destes era espontânea, deveriam jogar e após a partida, opinar e sugerir as alterações que julgassem necessárias, justificando-as.

Resultante desse trabalho, além do jogo de tabuleiro, teve também um jogo da memória, com as imagens dos monumentos da Praça Marechal Floriano Peixoto. Um fato interessante surgido foi a ilustração da carta número 1, o marco zero. A escolha da ilustração para esta carta foi a paisagem pintada por Jean Baptiste Debret em 1827. Tal escolha foi justificada devido ao fato de que esta obra representa a cidade de Ponta Grossa no início de sua história (o que foi interpretado como marco zero da história local).

A participação espontânea dos alunos na elaboração do jogo pode ser considerada como ponto positivo. Eles eram convidados a jogar, opinar e dar sugestões para alterações que se fizessem necessárias para tornar o jogo mais interessante. Em equipes formadas por quatro alunos, após a partida do jogo deveriam fazer anotações das sugestões, estas eram socializadas em rodas de conversa.

As primeiras alterações foram no tabuleiro. Inicialmente foi sugerido que o “campo” do jogo fosse a Praça, com as imagens dos monumentos e a Catedral. O número de “casas” foi reduzido para 25, em um tabuleiro e 26 no outro. Alguns alunos sugeriram as “casas” em formato retangular, outros preferiam que as “casas” fossem em forma de círculos. As cartas também foram modificadas. Passaram a ter bônus para avançar, retroceder ou ficar uma rodada sem jogar e algumas cartas apenas continham informações sobre fatos históricos, que deveriam ser apenas lidos para os demais jogadores. As cartas com a ilustração das chaves permaneceram como requisito indispensável para se abrir a cápsula do tempo. Algumas cartas foram excluídas.

No mês de novembro, houve a escolha do tabuleiro definitivo e por decisão da maioria das turmas ganhou o que apresentava as casas em formato circular, com 25 casas, destacando oito casas que serão numeradas de acordo com os monumentos que representam. A regra para iniciar o trajeto, ficou definida, é preciso tirar os números 1 ou 6 no dado, lançando-os na sequência para continuar o caminho. O jogo poderá ser realizado por até quatro participantes e os marcadores utilizados pelos jogadores não tiveram alteração.

Figura 39 - Versão final das cartas do jogo “Corrida para a cápsula do tempo”



Fonte: A autora, 2019

As aulas sobre a história local foram ministradas paralelamente às aulas da disciplina de História, no período frequentado pelos alunos no horário regular do estabelecimento de ensino. A participação dos alunos opinando sobre a ilustração do tabuleiro, das cartas e a elaboração das regras do jogo foi voluntária e ocorreu em horário contrário aos das aulas – nesse caso, foram às quartas feiras à tarde, mediante autorização dos pais e concordância da equipe pedagógica do colégio. Tanto os encontros extracurriculares com os alunos, como a saída de campo ocorreram no segundo semestre do ano de 2019.

Após a definição das regras do jogo de tabuleiro “A corrida para a cápsula do tempo” os alunos juntamente com a professora elaboraram a versão final com a apresentação do jogo e suas regras, a descrição das cartas e a movimentação que o jogo deverá ter até seu desfecho, tendo como vencedor o jogador que chegar primeiro à cápsula do tempo que está colocada no Monumento ao Sesquicentenário da fundação da Freguesia de Ponta Grossa.

Foi elaborado um quadro no qual constam a apresentação do jogo, as regras, as descrições das cartas e das ilustrações, as situações que permitem avançar, retroceder ou ficar sem jogar os dados durante o percurso como orientação aos jogadores.

Os alunos envolvidos no projeto relataram que a experiência foi prazerosa e tornou o estudo mais interessante. Citaram o fato da participação espontânea como algo positivo, pois todos os se dispuseram a participar demonstraram que compreenderam a proposta e se empenharam em realizar as leituras e atividades solicitadas, sugerindo situações para o jogo, analisando e reelaborando todas as vezes que isto se fez necessário, enfim participaram ativamente da atividade, o que foi uma novidade para muitos deles.

Houve ainda as situações em que surgiram opiniões divergentes. Muitos alunos destacaram que estas foram importantes para treinar o respeito à liberdade de opinião e tolerância.

Quadro 2 - Regras do jogo “Corrida para a cápsula do tempo”

### **JOGO: CORRIDA PARA A CÁPSULA DO TEMPO**

Apresentação: - O tabuleiro tem 25 “casas”, sendo que oito são numeradas e ilustradas com os monumentos da Praça Marechal Floriano Peixoto. O jogo é composto de um tabuleiro ilustrado, 24 cartas, marcadores e dados, para até 04 participantes.

- Para a saída, ao jogar o dado, este deverá cair em 01 ou 06.
- Quando cair nas casas destacadas, o jogador retira uma carta que poderá ser de informações históricas locais e nacional (duas cartas de cada) e deverá apenas ler as informações para os outros jogadores:

1ª ilustração: elevação do bairro de Ponta Grossa à Freguesia e Paróquia. Construção da primeira capela em 1823, na colina mais alta para abrigar o altar que ficava na Casa de Telhas. Foi substituída pela igreja de taipa de pilão na década de 1860.

2ª ilustração: construção da nova igreja Catedral, inaugurada em 1907, no mesmo lugar da igreja anterior. Demolida, sob protestos de parte da população, em 1978.

3ª ilustração: igreja atual. Sua construção demorou cerca de quatro décadas. Possui belos vitrais e uma escadaria que conduz a um mirante.

4ª ilustração: no mês de maio de 1880, o imperador Dom Pedro II e sua esposa, a imperatriz Dona Teresa Cristina, visitaram a região dos Campos Gerais. Ficaram hospedados na residência do Barão de Guaraúna.

5ª ilustração: Lei Áurea significa “lei de ouro”. Foi sancionada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888 e abolia a escravidão no Brasil.

#### Cartas de bônus:

- dados da sorte: adiantar seis casas.
- dado mágico: ganha mais uma rodada... joga outra vez.
- sela de cavalo: cavalo selado anda mais rápido... adiantar três casas.

#### Cartas de parada:

- dados do azar: recuar quatro casas.
- panela do tropeiro: parar para cozinhar...perde uma rodada, fica uma vez sem jogar.
- mapa do tropeiro: parar para consultar o mapa ... recuar duas casas.

Cartas com a chave mágica: é preciso estar de posse da chave para “abrir” a cápsula do tempo.

Caso o jogador chegue até a cápsula sem a carta da chave mágica, deverá jogar o dado e tirar seis para conseguir uma chave e abrir a cápsula do tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivos estabelecer relações entre o ensino de História e a Educação Patrimonial, entre a apropriação do espaço da Praça da Igreja Matriz da cidade de Ponta Grossa ao longo do tempo e os discursos dos fundadores da cidade, analisando os monumentos como símbolos de poder no que se refere à povoação do espaço urbano e ao estabelecimento das relações comerciais, trabalhistas, sociais, religiosas.

O estudo de monumentos e as visitas aos lugares considerados importantes para a história local possibilitaram o contato físico e visual dos estudantes com a materialidade de outras épocas, permitindo vivenciar a experiência denominada de empatia histórica, conceito desenvolvido por Peter Lee (2003). As análises dos monumentos e dos chamados lugares de memória, termo utilizado por Pierre Nora (1984), para definir lugares que contém ou possibilitam a rememoração de fatos passados, são essenciais para o desenvolvimento da consciência crítica e das noções de cidadania.

Esta forma de estudo do patrimônio histórico é comumente abordada pela disciplina de História, no entanto, poderia ser imensamente enriquecida através de um trabalho interdisciplinar. Embora uma proposta interdisciplinar demandasse em um planejamento cooperativo e estudos prévios pelos professores que se propusessem a realizá-la, certamente os resultados seriam aprendizagens mais significativas e experiências educacionais positivas para estudantes e professores.

O caráter interdisciplinar deste trabalho permitiu que fossem estabelecidas conexões entre as áreas de conhecimento do Ensino Fundamental – Anos Finais, definidas na Base Nacional Comum Curricular (2017) como: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Embora estas últimas estejam naturalmente relacionadas entre si, foi possível um trabalho mais abrangente, envolvendo as demais áreas. Isto pode ser comprovado na proposta da confecção do jogo de tabuleiro: foram utilizadas noções de matemática e de leitura e escrita, entre outras.

A produção de material didático de caráter lúdico, sobre o tema pesquisado, constava também entre os objetivos deste trabalho. Para atender a esta proposta e visando o desenvolvimento de estratégias de estudo da história local, relacionando-a com os espaços de memória, foi desenvolvido um projeto de ensino de História Local intitulado “A Praça como espaço de construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade de

Ponta Grossa”, com alunos das séries finais do Ensino Fundamental II, no Colégio Estadual Santa Maria.

Por se constituir em um trabalho diferenciado das demais práticas pedagógicas do cotidiano escolar, as saídas de campo despertaram o interesse dos alunos, motivando a participação e o desenvolvimento das atividades a eles propostas. Nesse processo, também foi proporcionada a interação entre os alunos, através das pesquisas realizadas, dos debates, das situações-problemas oferecidas para que fossem solucionadas – caso da elaboração das regras do jogo de tabuleiro, por exemplo.

O trabalho com as fotos antigas da cidade, encontradas no acervo da Casa da Memória Paraná e impressas para possibilitar o manuseio das mesmas também chamou a atenção dos alunos, aguçando a curiosidade e demonstrando as mudanças geográficas, como construções antigas que já não existem mais ou que foram reformadas ou restauradas, a expansão da cidade e as mudanças sociais, principalmente nos modos de vestir.

As mudanças e permanências são conceitos de temporalidades e se constituem em importantes ferramentas intelectuais para a compreensão das relações das pessoas entre si e com o mundo – seu lugar onde vive, pois, a aquisição das noções de tempo e espaço são indispensáveis para que haja um estudo da história com significado.

Ainda nesse processo de construção do conhecimento, os alunos foram levados a refletir sobre a escolha do local para se “colocar memórias”, no artefato denominado de cápsula do tempo, por ocasião das comemorações do Sesquicentenário da fundação da Freguesia de Ponta Grossa. Ao ser apresentada a questão, com base nas leituras e análises realizadas a conclusão do grupo foi que a própria iniciativa de tal ato, revelou que a construção/preservação de monumentos e documentos não é neutra, mas sim, construções políticas e culturais, em busca de uma identidade do grupo social ou para justificar ações sociopolíticas e/ou econômicas adotadas pelos grupos dirigentes, fato que se repete ao longo da história das sociedades.

Assim sendo, se pôde concluir que o conhecimento é uma forma de poder.

Sob essa perspectiva foi possível compreender porque é visto como uma ameaça à ordem estabelecida. Ao levar os estudantes a desenvolverem o pensamento crítico, a ética, as noções de cidadania, o respeito às diferenças e a valorização da pluralidade cultural, estes adquirem autonomia e se tornam capacitados a exigir direitos que anteriormente não eram percebidos, devido as manipulações que a população estava sujeita, sendo sempre explorada nos mais variados aspectos: econômicos, políticos, religiosos, principalmente.

Todos os grupos sociais possuem história. Ao compreender as peculiaridades e as diversidades próprias de cada lugar ou comunidade, ao aluno são fornecidas as ferramentas para que desenvolva noções básicas indispensáveis na elaboração de suas opiniões e identificação com o grupo no qual este se insere.

Ao tomar conhecimento da história do lugar onde vive e de sua influência na vida das pessoas que ali estão - há muito ou pouco tempo, possibilitando ao aluno condições de fazer uma leitura da sociedade na qual está inserido, levando-o a compreensão das razões históricas e culturais que conduziram a sua realidade atual, os estudantes estarão desenvolvendo aptidões para se tornarem sujeitos capazes de construir comunidades com mais igualdade social e respeito aos direitos de todos.

Portanto, o principal objetivo do ensino de História deve ser criar condições para que os alunos desenvolvam competências necessárias para a construção de seu conhecimento. Ao ser favorecido pela interação e mediação, a aquisição desta aprendizagem que é processual e pessoal, se torna mais eficaz e efetiva. Justamente por isso, esta disciplina muitas vezes é alvo de perseguição e acusação de inculcar “ideologias nocivas” nos estudantes, pois uma população pensante e esclarecida pode ameaçar o poder das elites governantes e econômicas.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Org.) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª edição. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.
- ANTONI, Edson. ZALLA, Jocelito. O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em História (pp. 113 e 117). *In*: GIACOMONI, Marcello Paniz. PEREIRA, Nilton Mullet. (Org.) **Jogos e ensino de história**. SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2018. 129 p. pdf (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias) Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174705/001065511.pdf?sequence=1> Acesso em 19/06/2019
- ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. *In*: **Transinformação**. Campinas, v. 16, n.2, p.111-112, maio/agosto, 2004.
- BALDISSERA, Giulie Anna. BRINO, Alex Carvalho. KNIES, Caroline. **Espaços da memória: a história não pode ser esquecida**. *In*: X SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – SEPesq Centro Universitário Ritter dos Reis. Out. 2014. Porto Alegre. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar> Acesso em 17/07/2018
- BARBOSA. Arthur Gomes. Entre Sentidos: Monumentos como Estruturas Limítrofes - Um olhar sobre o sangramento do Monumento às Bandeiras de Victor Brecheret. **Pixo – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**. Pelotas, v. 2, n. 7, p. 137-149, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/view/14626> Acesso em 20/10/2019
- BEZERRA, Jorge Luís de Medeiros. **Educação Patrimonial**: novas perspectivas para o ensino de história. 2016. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ensino de História - ppgehist Mestrado Profissional em ensino de História) - Universidade Federal do Tocantins – UFT. Campus Araguaína – To – 2016. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173172>. Acesso em 18/07/2018
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes - **Ensino de História**: Fundamentos e Métodos – 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.
- BLOCH. March. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. 1ªed. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2002.
- BOULOS Júnior, Alfredo. **História, sociedade & cidadania**. 8ºano/3ª Ed. São Paulo, FTD, 2015.
- BOULOS Júnior, Alfredo. **História, sociedade & cidadania**. 9ºano/3ª Ed. São Paulo, FTD, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Presidência República, [2016]. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 08/01/2020

BRASIL. Lei nº11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. 11 mar.2008.

BREDA, Thiara Vichiato. Jogo de tabuleiro - Conhecendo o Parque Ecológico. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 8, 2011, São Paulo. **Anais do VIII ENPEC**, São Paulo USP, 2011. Disponível em <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/listaresumos.htm> Acesso em 03/11/2018

BUTTIMER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. *In*: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) Perspectivas da geografia. São Paulo, Difel, 1985.

CANÇADO, Adriana de Mello. Gênero, Política e Economia: Práticas de Poder em Concursos Femininos. *In*: SEMINÁRIO TEMÁTICO GÊNERO: MULTIPLICIDADE DE REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS, 38, 2005, Ponta Grossa. **Anais [...]** Ponta Grossa, UFPR/CESCAGE, 2005. Disponível em [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/A/Adriana\\_Mello\\_Cancado\\_38\\_B.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/A/Adriana_Mello_Cancado_38_B.pdf) Acesso em 10/08/2018

CÁPSULAS DO TEMPO. Disponível em <https://misteriosdomundo.org/capsulas-do-tempo>. Acesso em 18/07/2018

CARVALHO, Alberto Olavo. *et al.* **Memória da cidade**. Ponta Grossa: Rotary Club de Ponta Grossa, [2005]1 CD-ROM. Projeto em comemoração ao centenário do Rotary Internacional.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLANOS. Gláucia Rodrigues. A Ágora de Atenas: aspectos políticos, sociais e econômicos. Klepsidra – **Revista Virtual de História**. <https://www.scribd.com/document/907000000/Klepsidra-Revista-Virtual-de-Historia> Acesso em 20/08/2019

CASTELNOU. Antonio. **Teoria do Urbanismo**. <https://www.passeidireto.com/arquivo/59918523/livro-teoria-do-urbanismo-antonio-castelnou> Acesso em 20/07/2019.

CASTRO ALVES. Disponível em [http://www.projetomemoria.art.br/CastroAlves/memorias/memorias\\_amor\\_povo.html](http://www.projetomemoria.art.br/CastroAlves/memorias/memorias_amor_povo.html) Acesso em 12/09/2019

CERTEAU. Michel. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

CHAMMA, Guísela Velêda Frey. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa: PMPG, 1988.

CHAMMA, Guísela Velêda Frey. **Os Campos Gerais: uma outra história**. Santa Maria: Palloti, 2007.

CHARTIER. Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

CHOAY. Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. Da Unesp, 2001.

CÔNGRUA. Disponível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi> acessado em 20/09/2018

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº2. Base Nacional Comum Curricular** - 22/12/2017. Disponível em [www.basenacionalcomum.mec.gov.br](http://www.basenacionalcomum.mec.gov.br) Acesso em 20/07/2019

CORDOVA, Maria Julieta W. Demolição da Igreja Matriz de Sant'ana: o antigo e o moderno no imaginário social ponta-grossense. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.6, Jan / Jun. 2012 – ISSN- 2177-4129 [www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede](http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede)

CORRÊA. Roberto Lobato. Monumentos, Política e Espaço. **Scripta Nova. Revista Electronica de Geografia Y Ciencias Sociales**. Barcelona, v.9, n. 183, p.181-204, 15/02/2005. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Disponível em <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-183.htm> Acesso em 09/05/2019.

COSTA, Gerson E. **A cidade e o ensino de história: patrimônio, museu e história local**. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2016. 146 f. Disponível em Dissertações Profhistoria [https://profhistoria.ufrj.br/banco\\_tese](https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese). Acesso em 20/07/2018.

CUNHA, Bruno O. **Jogo Urbano: história local no ensino de História**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em História - Departamento de História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2016. 90 f. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173362>. Acesso em 22/07/2018.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. **Praças: histórias, Usos e Funções**. Editora da Universidade de Maringá – Fundamentum (15), Maringá, 2005

DIÁRIO DOS CAMPOS. Disponível em <https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/a-evolucao-das-paragens-nos-caminhos-de-tropas>. Acesso em 02/09/2018.

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. Disponível em <https://www.dicionario-de-simbolos.com.br/obelisco>. Acesso em 25/09/2019

DICIONÁRIO DE SÍMBOLOS. Letras Gregas. Disponível em <https://www.dicionariodesimbolos.com.br> Acesso em 20/02/2020

DIOCESE DE PONTA GROSSA. Disponível em <http://diocesepontagrossa.org.br/fundacao.php> Acesso em 11/11/2019

DITADURA MILITAR. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-ditadura-militar.htm> Acesso em 12/12/2018

DITZEL, Carmencita de Mello Holleben. Sahr. Cicilian Luiza Löwen. (Org.) **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa. Ed. UEPG, 2001.

DROPA, Márcia Maria. **A narrativa dos idosos: análise a partir de Walter Benjamin** – Uma contribuição para a Educação Patrimonial de Ponta Grossa, Pr. 2016. Tese (Doutorado em Educação, linha de pesquisa História e Política Educacional). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/2018>. Acesso em 20/07/2018

EURICH, Zíngara Rocio dos Santos. **As Praças da cidade de Ponta Grossa –Pr: arborização urbana, infraestrutura e distribuição espacial**. 2014. Dissertação. (Mestrado em Gestão do território). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2014.

FENOMENOLOGIA. Disponível em <https://nepefe.fe.ufg.br/n/3175-que-e-isto-a-fenomenologia>. Acesso em 04/07/2020

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo.v.13, nº 25/26, pp. 265-276, set 92/ago 93

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. As máscaras da cidade. In: Olhar periférico **Revista USP**. São Paulo, v.5, p.3-10. <https://doi.org/10.11606/ISSN.2316-9036>. Edusp/Fapesp. São Paulo, 1993. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25521/27266> Acesso em 12/09/2019

FERRARI, Célson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. 7a. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. 631p.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; GIOIA, Lilian de Cássia Miranda. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012

FREIRE. Cristina. **Além dos mapas – os monumentos do imaginário urbano contemporâneo**. Ed. Annablume, Fapesp. São Paulo. 1997

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais. **Revista Pro-posições**. Campinas, v.24(1),

pp.93-107, jan/ abr. 2013. <https://www.scielo.br/pdf/pp/v24n1/v24n1a07> Acesso em 20/12/2018

GIACOMONI, Marcello Paniz. PEREIRA, Nilton Mullet. (Org.) **Jogos e ensino de história**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. P.129, pdf (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias). Coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Dados eletrônicos. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174705/001065511.pdf?sequence=1> Acesso em 19/06/2019

GIL, Carmem Zeli de Vargas. PACIEVITCH Caroline. Patrimônio cultural e ensino de História: experiências na formação de professores. **OPIS: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais**. Catalão - Goiás, v.15(1), pp.28-42 jun. 2015. ISSN versão eletrônica: 21775648. Disponível em [www.revistas.ufg.br/index.php/opsis](http://www.revistas.ufg.br/index.php/opsis) Acesso em 20/12/2018

GOMES. Marcos Antônio Silvestre. De Largo a Jardim: praças públicas no Brasil – algumas aproximações. **Estudos Geográficos- Revista Eletrônica de Geografia**. Rio Claro, v.5(1), p.101-120, 2007. ISSN 1678-698X/DOI 10.5016 Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/228654712\\_DE\\_LARGO\\_A\\_JARDIM\\_PRACAS\\_PUBLICAS\\_NO\\_BRASIL-ALGUMAS\\_APROXIMACOES/citation/download](https://www.researchgate.net/publication/228654712_DE_LARGO_A_JARDIM_PRACAS_PUBLICAS_NO_BRASIL-ALGUMAS_APROXIMACOES/citation/download) Acesso em 09/06/2019

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARTOG, François. **Tempo, história e a escrita da história**: a ordem do tempo. Trad. Prof. Dr. Francisco Murari Pires - Departamento de História - FFLCH/USP. Revista de História 148 (1º - 2003), p.09-34

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira /Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Coleção História e Historiografia.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. Coleção História e Historiografia.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWN, Eric. RANGER, Terence. (Org.) **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco Histórias convergentes**. Ponta Grossa, UEPG, 2ª Ed. 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriana Queiroz. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999 disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf) Acesso em 11/11/2018

HUYSEN, Andreas. **Em busca do futuro perdido**. Cultura e memória em tempos de globalização. México, FCE, 284 páginas. 2002.

KERSTEN, Márcia S. A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**: bens tombados no Paraná entre 1938 -1990. 2000 Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

KRUL, Alexandre J. EMMEL, Rubia. **Possibilidades do trabalho com jogos no componente curricular de História do ensino fundamental**. In: IX ANPED SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012. Caxias do Sul. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3020/364> Acesso em 20/03/2019

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEE, Peter. **Nós fabricamos carros, eles tinham que andar a pé**: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, Isabel (org.) Educação histórica e museus. Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Universidade do Minho, p.19-35, 2003.

LE MOS, Carlos. A. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979. 87p.

MACEDO, Sílvia Soares. (Coord.) **Introdução a um quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Projeto Quapá. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. USP, 1998.

MAPAS. Disponível em <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo/> Acesso em 11/11/2018

MARX, Murilo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980. 171p.

MEINERZ, Carla Beatriz. Jogar com a História na sala de aula. (Pp.73, 74, 76 e 78) In: **Jogos e ensino de história**. GIACOMONI, Marcello Paniz. PEREIRA, Nilton Mullet. (Org.). SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2018. 129 p. pdf (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

MOEDAS. Disponível em <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quantas-moedas-o-brasil-ja-teve/> Acesso em 12/12/2018

MONUMENTOS. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/monumentos> e <https://www.flickr.com/photos/jcassiano/5643762145/> Acesso em 20/08/2018

MUMFORD, Lewis. A. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 5ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 742p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**. ISSN 21762767.

v.10, São Paulo, p. 7 – 28, dez/1993. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt> Acesso em: 17/07/2018

NOVA ESCOLA, 2008. Outubro, edição nº 216: Vygotski. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/7716/edicao-61> Acesso em 10/10/2018

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: **Ensino Religioso**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Ensino Religioso: **Diversidade Cultural e Religiosa**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **História**, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos: Inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares**. Curitiba: SEED – PR, 2005.

PARÓQUIA. Disponível em <https://pt.aleteia.org/2017/08/16/o-fascinante-sentido-espiritual-por-tras-da-palavra-paroquia/> Acesso em 20/08/2019

PATRIMÔNIO CULTURAL. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343/> Acesso em 20/07/2018.

PEDROSO, Maria Lourdes Osternach. **Tistá no tempo dos tropeiros**. Gráfica Planeta Ltda. Ponta Grossa, 1994.

PEDROSO, Maria Lourdes Osternach. **De como aconteceu**. Gráfica Planeta Ltda. Ponta Grossa, 1999.

PEDROSO, Maria Lourdes Osternach. **De como aconteceu 2**. Gráfica Planeta Ltda. Ponta Grossa, 2002.

PELLETIER, Jean e DELFANTE, Charles. Cidades e Urbanismos no Mundo. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PEREIRA, Juliano da Silva. **Algumas reflexões sobre o conceito de empatia e o jogo de RPG no ensino de história**. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL. Natal, jul/2013. Disponível em <http://docplayer.com.br/32566854-Algumas-reflexoes-sobre-o-conceito-de-empatia-e-o-jogo-de-rpg-no-ensino-de-historia.html> Acesso em 09/09/2018

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 8, nº16, 1995. p. 279-290.

PETRUSKI, Maura Regina. **Julho chegou...e a festa também: Sant'Ana e suas comemorações na cidade de Ponta Grossa (1930-1961)**. 2008. Tese (Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História.) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PINTO, Elisabete Alves. GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa, Kögler Artes Gráficas Ltda. 1983.

PINTO, Tales dos Santos. **Evolução das cidades** – Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/evolucao-das-cidades.htm>. Acesso em 19/08/2019.

PINTO, Tales dos Santos. **“O que é sesmaria?”** – Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm>. Acesso em 11/11/ 2019

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-21.

POMPEIA. Disponível em <http://conhecimentocientifico.r7.com/historia/pompeia-a-cidade-petrificada-por-vulcao/>  
Acesso em 24/07/2018

PONTA GROSSA, Prefeitura Municipal. **Código de Posturas do Município**. 1914. Acervo da Casa da Memória Paraná.

PONTA GROSSA. Disponível em [www.pontagrossa.pr.gov.br/historia](http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia). Acesso em 15/05/2018

PONTA GROSSA. Disponível em <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/acidade> Acesso em 20/09/2019

PONTA GROSSA, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de. Disponível em <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo/> Acesso em 02/02/2019

PRAÇA DA ESTAÇÃO. Disponível em [www.pontagrossa.pr.gov.br/historia](http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia). Acesso em 15/05/2018

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO. Disponível em <https://mirdebaoblog.wordpress.com/> Acesso em 18/07/2018

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de História**. Disponível em <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/regis-lobes-a-danac3a7c3a3o-do-objeto.pdf> Acesso em 20/10/2018

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 04, n. 07, p. 01-25, abr/ 1978.

RENASCIMENTO. Disponível em (<https://novaescola.org.br/conteudo/6656/o-renascimento-cultural-e-cientifico-na-europa>) Acesso em 20/08/2018

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903]

ROBBA, Fábio. MACEDO, Sílvia Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado. 2002, 312p.

ROSAS, José Pedro Novais. **A fundação de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Impressora Pontagrossense, 1943 s/p.

ROTAS TROPEIRAS. Disponível em <https://passofundotche.files.wordpress.com/2011/07/mapa-caminho-das-tropas31.jpg>  
Acesso em 24/07/2018

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Myrian S. dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. <http://www.repositoriolabim.cchla.ufrn.br/handle/123456789/1093> Acesso em 13/06/2019

SCHILDER, Cristiana Ferreira. **Transformações urbanas e construção simbólica da Praça Barão do Rio Branco-1920-1970**. 2016. Dissertação. (Mestrado em História, Cultura e Identidades) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016, 226p.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo. Studio Nobel, Fapesp, 1996.

SILVA, Marco Antonio. MORAIS, Suelena Maria. Atitude Historiadora na leitura dos não-lugares. (Dossiê Práticas de Ensino e Aprendizagem: a experiência docente e os desafios epistemológicos e metodológicos da educação) **e-Hum: Revista das Áreas de Humanidade do Centro Universitário de Belo Horizonte**, v.10(2), pp.114-128 [Periódico revisado por pares] abr/2018 Disponível em <http://unibh.academia.edu/revistasunibhbrindexphpdchlaindex> acesso em 22/07/2018.

THOMPSON, Analucia. SOUZA, Igor A.N.de. A Educação Patrimonial no âmbito da política nacional de Patrimônio Cultural. **Políticas Culturais em Revista**, v.1(8), p. 153-170, Salvador, 2015 – [www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br) Acesso em 22/11/2018

TUAN, Y.F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VIGLUS, Vera Marina. **A Praça Marechal Floriano Peixoto em Ponta Grossa-Paraná: o processo de urbanização e a constituição de um lugar de memória**. 2017. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2017.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **A Formação Social da Mente**. Editora Martins Fontes. São Paulo – SP, 1991. 4ª edição brasileira

**ANEXO A - MENSAGEM DO REITOR DA UEPG, ÁLVARO AUGUSTO DA CUNHA ROCHA AO REITOR DA UEPG EM 2023. DIÁRIO DOS CAMPOS. EDIÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO 15/09/1973.**

os prêmios serão medalhas como interpreta-  
do Sesquicentário oferta-  
AS MÚSICAS

Zé Neto; Memórias Além Valdomir Rodrigues.

# Mensagem ao reitor da Universidade do ano 2.023

O monumento alusivo ao Sesquicentário de Ponta Grossa, inaugurado durante os festejos comemorativos, na semana passada, contém várias mensagens de autoridades dirigidas aos sucessores no ano 2.023, bem como fatos históricos.

Entre as mensagens contidas no monumento, encontra-se a do reitor Alvaro Augusto Cunha Rocha.

dirigida ao reitor do ano 2.023 e o seu texto é o seguinte:

"Magnífico Reitor: Em meio à alegria geral das comemorações alusivas ao Sesquicentário de Ponta Grossa, e com a vista voltada para o futuro, cumpre-me expressar perante Vossa Magnificência a certeza desta Universidade quanto à realização do destino histórico que lhe está reservado.

Há cinquenta anos atrás surgiu o Hino ao Município (1.923, música de J. Rispoli e letra de Augusto Faria Rocha) em cujo estrofo encetava-se a previsão:

"Ponta Grossa inda será  
Por seu gênio varonil  
O orgulho do Paraná  
Na grandeza do Brasil"

Hoje, enquanto ouvimos, transcorrido meio século daquele vaticínio de esperança e de amor, todas as circunstâncias sociais, culturais e econômicas que nos envolvem neste nosso presente, asseguram-nos a convicção de que o estejamos cumprindo ao longo de nos-

O País está vivendo dias de vertiginoso progresso material e de uma afirmação marcante do homem brasileiro no contexto mundial. O Brasil de hoje, em termos de ordem e de trabalho, mantém uma posição de irreversível e sólida liderança em toda a América Latina. No campo do Ensino Superior conta com 72 (setenta e duas) Universidades que se preocupam em acompanhar o crescente aperfeiçoamento dos meios de produção, exercendo função mais atuante e direta no processo global de desenvolvimento econômico.

Nestes dias do Ensino Superior nota-se especial empenho das Universidades em expandir e consolidar áreas de atividades prioritariamente técnico-científicas. Está se vivendo uma idade em que se torna evidente o esforço geral no sentido da tecnologia.

Entendemos, porém, os brasileiros e suas Universidades, que, sendo o homem a medida real da grandeza de qualquer país, cumpre que, a par da máquina e das ciências aplicadas, se desenvolva a cultura huma-

tureza, elegendo-se-o, na sua dignidade, como valor permanente e meta irreversível das civilizações em marcha.

Com dois mil e três alunos, treze cursos, duzentos e quarenta e sete professores e cento e cinquenta e dois funcionários, nossa Universidade é muito jovem ainda, tendo sido criada em 1.970, quando nela se incorporaram cinco Faculdades Isoladas: Filosofia, Direito, Farmácia/Bioquímica, Odontologia, Ciências Econômicas e Administração. O seu histórico, sua estrutura, propósitos, sistema e recursos encontram-se estampados no catálogo que estou anexando a esta mensagem.

como subsídio histórico ao "bicentenário" — a ser vivido por Vossa Magnificência no ano 2.023.

Desejo a Vossa Magnificência, de todo o coração que possa olhar para trás no tempo e encontrar no passado os ideais de hoje consubstanciados na mesma tradição de trabalho e honra, de amor à liberdade e paz; a mesma grandeza cultural, moral e cívica Juventude, que os editores brasileiros, por missão destino, tem sabido preservar em todas as etapas afirmação histórica do "vo brasileiro".

Saudações Universitárias  
Alvaro Augusto Cunha Rocha — Reitor

## Opoio Itaú à Secretaria da Receita Federal.

Dando apoio logístico à Secretaria da Receita Federal, o ITAU está remetendo cada um dos inscritos no GC, dois livros redigidos pelas Autoridades Fazendárias e que se denominam:

a) MANUAL DO CONTRIBUINTE PARA RECADASTRAMENTO NO CGC e

b) CÓDIGO DE ATIVIDADES.

Paralelamente o ITAU atribuiu a sua clientela e mais interessados, formulários especiais para o recadastramento, somente os órgãos da

Secretaria da Receita Federal e as agências do ITAU distribuirão os formulários, neste início da campanha.

Os contribuintes deverão apresentar os formulários após preenchidos, diretamente aos órgãos da Secretaria da Receita Federal a que estiverem vinculados, dentro da seguinte escala:

| Algarismo Final CGC | Prazo de Apresentação |
|---------------------|-----------------------|
| 1 e 2               | 17.09 a 16.10.73      |
| 3 e 4               | 17.10 a 16.11.73      |
| 5 e 6               | 19.11 a 18.12.73      |
| 7 e 8               | 19.12 a 18.01.73      |
| 9 e 0               | 21.01 a 20.02.73      |

## Mais dois Núcleos

A Prefeitura Municipal de Ponta Grossa está chamando a atenção dos interessados, principalmente aqueles que no ano de 1971 já preencheram suas fichas para aquisição de casa própria, para que se dirijam à Secretaria Municipal do Bem Estar Social, sita à

área total de 55.776, com um investimento Administração Luiz ga Pinto no valor de 2.855.503,92, importa infraestrutura com de águas pluviais e estrutura (meio-floresta asfáltica) Aldo Vergani, Polon

**ANEXO B - EDITAL DO CONCURSO DO SESQUICENTENÁRIO. JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, EDIÇÃO Nº 23.323. ANO LXVI, 16/06/1973.**

# Regulamento para concurso do Sesqui

O engenheiro Luiz Gonzaga Pinto assinou ontem edital contendo as bases para o concurso intitulado "Obelisco Sesquicentenário", promovido pela Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação e Cultura, para elaboração de desenhos nos quais se contem a evolução e a história de Ponta Grossa, que serão aplicados (os do vencedor) em baixo relevo no monumento que será construído pela Municipalidade na praça Marechal Floriano Peixoto, em frente a Catedral.

O concurso será coordenado pela SMEC e também pela Secretaria de Obras, onde os participantes, qualquer pessoa, artista ou não, poderão conhecer o projeto do monumento em homenagem aos 150 anos da cidade. No projeto em questão, existe um painel em curva, com dimensão de 1.30 m. de altura por 11.40 m. de comprimento, onde será gravada a sequência dos fatos históricos em baixo relevo.

## CONCURSO

Podem participar do concurso qualquer pessoa que se julgue em condições de apresentar o trabalho solicitado pela Prefeitura, devendo os desenhos serem entregues até 15 de julho do corrente, às 16 horas, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sita à rua Julia Wanderley, 936. De preferencia, deverão ser

entregues pessoalmente e em casos especiais remetidos pelo correio, exigindo-se o competente registro.

A Comissão Julgadora será composta de 5 membros a escolha do Prefeito Municipal entre os seguintes profissionais: (1 de cada) professor, engenheiro, arquiteto, desenhista e projetista. Esta banca, estará reunida no máximo até dia 20 de julho do corrente ano para devida apreciação e julgamento dos trabalhos, cujo primeiro colocado receberá como prêmio 3.000,00 e o 2.º lugar ficará com Cr\$ 2.000,00.

## Iniciam-se dia 18 as provas nas escolas municipais

A professora Nínia M. Zambrycki Petlak, chefe da Divisão de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, divulgou a escala das provas nas escolas municipais situadas na zona rural, relativas ao semestre em curso.

### ESCALA

As provas em referência terão início no próximo dia 18 do corrente, encerrando-se a 28. Naquele dia, inaugurados os trabalhos, realizar-se-ão exames nas seguintes escolas: Carazinho, Sete Saltos, Princesa do Ribeirão, Antônio Moura, pela manhã, Imbuí, Barra Grande e Caeté, à tarde. Dia 19, Mato Queimado, Mina de Talco São José, Ivaí, Menezes, pela manhã.

**ANEXO C - CARTAZ DA CAMPANHA DE INCENTIVO AO EMBELEZAMENTO DA  
CIDADE POR OCASIÃO DO SESQUICENTENÁRIO. JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS.  
EDIÇÃO Nº 23.286. ANO LXVI, 04/05/1973**

**PINTE SUA CASA NO ANO DO  
SESQUICENTENÁRIO**

**DÊ MAIS CÔR  
E MAIS AMOR**

**PARA NOSSA GENTE**

**PINTE SUA CASA**



**e VIVA O  
SESQUICENTENÁRIO  
DE  
PONTA GROSSA!**

Este é o cartaz que a Assessoria de Relações Públicas da Prefeitura Municipal vem distribuindo pela cidade, para motivar a população princesina no sentido de embelezar as residências no ano em que Ponta Grossa completa seus 150 anos. A campanha encetada pela Municipalidade, foi lançada há poucos dias pelo prefeito Luiz Gonzaga Pinto e já vem obtendo excelentes resultados, segundo o assessor Jayme Gilberto Amatnecks.

**ANEXO D - NOTA DA CAMPANHA DE INCENTIVO AO EMBELEZAMENTO E  
LIMPEZA DA CIDADE PELA COMEMORAÇÃO DO SESQUICENTENÁRIO.  
JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS. EDIÇÃO Nº 23.295. 16/02/1973.**

## Cidade prepara-se para o SESQUI

O setor competente da Prefeitura Municipal está apelando para a comunidade e principalmente ao comércio de certas ruas da cidade, a fim de que estes colaborem com a limpeza das vias públicas, a cargo do Departamento de Serviços Públicos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Observações realizadas nesse sentido, têm apontado, que em certos trechos da cidade, a limpeza pública tem de ser realizada de 3 a 4 vezes diariamente, mais que o normal. Tentando conseguir a colaboração da população, a Prefeitura

Municipal permitiu a colocação, nas principais ruas da cidade, esquinas e outros locais de Ponta Grossa, recipientes para papéis, a fim de manter a cidade mas limpa.

### DESMATE

Paralelamente, a Prefeitura Municipal através sua Secretaria de Obras e Serviços Públicos prossegue os serviços de desmate de terrenos da cidade, intensificados nos últimos dias. A SMOSP também está solicitando a colaboração de proprietários desses imóveis, que providencie, construção de muros e calçamentos, onde estes não existirem.

## **ANEXO E - PROJETO DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL**

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

NELCI APARECIDA RUTH

A PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO: ESPAÇO DE MÚLTIPLAS MEMÓRIAS

Projeto de Pesquisa apresentado ao  
Programa de Mestrado Profissional  
em Ensino de História, da  
Universidade Estadual de Ponta  
Grossa.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Doutora Maura  
Regina Petruski

PONTA GROSSA

2018

**TEMA:** A Praça como espaço de construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade de Ponta Grossa.

## **INTRODUÇÃO**

Esta proposta visa o desenvolvimento de estratégias de estudo da história local, relacionando-as com a Educação Patrimonial e os espaços de memória, a partir de análise dos monumentos localizados na Praça Marechal Floriano Peixoto. Sob o tema “A Praça como espaço de construção e preservação da memória de acontecimentos históricos da cidade de Ponta Grossa” visamos despertar nos alunos o interesse pelas questões locais, oportunizando aprendizagens significativas para subsidiar a compreensão da sua realidade sociocultural.

Na cidade de Ponta Grossa, durante as festividades cívicas de 15 de setembro de 1973, entre as comemorações do sesquicentenário da criação da Freguesia, uma cápsula do tempo foi colocada na Praça Marechal Floriano Peixoto. Decidiu-se colocar em uma urna de aço inox objetos como: jornais, moedas, documentos diversos e uma lista com o nome das autoridades civis, militares e eclesiásticas atuantes no município naquela época. Esta urna deverá ser aberta no dia 15 de setembro de 2023, no bicentenário da criação da Freguesia.

Para melhor compreensão dessa ação peculiar do governo municipal, faz-se necessário uma breve contextualização do cenário político-econômico na década de 1970. Na época do aniversário de 150 anos da cidade de Ponta Grossa, 1973, o país estava vivendo sob a ditadura militar. Na presidência da República, o comandante era o Gen. Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/03/1974) representando a Aliança Renovadora Nacional - ARENA.

Sua política econômica baseada no modelo “agrícola-exportador e industrializador”, favorecia o desenvolvimento da cidade de Ponta Grossa, pois a agricultura e a pecuária eram, como ainda o são, as atividades econômicas “fortes” na região, que também passa a investir na industrialização, além de ser geograficamente beneficiada pelo entroncamento rododiferroviário, em franca expansão naquele período.

O governo municipal era representado pelo engenheiro Luiz Gonzaga Pinto (31/03/1973 a 13/03/1975), sucessor do também engenheiro Cyro Martins (31/01/1969 a 31/01/1973), ambos da ARENA. Em seu mandato de prefeito, seguindo a linha do governo federal, Cyro Martins lança o Plano de Desenvolvimento Industrial - PLADEI, criando o Distrito Industrial que posteriormente, receberá seu nome, como homenagem. Com esse

projeto, atraiu grandes indústrias para o município devido à grande produção local de soja. Essas indústrias colaboraram muito para o desenvolvimento da região dos Campos Gerais.

Ao ser convidado pelo governador Jayme Canet Júnior (15/03/1975 a 15/03/1979 – ARENA) para assumir a Secretaria de Negócios da Indústria e Comércio, o engenheiro Luiz Gonzaga Pinto deixa a prefeitura a cargo de seu vice, o médico Amadeu Puppi (13/03/1975 a 01/02/1977), que permanece até o final do mandato.

Para a cidade de Ponta Grossa, a década de 1970, foi uma época de importantes transformações. Além do progresso trazido pelas indústrias, gerando crescimento econômico e populacional, nas eleições municipais de 1976, o povo ponta-grossense elege Luiz Carlos Stanisławzuk, (01/02/1977 a 14/05/1982) do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, considerado, naquela conjuntura política, um partido oposição. Essas mudanças trariam consigo ideias de renovação, de substituição do antigo, de modernização.

Em sua gestão à frente da prefeitura, o jovem Luiz Carlos Stanisławzuk, ou Zuk, como ficou conhecido, procurou a modernização da cidade. Seu mandato ficou marcado por uma decisão polêmica: a demolição da Igreja Matriz de Sant’Ana, pois tratava-se de um patrimônio histórico da cidade, embora não reconhecido e tombado como tal, estava incorporado na memória afetiva dos cidadãos ponta-grossenses.

A pesquisa proposta para ser desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História compreende a análise crítica dos monumentos e dos seus respectivos registros, citando também as edificações históricas que se encontram nos arredores da Praça Marechal Floriano Peixoto – a Praça da Matriz de Sant’Ana.

Para o produto didático pretende-se a confecção de um jogo a partir das pesquisas realizadas com os alunos sobre os monumentos da Praça Marechal Floriano Peixoto. Ao oferecer uma opção de material didático para o trabalho da história local, buscamos uma atividade lúdica com o intuito de tornar prazeroso este momento de aprendizagem. Este jogo será de tabuleiro, tendo como ilustrações o cenário da praça em estilo de linha do tempo, com questões relacionadas à história local e aos monumentos estudados.

## **JUSTIFICATIVA**

A relevância desta pesquisa justifica-se pelo que representa a Praça Marechal Floriano Peixoto, tanto histórica como política e socialmente para a comunidade ponta-grossense. Foi nesse espaço público que se registraram os primeiros passos em direção da

“abertura” do caminho que conduziu para a formação e estabelecimento da cidade dos dias atuais, tornando-a um dos principais pontos históricos da cidade. Um local privilegiado tanto pelo registro dos acontecimentos históricos que ali se verificaram, como pelas primeiras construções da urbe em formação, em seus arredores.

No início do século XX em frente à praça, foi construída a Igreja Matriz - Catedral de Sant’Ana, demolida no ano de 1978 para dar lugar a um novo templo, com arquitetura mais “moderna”. Há também na praça os seguintes monumentos:

1º) Obelisco aos Fundadores da Cidade: seguindo a visão da História que enaltecia as figuras importantes e detentoras do poder, as elites locais são homenageadas com o Obelisco aos Fundadores da Cidade, no qual se encontra as seguintes inscrições, em uma placa de bronze:

-15/09/1823 Criação da Freguesia

-07/04/1855 Elevação à categoria de Vila

-18/04/1876 Elevação à categoria de Comarca.

2ª) Monumento à Bíblia: contemplando a fé cristã, inaugurado em 07/11/1969. Tem murais com esculturas da Bíblia e com as letras gregas Alfa e Ômega (princípio e infinito) e as Tábuas de Moisés (Os Dez Mandamentos), relevância dada para a igreja católica, que exerce papel importante ao longo da história local. No século XIX, as Paróquias não se restringiam apenas a instituições religiosas, tendo grande importância no cenário político.

3º) Monumento ao Sesquicentenário: que visto do alto forma o número 150, no qual o algarismo um é o obelisco central. O algarismo cinco é um belo mural que vai construindo uma linha do tempo ilustrada da história da cidade até a atualidade, contemplando as várias fases do desenvolvimento local com desenhos em baixo relevo representando cenas do início da povoação, o encontro com os indígenas, a passagem dos tropeiros, a chegada dos imigrantes, as primeiras fazendas com suas plantações e animais, a urbanização e a industrialização. Ao lado do mural, um jardim circular representa o algarismo zero.

É importante e necessário definir o que se entende por Educação Patrimonial. Sobre essa definição, o site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), destaca:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação

efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (IPHAN, 2014).

Em 13 de janeiro de 1937, sob a Lei nº 378, o então Ministério da Educação e Saúde, criou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), órgão voltado para a promoção de tombamento, conservação, enriquecimento e conhecimento, em âmbito nacional, do que poderia ser considerado patrimônio histórico e artístico nacional. No entanto, somente em 1983, no evento intitulado “1º Seminário Sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos”, no Museu Imperial de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, a expressão Educação Patrimonial passa a ser utilizada de forma a tornar mais popular a apropriação de seu significado.

No processo de seleção e validação do que poderá ser considerado patrimônio, a memória exerce papel importante, pois

Costumamos pensar que patrimônio é passado, memória daquilo que ficou como herança. Mas o patrimônio, também, é presente, é memória do tempo presente. Isso porque não podemos entender o presente, nem tampouco pensar o futuro sem olhar para a memória – pano de fundo para se pensar as mudanças sociais. Em se tratando de passado temos um patrimônio que agrupa pessoas e acontecimentos que testemunham períodos vividos. São memórias que profissionais e instituições credenciam como patrimônio: preservando-os, recuperando-os e conservando-os [...] (ARARIPE, 2004. p.111- 112).

Para esse estudo faz-se necessário um levantamento bibliográfico acerca do tema Educação Patrimonial. Foram realizadas buscas em sites, tendo como palavras-chaves: Ensino de História, História Local, Monumentos e Cápsulas do Tempo. Além das buscas em sites também foram consultados livros e revistas. Através dessas consultas foi possível verificar que há uma intensa produção sobre o assunto - Educação Patrimonial, no meio acadêmico. Com relação às cápsulas do tempo, pode ser constatado que é uma prática bastante antiga, com registros ao longo da História. Sobre essa questão, o site Mistérios do Mundo, oferece a seguinte explicação:

Uma cápsula do tempo é basicamente um objeto ou recipiente concebido para guardar ideias ou informações de uma determinada época para ser aberto no futuro. Podem existir de forma intencional ou não, sendo vezes destinadas a serem abertas em datas específicas. (Site misteriosdomundo, 2018)

Tais recipientes podem ser classificados em dois tipos: intencionais e não intencionais. No primeiro caso, são preparadas para uma data futura específica e seu conteúdo

é selecionado propositalmente. As cápsulas não intencionais ocorrem por acaso e quase sempre são descobertas da Arqueologia, sendo seu exemplo mais conhecido, as ruínas da cidade de Pompéia, na Itália, sepultada pelas cinzas de uma erupção do vulcão Vesúvio no ano 79 da era cristã e encontrada em escavações arqueológicas no ano de 1748.

A escolha do local para se “colocar memórias”, na cápsula do tempo, a própria iniciativa de tal ato, revela que a construção/preservação de monumentos e documentos não é neutra, mas sim, construções políticas e culturais, em busca de uma identidade do grupo social ou para justificar ações sociopolíticas e/ou econômicas adotadas pelos grupos dirigentes. O fato da colocação de uma cápsula do tempo na praça que é um símbolo da preservação da memória histórica local nos leva a algumas indagações bastante pertinentes com relação às reflexões críticas inerentes ao processo de construção da consciência cidadã:

Qual seria o objetivo dessa ação? A que interesses poderiam servir? Quem ou quais pessoas elegeram o local e o que seria guardado na urna? Qual era o contexto social, político e religioso da época das comemorações do sesquicentenário da cidade?

No início da povoação a Praça era denominada de Largo da Matriz de Sant’Ana. Com o correr do tempo, as transformações sociais e políticas levam à mudança do nome para Praça Marechal Floriano Peixoto, homenageando a pessoa do militar e político, que também foi o primeiro vice-presidente e posteriormente, segundo Presidente da República do Brasil.

Favorecida pela topografia do lugar, ali foi edificada a Igreja Matriz e nos arredores as primeiras construções que surgem são residências das famílias ilustres, casas de comércio, prédios administrativos, entre outros. Incorporada à história do início da cidade, a lenda das pombinhas vai garantir à praça lugar de destaque no episódio – fato usado para justificar a escolha do local da construção da catedral. Porém, sua importância vai muito além de apenas povoar o imaginário popular com tal lenda.

Os cidadãos ponta-grossenses buscam a preservação das tradições, o que pode ser constatado pela manutenção das comemorações nas datas importantes na história local e nacional e pela participação nas festividades e eventos promovidos nessas ocasiões. Apesar dessa constatação, verifica-se uma carência de maiores conhecimentos relacionados à própria história da cidade, de como se deu a dominação pelos colonizadores, como ocorreu a apropriação do espaço, a povoação do lugar, como se estabeleceram as relações comerciais, de trabalho, sociais, religiosas, entre outras.

Essa carência de conhecimento histórico local, afeta a construção da consciência crítica e a própria leitura da realidade na qual se está inserido, inviabilizando reflexões sobre

problemas cotidianos e a busca por soluções dos mesmos e por melhores condições de vida, comprometendo o exercício da cidadania.

## **OBJETIVOS**

Através do desenvolvimento de estratégias para estudo da história local, a partir da análise dos monumentos localizados na Praça Marechal Floriano Peixoto, de leituras abordando as edificações históricas dos arredores sob a ótica da Educação Patrimonial, estabeleceram-se os seguintes objetivos:

### **GERAIS:**

- Estabelecer relações entre o ensino de História e a Educação Patrimonial.
- Compreender como ocorreu a apropriação do espaço ao longo do tempo.
- Analisar os discursos sobre os monumentos e os fundadores da cidade.
- Problematizar os principais fatos sobre como ocorreu a dominação pelos colonizadores.

### **ESPECÍFICOS:**

- Despertar o interesse pelas questões locais.
- Elaborar propostas de atividades relacionadas à povoação do espaço urbano e ao estabelecimento das relações comerciais, trabalhistas, sociais, religiosas.
- Desenvolver pesquisas sobre os monumentos edificadas na Praça Marechal Floriano Peixoto.
- Estimular a curiosidade histórica e científica sobre a “cápsula do tempo” colocada na referida praça.
- Produzir material didático de caráter lúdico, sobre o tema pesquisado.

## **REVISÃO DE LITERATURA**

Os temas memória/história/patrimônio são contemplados em diversas obras. No levantamento realizado, foram selecionadas as seguintes: Elisabete Alves Pinto e Maria Aparecida Cezar Gonçalves (Ponta Grossa: um século de vida 1823-1923, 1983), Pierre Nora

(Lugares de memória. Entre memória e história: a problemática dos lugares, 1984), Sandra Jatahy Pesavento (Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano, 1995), Carmencita de Holleben Mello Ditzel e Cicilian Luiza Löwen Sahr – Org. (Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais, 2001), Andreas Huyssen (Em busca do futuro perdido. Cultura e memória em tempos de globalização, 2002), François Hartog (Regimes de historicidade, 2003), Fátima Maria Alencar Araripe (Do patrimônio cultural e seus significados, 2004), Guísela Velêda Frey Chamma (Os Campos Gerais: uma outra história, 2007), Circe Maria Fernandes Bittencourt (Ensino de História. Fundamentos e Métodos, 2009), Regina Abreu e Mario Chagas – Org. (Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos, 2009), Maria Carolina Bovério Galzerani (Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais, 2013), Carmem Zeli de Vargas Gil e Caroline Pacievitch (Patrimônio cultural e ensino de História: experiências na formação de Professores, 2015), Analucia Thompson e Igor A. N. de Souza (A Educação Patrimonial no âmbito da política nacional de Patrimônio Cultural, 2016), Marcello Paniz Giacomoni e Nilton Mullet Pereira - Org. (Jogos e ensino de história, 2018).

Entre os trabalhos acadêmicos, encontram-se em artigos, dissertações de Mestrado e teses de doutorado, sob várias formas de abordagem nas pesquisas de: Márcia S. A. Kersten (Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990, 2000), Juliano da Silva Pereira (Algumas reflexões sobre o conceito de empatia e o jogo de RPG no ensino de história, 2013), Cristiana Ferreira Schilder ( Transformações urbanas e construção simbólica da Praça Barão do Rio Branco – 1920-1970, 2014), Giulie Anna Baldissera, Alex Carvalho Brino, Carolina Knies (Espaços da memória: a história não pode ser esquecida, 2014), Bruno O. Cunha (Jogo Urbano: história local no ensino de História, 2016), Gerson Costa (A cidade e o ensino de história: patrimônio, museus e história local, 2016), Jorge Luís de Medeiros Bezerra ( Educação Patrimonial: novas perspectivas para o ensino de história, 2016), Márcia Maria Dropa (A narrativa dos idosos: análise a partir de Walter Benjamin – Uma contribuição para a Educação Patrimonial de Ponta Grossa, Pr., 2016), Vera Marina Viglus (A Praça Marechal Floriano Peixoto em Ponta Grossa-Paraná: o processo de urbanização e a constituição de um lugar de memória, 2017).

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na Antiguidade a história foi apresentada do ponto de vista do passado, denominada de “*Historia Magistra Vitae*”, era uma história recheada de exemplos, que via o passado como um guia para o futuro. Na Idade Moderna, passa a ser escrita do ponto de vista do futuro, sob influência do Racionalismo: predominava a visão da história como um prognóstico, ou seja, conjecturas sobre como se daria um provável desenvolvimento futuro, como resultado de um processo. Atualmente, o ponto de vista é o presente. Esse é o “presentismo”, defendido por François Hartog (2003). Este historiador francês, através dos regimes de historicidade, propõe a criação de uma metodologia para a investigação científica em História. Explica que tais regimes são a forma como um determinado grupo social estabelece relações com o tempo e como os mesmos são afetados por ele. Nesses regimes, um tempo – passado, presente ou futuro, predomina sobre os outros.

A partir do século XVIII, verifica-se um desequilíbrio entre o passado (experiências) e o futuro (expectativas). No “presentismo”, o presente é um fim em si mesmo, legitimado pelo passado e vislumbrando um futuro caótico, em crescente desequilíbrio, sob efeito da aceleração do tempo. Argumenta ainda que, a partir dos anos setenta, a história

[...] mostrou-se ansiosa acerca da questão da identidade, numa busca pelas raízes, uma ânsia de memória, preocupada com o “patrimônio”, atormentada pela conservação de monumentos, de lugares antigos ou não tanto, a preservação da natureza. Ansiosa com a recuperação do que fora perdido, ou estava para ser perdido ou inquieta com o que fora “esquecido” [...] (especialmente a memória da II Guerra Mundial) (HARTOG 2003. P.28-29).

Nessa linha de pensamento, identidade remete à memória e também a território. Cunha (2016), explica “... o patrimônio surge muito mais como a necessidade (e até mesmo obrigação) de se guardar, conservar e reabilitar a memória de tudo o que se relaciona à identidade de uma coletividade”.

A partir da década de 1980, a Nova História Cultural e os estudos da Antropologia passam a valorizar os grupos sociais que, de certa forma, estavam “excluídos” do processo dos estudos históricos. A História valorizava as sociedades com escrita, com registros materiais, em detrimento das comunidades ágrafas. Essa ampliação de visão de fontes variadas vai abrir espaço para as pesquisas sobre patrimônio cultural material e imaterial.

Bittencourt (2009) ressalta que a Nova História Cultural trabalha em uma perspectiva sociocultural que busca valorizar as ideias e confrontos de todos os grupos sociais, não

considerando somente os valores da elite socioeconômica e política. Destaca ainda, a importância da interação dos alunos com a comunidade na qual estão inseridos, para que estes desenvolvam um olhar especial para os lugares que antes passavam despercebidos e que podem dizer muito sobre a história do local.

Todos os dias pessoas passam por estes “lugares de memória” nora (1984) e na maioria das vezes não percebem a existência ou não atribuem significado àqueles marcos. Para Costa (2016), ensinar história através deles é também proporcionar elementos para que as pessoas se apropriem da cidade, que passem a observá-la com outro olhar e percebam a história e as disputas que se travam em variados contextos. Este mesmo autor cita ainda a importância do exercício da empatia histórica, conceito desenvolvido por Peter Lee (2003) como forma de levar o aluno a perceber que as formas de pensar e conceber o mundo são diferentes em tempos diferentes. Neste processo, o aluno identifica ainda as continuidades e semelhanças decorrentes dos vínculos históricos do presente com o passado vivido, os códigos sociais e as limitações de outras épocas.

Ao nos depararmos com algum vestígio de uma temporalidade passada, a imaginação do aluno deve ser exercitada. Colocando-se no lugar das pessoas que ali viveram, utilizaram ou construíram espaços e artefatos, estes elos materiais que resistiram ao tempo nos ligam com outras épocas, nos permitindo inferir sobre os modos de vida, as relações sociais e políticas, as formas de trabalho, enfim das diferenças que marcavam o seu cotidiano.

Em sua tese de doutorado em História “Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História – Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990” (1998), Márcia S. A. Kersten defende

Monumentos, documentos e objetos preservados passam a ser vistos como representativos, demarcando diferenças e diversidades de grupos, ao mesmo tempo em que pretendem fortalecer laços de solidariedade e coesão social. Cidades, parques, praças, casas, documentos, paisagens, coleções arqueológicas e etnográficas, ao passarem pelo processo ritualizado, são matizados com novas cores, sabores, odores e vozes, que de um passado mítico acenam para o futuro, oscilando entre o particular e o universal [...] (KERSTEN, 1998, p. 40).

Ao comparar o processo de tombamento a um ritual, Márcia S. A. Kersten afirma que ocorre uma transformação com o patrimônio em questão aos olhos da sociedade, pois estes passam a ser uma representação de determinado grupo social e/ou fato histórico, salientando as diferenças que ao mesmo tempo, ressaltam suas peculiaridades e os relacionam com a diversidade. Sob essa ótica, a noção de patrimônio é algo a ser construída,

gradualmente, à medida em que são assimilados, os conceitos se revestem de significados que anteriormente não eram percebidos ou valorizados.

Ao compartilhar lembranças sobre o passado, mesmo que o grupo social não as tenha vivido pessoalmente, as incorpora, baseando-se nos interesses culturais e políticos do presente. Faz-se necessário diferenciar lembrança de memória. A primeira é individual, algo vivido ou percebido pela pessoa, enquanto que a outra pode ser coletiva, seletiva e vulnerável às circunstâncias do presente. De certa forma, é uma reconstrução do passado que, dependendo do seu uso ou enfoque, pode servir a interesses econômicos, políticos, religiosos, culturais, enfim, ao compartilhar lembranças/interpretações das épocas passadas, com forte componente afetivo, sem crítica ou método, pode estar sujeita às manipulações de grupos detentores de poder. De acordo com Pollak (1992)

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20/30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido às flutuações, transformações, mudanças constantes [...] (POLLAK, 1992, p.201)

A memória está presente em qualquer lugar que observarmos. Nela está contida a cultura, ou seja, significados, valores e crenças de um povo ou comunidade. Apesar de não serem sinônimos, existe uma estreita relação entre história e memória: a história deve esclarecer a memória e ser imparcial, enquanto a memória é a interpretação da história, envolvendo a percepção (Baldissera, Brino e Knies, 2014). A história requer rigor metodológico, isto é, constitui-se em um trabalho intelectual, que deve “criticar” as fontes, analisar os processos de construção da memória, utilizar-se de teorias para embasar suas pesquisas e conclusões.

Reforçando ainda mais a relação e a diferença de memória e de história, Nora (1984) ressalta que a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

## **METODOLOGIA**

Seguindo uma metodologia de pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, com estudo dos monumentos localizados na Praça Marechal Floriano Peixoto através de análise de

documentos e registros sobre os mesmos, sobre as edificações históricas das adjacências da praça, pretende-se atender aos objetivos propostos estabelecendo relações entre o ensino de História, a Educação Patrimonial e de como se deu a apropriação do espaço.

As fontes serão os monumentos localizados na Praça Marechal Floriano Peixoto, a Catedral de Sant’Ana e as edificações históricas das adjacências da praça, edições do jornal Diário dos Campos (década de 1970), registro nos Livros-do-Tombo da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná e IPHAN citados na Tese de doutorado de Márcia Scholz de Andrade Kersten: “Os rituais do tombamento e a escrita da história - Bens tombados no Paraná entre 1938-1990” e a monografia “Demolição do antigo prédio da Igreja Matriz de Sant’Ana” de Maria Julieta Weber Cordova (UEPG, 1999). Justifica-se a citação desta monografia como fonte, porque possibilita o acesso a registros da época da demolição que não estão mais disponíveis para consulta por motivo de extravio da obra (Apostila datilografada por Vítório Dall’Acqua. Álbum. Ponta Grossa, 1978).

Para que as saídas de campo aos espaços nos quais estão os patrimônios a serem estudados alcancem os objetivos esperados é indispensável o planejamento, a elaboração de um roteiro e a visita prévia do professor, além de que, é necessário ainda, que os objetivos estejam claros para os alunos.

No “Guia Básico da Educação Patrimonial” (1999), as autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro destacam

A metodologia da Educação Patrimonial pode levar os professores a utilizarem os objetos culturais na sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados, como peças “chave” no desenvolvimento dos currículos e não simplesmente como mera “ilustração” das aulas [...] (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.7)

As autoras oferecem um quadro com sugestões metodológicas com etapas a serem seguidas, após a definição do objeto, fenômeno ou tema a ser estudado.

Com base nas etapas metodológicas citadas, nos propusemos a realizar um trabalho de pesquisa, visando o desenvolvimento de estratégias de estudo da história local, relacionando-as com a Educação Patrimonial, a partir de análise dos monumentos localizados na Praça Marechal Floriano Peixoto – Ponta Grossa, Paraná.

| Etapas            | Recurso/atividades                                                                                                                                                                        | Objetivos                                                                                                                                                    |
|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1)<br>Observação  | Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, dedução, jogos de detetive                                                                  | Identificação do objeto/função/significado;<br>Desenvolvimento da percepção visual e simbólica                                                               |
| 2) Registro       | Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas                                                                                            | Fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica;<br>Desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional |
| 3)<br>Exploração  | Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas | Desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.                                                |
| 4)<br>Apropriação | Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.                            | Envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto expressão, apropriação, participação criativa;<br>Valorização do bem cultural    |

Fonte: HORTA,1999, p.9.

Atendendo também a proposta deste trabalho que visa o desenvolvimento de estratégias de estudo da história local, relacionando-a com a Educação Patrimonial e os espaços de memória será desenvolvido como parte da pesquisa, um projeto de ensino de História Local com alunos das séries finais do Ensino Fundamental II, no Colégio Estadual Santa Maria.

Como produto resultante da pesquisa realizada propõe-se a elaboração de material didático para ser utilizado como subsídio nas aulas sobre o ensino de História Local e Educação Patrimonial. A proposta é confeccionar um jogo de tabuleiro a partir das pesquisas realizadas com os alunos sobre os monumentos da Praça Marechal Floriano Peixoto, oferecendo uma opção de material didático para o trabalho com a história local.

O jogo terá a seguinte organização: será dada a saída, com lançamento de dados, no decorrer do caminho, dependendo da “época” em que “parar” os jogadores irão se deparar com várias questões e deverão apresentar soluções para situações-problemas do cotidiano,

responder questões de conhecimentos históricos sobre o município e noções de cidadania. No percurso terão alguns contratempos que podem atrasar seu trajeto. O jogador que chegar primeiro na cápsula do tempo, será o ganhador.

Como o jogo proposto será analisado e discutido com os alunos, o tabuleiro, as ilustrações das cartas e as regras poderão ter mudanças, até o término da aplicação do projeto.

## **DESENVOLVIMENTO**

As aulas de história local serão trabalhadas no segundo semestre do corrente ano, paralelamente às aulas da disciplina de História, com alunos do nono ano do Ensino Fundamental. A participação dos alunos na elaboração do jogo de tabuleiro, na ilustração, na confecção das cartas e na escrita das regras do jogo será voluntária e em horário contrário aos das aulas, às quartas feiras à tarde, nos meses de setembro e outubro, mediante autorização dos pais e concordância da equipe pedagógica do colégio.

Inicialmente, os alunos serão estimulados a refletir sobre a situação específica da instalação da cápsula do tempo no Monumento ao Sesquicentenário, o qual se dará através de leituras de textos a respeito da história local. Em seguida, será proposto um debate a partir da seguinte frase: “A História é a ciência dos homens no tempo” (Marc Bloch, 2001). A conclusão a que os alunos deverão chegar é que é importante conhecer as origens do local onde se vive e saber dos costumes para valorizar sua cultura. Ficou estabelecido que essa frase seria retomada na última aula do projeto de ensino.

Serão oportunizadas reflexões sobre a figura do Capitão do Mato, sendo que, nesse momento buscaremos desenvolver o exercício de empatia histórica com os alunos. A habilidade da empatia histórica é um conceito desenvolvido por Peter Lee (2003), tem por objetivo nos conduzir à percepção de que as formas de pensar e conceber o mundo são diferentes em outras realidades temporais e espaciais. É um processo no qual se procura identificar as continuidades e semelhanças decorrentes dos vínculos históricos estabelecidos com o passado vivido por uma comunidade, levando à compreensão dos códigos sociais estabelecidos e percebendo as limitações as quais os seres humanos de épocas passadas estavam condicionados. Permite inferir sobre os modos de vida, as relações sociais, políticas, religiosas e as formas de trabalho que marcavam seu cotidiano, bem diferentes das atuais.

Através do exercício da empatia histórica e das respostas sobre o trabalho do Capitão do Mato buscaremos compreender a visão das pessoas daquela época, para as quais era

completamente normal a escravização de seres humanos, a expulsão dos indígenas e a apropriação de suas terras pelos colonizadores e seus descendentes, a obediência religiosa e o rigor de seus princípios, a subserviência das populações mais pobres e das mulheres em geral. A principal função daquela “autoridade” era a captura dos escravos fujões, mas também era o responsável pela prisão de assaltantes que ficavam ao longo do caminho esperando viajantes, além de impor a ordem e garantir a tranquilidade dos moradores da região sob sua guarda. Com o crescimento populacional da região, essa autoridade foi substituída pela Companhia de Ordenanças, que tinha a mesma função, porém com mais pessoas.

Neste ponto, o conceito de construção cultural, como o racismo, por exemplo, já deve ter sido compreendido pelos alunos e também a percepção de que esses conceitos vão sendo modificados com o passar do tempo. As pessoas percebem o mundo em que vivem de formas diferentes de acordo com a época e a realidade em que estão inseridas. São capazes de perceber que a História muitas vezes é utilizada pelas classes dominantes, manipulando a interpretação de fatos para atender a interesses políticos, econômicos ou religiosos, em detrimento das classes menos favorecidas.

A aula seguinte, o assunto abordado será a elevação do Bairro à categoria de Freguesia e Paróquia, em 15 de setembro de 1823. Com uma breve contextualização da situação pela qual passava o país, liberto de Portugal, um Império recém instaurado. Partindo da leitura de um pequeno texto do livro “Os Campos Gerais, uma outra história”, na página 25, encontramos um relato sobre a escolha do local para a construção da Capela de Sant’Ana. Segundo a autora, a Igreja Católica sempre preferiu lugares altos para a construção dos templos. A questão foi resolvida em comum acordo entre os fazendeiros da região, que escolheram uma colina em um ponto central do lugarejo, praticamente equidistante às principais fazendas e próxima do caminho utilizado pelos tropeiros. Os proprietários cederam a área para a construção da capela. (CHAMMA, 2007, p.25)

A lenda das pombinhas, que não é citada no livro, também é utilizada para contar como teria sido a escolha do lugar para construir a Capela. Independente da sua veracidade, é interessante destacar que esta lenda é citada no Hino à Ponta Grossa e está ilustrando a Bandeira da cidade, incorporando-se, portanto, aos símbolos municipais.

Será proposta aos alunos uma pesquisa sobre os fatos principais que possibilitaram o desenvolvimento da localidade, as transformações sociais, econômicas, políticas e religiosas que foram sendo verificadas ao longo do tempo, culminando com as comemorações do sesquicentenário da cidade. As turmas serão divididas em seis equipes, sendo que as de



## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. CHAGAS, Mário. (Org.) **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª edição. Rio de Janeiro, Lamparina, 2009.

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. *In: Transinformação*. Campinas, v. 16, n.2, p.111-112, maio/agosto, 2004.

BALDISSERA, Giulie Anna. BRINO, Alex Carvalho. KNIES, Caroline. **Espaços da memória**: a história não pode ser esquecida. *In: X SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – SEPesq* Centro Universitário Ritter dos Reis. Out. 2014. Porto Alegre. Disponível em <https://scholar.google.com.br/scholar> Acesso em 17/07/2018

BEZERRA, Jorge Luís de Medeiros. **Educação Patrimonial**: novas perspectivas para o ensino de história. 2016. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Ensino de História - ppgehist Mestrado Profissional em ensino de História) - Universidade Federal do Tocantins – UFT. Campus Araguaína – To – 2016. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173172>. Acesso em 18/07/2018

BREDA, Thiara Vichiato. Jogo de tabuleiro - Conhecendo o Parque Ecológico. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS*, 8, 2011, São Paulo. **Anais do VIII ENPEC**, São Paulo USP, 2011. Disponível em <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/listaresumos.htm> Acesso em 03/11/2018

BUTTIMER, Anne. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. *In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.) Perspectivas da geografia*. São Paulo, Difel, 1985.

CÁPSULAS DO TEMPO. Disponível em <https://misteriosdomundo.org/capsulas-do-tempo>. Acesso em 18/07/2018

CARVALHO, Alberto Olavo. *et al.* **Memória da cidade**. Ponta Grossa: Rotary Club de Ponta Grossa, [2005]1 CD-ROM. Projeto em comemoração ao centenário do Rotary Internacional.

CERTEAU. Michel. **A invenção do cotidiano**. 3ª ed. Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

CHAMMA, Guísela Velêda Frey. **Ponta Grossa**: o povo, a cidade e o poder. Ponta Grossa: PMPG, 1988.

CHAMMA, Guísela Velêda Frey. **Os Campos Gerais**: uma outra história. Santa Maria: Palloti, 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed. Da Unesp, 2001.

CÔNGRUA. Disponível em <http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi> acessado em 20/09/2018

CORDOVA, Maria Julieta W. Demolição da Igreja Matriz de Sant'ana: o antigo e o moderno no imaginário social ponta-grossense. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.6, Jan / Jun. 2012 – ISSN- 2177-4129 [www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede](http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede)

COSTA, Gerson E. **A cidade e o ensino de história: patrimônio, museu e história local**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo, 2016. 146 f. Disponível em Dissertações Profhístoria [https://profhistoria.ufrj.br/banco\\_tese](https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese). Acesso em 20/07/2018.

CUNHA, Bruno O. **Jogo Urbano: história local no ensino de História**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em História - Departamento de História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, 2016. 90 f. Disponível em <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/173362>. Acesso em 22/07/2018.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. **Praças: histórias, Usos e Funções**. Editora da Universidade de Maringá – Fundamentum (15), Maringá, 2005

DIÁRIO DOS CAMPOS. Disponível em <https://www.diariodosc campos.com.br/noticia/a-evolucao-das-paragens-nos-caminhos-de-tropas>. Acesso em 02/09/2018.

DITADURA MILITAR. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-ditadura-militar.htm> Acesso em 12/12/2018

DITZEL, Carmencita de Mello Holleben. Sahr. Cicilian Luiza Löwen. (Org.) **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa. Ed. UEPG, 2001.

DROPA, Márcia Maria. **A narrativa dos idosos: análise a partir de Walter Benjamin** – Uma contribuição para a Educação Patrimonial de Ponta Grossa, Pr. 2016. Tese (Doutorado em Educação, linha de pesquisa História e Política Educacional). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/2018>. Acesso em 20/07/2018

EURICH, Zíngara Rocio dos Santos. **As Praças da cidade de Ponta Grossa –Pr: arborização urbana, infraestrutura e distribuição espacial**. 2014. Dissertação. (Mestrado em Gestão do território). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2014.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História**. São Paulo.v.13, nº 25/26, pp. 265-276, set 92/ago 93

FERRARI, Célson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado**. 7a. ed. São Paulo: Pioneira, 1991. 631p.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; GIOIA, Lilian de Cássia Miranda. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012

FREIRE. Cristina. **Além dos mapas – os monumentos do imaginário urbano contemporâneo**. Ed. Annablume, Fapesp. São Paulo. 1997

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial: a produção de saberes educacionais. **Revista Pro-posições**. Campinas, v.24(1), pp.93-107, jan/ abr. 2013. <https://www.scielo.br/pdf/pp/v24n1/v24n1a07> Acesso em 20/12/2018

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HARTOG, François. **Tempo, história e a escrita da história**: a ordem do tempo. Trad. Prof. Dr. Francisco Murari Pires - Departamento de História - FFLCH/USP. Revista de História 148 (1º - 2003), p.09-34

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira /Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Coleção História e Historiografia.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. Coleção História e Historiografia.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. RANGER, Terence. (Org.) **A invenção das tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco Histórias convergentes**. Ponta Grossa, UEPG, 2ª Ed. 2004.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriana Queiroz. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999 disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf) Acesso em 11/11/2018

KERSTEN, Márcia S. A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história**: bens tombados no Paraná entre 1938 -1990. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2000.

LE GOFF. Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEE, Peter. **Nós fabricamos carros, eles tinham que andar a pé**: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, Isabel (org.) Educação histórica e museus. Actas das Segundas

Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Universidade do Minho, p.19-35, 2003.

LEMOS, Carlos. A. **Arquitetura brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1979. 87p.

MACEDO, Sílvio Soares. (Coord.) **Introdução a um quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Projeto Quapá. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. USP, 1998.

MAPAS. Disponível em <https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo/> Acesso em 11/11/2018

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1980. 171p.

MEINERZ, Carla Beatriz. Jogar com a História na sala de aula. (Pp.73, 74, 76 e 78) **In: Jogos e ensino de história**. GIACOMONI, Marcello Paniz. PEREIRA, Nilton Mullet. (Org.). SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2018. 129 p. pdf (Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

MOEDAS. Disponível em <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quantas-moedas-o-brasil-ja-teve/> Acesso em 12/12/2018

MONUMENTOS. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/monumentos> e <https://www.flickr.com/photos/jcassiano/5643762145/> Acesso em 20/08/2018

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História**. ISSN 21762767. v.10, São Paulo, p. 7 – 28, dez/1993. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt> Acesso em: 17/07/2018

NOVA ESCOLA, 2008. Outubro, edição nº 216: Vygotski. Disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/7716/edicao-61> Acesso em 10/10/2018

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Diretrizes Curriculares da Educação Básica: **Ensino Religioso**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Ensino Religioso: **Diversidade Cultural e Religiosa**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **História**, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos Temáticos: Inserção dos conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares**. Curitiba: SEED – PR, 2005.

PATRIMÔNIO CULTURAL. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343/> Acesso em 20/07/2018.

PEDROSO, Maria Lourdes Osternach. **Tistá no tempo dos tropeiros**. Gráfica Planeta Ltda. Ponta Grossa, 1994.

PEDROSO, Maria Lourdes Osternach. **De como aconteceu**. Gráfica Planeta Ltda. Ponta Grossa, 1999.

PEDROSO, Maria Lourdes Osternach. **De como aconteceu 2**. Gráfica Planeta Ltda. Ponta Grossa, 2002.

PELLETIER, Jean e DELFANTE, Charles. **Cidades e Urbanismos no Mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PEREIRA, Juliano da Silva. **Algumas reflexões sobre o conceito de empatia e o jogo de RPG no ensino de história**. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL. Natal, jul/2013. Disponível em <http://docplayer.com.br/32566854-Algumas-reflexoes-sobre-o-conceito-de-empatia-e-o-jogo-de-rpg-no-ensino-de-historia.html> Acesso em 09/09/2018

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 8, nº16, 1995. p. 279-290.

PETRUSKI, Maura Regina. **Julho chegou...e a festa também: Sant'Ana e suas comemorações na cidade de Ponta Grossa (1930-1961)**. 2008 Tese (Doutorado. Curso de Pós-Graduação em História.) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PINTO, Elisabete Alves. GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa – um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa, Kügler Artes Gráficas Ltda. 1983.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-21.

POMPÉIA. Disponível em <http://conhecimentocientifico.r7.com/historia/pompeia-a-cidade-petrificada-por-vulcao/> Acesso em 24/07/2018

PONTA GROSSA, Prefeitura Municipal. **Código de Posturas do Município**. 1914. Acervo da Casa da Memória Paraná.

PONTA GROSSA. Disponível em [www.pontagrossa.pr.gov.br/historia](http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia). Acesso em 15/05/2018

PONTA GROSSA. Disponível em <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/acidade> Acesso em 20/09/2019

PRAÇA DA ESTAÇÃO. Disponível em [www.pontagrossa.pr.gov.br/historia](http://www.pontagrossa.pr.gov.br/historia). Acesso em 15/05/2018

PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO. Disponível em <https://mirdebaoblog.wordpress.com/> Acesso em 18/07/2018

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Disponível em <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/02/regis-lopes-a-danac3a7c3a3o-do-objeto.pdf> Acesso em 20/10/2018

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 04, n. 07, p. 01-25, abr/ 1978.

RENASCIMENTO. Disponível em (<https://novaescola.org.br/conteudo/6656/o-renascimento-cultural-e-cientifico-na-europa>) Acesso em 20/08/2018

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903]

ROBBA, Fábio. MACEDO, Sílvio Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado. 2002, 312p.

ROSAS, José Pedro Novais. **A fundação de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Impressora Pontagrossense, 1943 s/p.

ROTAS TROPEIRAS. Disponível em <https://passofundotche.files.wordpress.com/2011/07/mapa-caminho-das-tropas31.jpg> Acesso em 24/07/2018

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCHILDER, Cristiana Ferreira. **Transformações urbanas e construção simbólica da Praça Barão do Rio Branco-1920-1970**. 2016. Dissertação. (Mestrado em História, Cultura e Identidades) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016, 226p.

SILVA, Marco Antonio. MORAIS, Suelena Maria. Atitude Historiadora na leitura dos não-lugares. (Dossiê Práticas de Ensino e Aprendizagem: a experiência docente e os desafios epistemológicos e metodológicos da educação) **e-Hum: Revista das Áreas de Humanidade do Centro Universitário de Belo Horizonte**, v.10(2), pp.114-128 [Periódico revisado por pares] abr/2018 Disponível em <http://unibh.academia.edu/revistasunibhbrindexphpdchlaindex> acesso em 22/07/2018.

THOMPSON, Analucia. SOUZA, Igor A.N.de. A Educação Patrimonial no âmbito da política nacional de Patrimônio Cultural. **Políticas Culturais em Revista**, v.1(8), p. 153-170, Salvador, 2015 – [www.politicasculturaisemrevista.ufba.br](http://www.politicasculturaisemrevista.ufba.br) Acesso em 22/11/2018

TUAN, Y.F. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VIGLUS, Vera Marina. **A Praça Marechal Floriano Peixoto em Ponta Grossa-Paraná**: o processo de urbanização e a constituição de um lugar de memória. 2017. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2017.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **A Formação Social da Mente**. Editora Martins Fontes. São Paulo – SP, 1991. 4ª edição brasileira